



MACHADIANA ELETRÔNICA

v. 3, n. 6, jul.-dez. 2020



ISSN 2594-5084

“A + B” (1886)

Este número da *Machadiana Eletrônica* traz, editada e anotada, a série “A + B”, composta por sete crônicas que Machado de Assis publicou na *Gazeta de Notícias*, em 1886, nos dias 12, 16, 22 e 28 de setembro, e 4, 14 e 24 de outubro. Os textos estão organizados em forma de diálogos entre as “personagens” A e B, e são assinados por João das Regras, pseudônimo adotado, nesta série de crônicas, pelo escritor.

A seção “Textos Apurados” apresenta as sete crônicas, com o texto estabelecido pelos editores. Esta seção destina-se, principalmente, a leitores interessados apenas nas crônicas, sem a interferência do aparato editorial, que dificulta um pouco a leitura.

A seção “Textos com Aparato Editorial” traz as mesmas crônicas da seção anterior, mas acompanhadas de aparato editorial, com notas informativas e/ou explicativas e registro de variantes. Esta seção apresenta ao leitor interessado, além do texto machadiano, dados que permitem um conhecimento melhor do contexto em que as crônicas foram escritas, elementos que propiciam uma reconstituição da história do texto, e algumas informações relevantes – as que os editores conseguiram obter (certamente faltam algumas) – para a compreensão delas.

O sistema de anotação das crônicas (ainda que imperfeito, dadas as nossas limitações), sem o qual elas não podem ser compreendidas plenamente, nós o adotamos do exemplo de John Gledson – editor que tanto nos tem ensinado a lidar com os textos e que tanto tem contribuído para o conhecimento da obra machadiana.

A seção “Outras Edições” apresenta a transcrição de uma matéria – sob o título de “Machado de Assis” –, publicada em *A Semana*, à época em que o escritor publicava “A + B” na *Gazeta de Notícias*; trata-se de uma notícia do banquete oferecido a ele em comemoração dos 22 anos da publicação de *Crisálidas*, seu primeiro livro de versos.

Em *A Semana*, na primeira página, vinha estampado o retrato do escritor, em gravura de Lopes Roiz – que vem também neste número da *Machadiana Eletrônica*. Esse retrato vem na seção “Outras Artes”, com o título que lhe demos: “Machado de Assis em 1886”.

Por fim, a seção “Artigos” traz dois estudos. O primeiro deles – “Edição da série de crônicas ‘A + B’” – apresenta o processo de estabelecimento dos textos dessa pequena série de crônicas, assim como uma discussão sobre João das Regras, pseudônimo com o qual Machado as assina. O segundo artigo – “‘A + B’: enigma e interpretação” – analisa o conjunto das crônicas e procura identificar a forma que lhes confere unidade.

Gilson Santos
José Américo Miranda
Editores
Belo Horizonte, 14 de agosto de 2020.

A + B (12 set. 1886)

A. – Você já viu nada mais curioso que este tempo?

B. – Que tempo?

A. – O tempo, – o tempo escuro, o tempo claro, ventoso, chuvoso, caloroso...

B. – É o seu ofício. Mais esquisito me parece o general Santos, que ora agoniza, ora despacha; há poucas horas estava com um pé na sepultura; há meia hora retificou um decreto.

A. – Pois tudo isso é do tempo. Também há poucos dias estavam uns oitocentos contos muito caladinhos, na tesouraria de fazenda de Pernambuco; vai senão quando pegam em si e abandonam a caixa, sem deixar a menor notícia do destino; – um bilhete que fosse, – um bilhete de quinhentos réis, que podia ficar muito quieto e explicar-se com a polícia. “Os meus colegas, diria esse gracioso infante, saíram daqui com intenção de evitar, embora por caminhos mais longos e tortuosos, a estrada do imposto por exemplo, que é comprida como todos os diabos. Não voltarão todos juntos, nem no mesmo ano; mas, se é verdade que Roma não se fez num dia, também é certo que não se desfez num ano. Foi o que eles me disseram.”

B. – Não creia que eles fizessem isso; bilhete pernambucano não imitaria assim o caso do consulado português, onde uma libra disse a mesma cousa aos poderes públicos, quando desapareceu dali uma quantia grossa...

A. – Era esterlina?

B. – Esterlina.

A. – Ah! as libras esterlinas são muito sinceras. Eu creio mais em uma libra esterlina, quando é mesmo esterlina, do que em cinco mil-réis; mas no caso presente era apenas dar um recado...

B. – Isso, mas era imitar; e você sabe... a guerra dos mascates... Veja, por exemplo, o caso do English Bank; aí não houve a menor hesitação, justamente por não ser o bilhete pernambucano, mas a nossa boa libra amiga...

A. – Ficou alguma?

B. – Tudo estava acabado, morto, esquecido, creio que já lançado a lucros e perdas, quando reapareceu uma pessoa e disse: “Vamos ver como se passou este negócio.”

A. – Parece-lhe então que voltarão todas?

B. – Não digo tanto; algumas até já terão voltado, em depósitos, letras, cambiais e... A pessoa que voltou quer saber como a descoberta se passou e, se é verdade que o Banco *n'avait oublié qu'un point...*

A. – *C'était d'allumer sa lanterne?*

B. – Acertou. É incrível como você ainda não esqueceu esses e outros adminículos do fabulista...

A. – Ah! meu amigo, as fábulas são ainda agora as cousas mais verdadeiras desse mundo e do outro; o próprio Deus algumas vezes falou por parábolas. Com que então, o Banco esqueceu o principal do negócio?

B. – Justamente; e é por aí que vai a gata aos filhos.

A. – Cá está outro petisco. Parece que se descobriu que o testamento de Custódio Bíblia...

B. – Quem?

A. – Custódio Bíblia. Conheceu-o?

B. – Não. Conheci há muitos anos um padre protestante, que aqui andava pregando e a quem o *Apóstolo* chamava por desprezo *O Bíblia*, assim como se dissesse: – *o pinta-monos*.

A. – Pois não é esse; é um Custódio José Gomes, que tinha aquela alcunha, morreu há tempos, deixando um testamento. Diz-se agora que o testamento é falso, e acrescenta um jornal que pessoas de conceito estão envolvidas no negócio.

B. – Diabo.

A. – Diga-me cá. Juntando todas essas cousas a outras cousas, não lhe parece que aqui há cousa?

B. – Há cousa e pessoas; mas, estando as pessoas no plural e a cousa no singular, chega-se à necessidade de uma divisão equitativa da cousa, porque em suma, é preciso brilhar, gozar...

A. – Mas um país riquíssimo?

B. – O Belisário já provou que esta velha chapa não merece atenção de homem sério. Nem o país é riquíssimo, nem riqueza escondida vale grande cousa. Toda a questão é ir buscá-la. A mais rica pérola do mundo, escondida aos olhos do homem, vale menos que este níquel de duzentos réis. Finalmente, li há pouco, agora mesmo, uma velha verdade da ciência moderna. Você crê na luta pela vida?

A. – Como não crer, se é a verdade pura?

B. – Bem: na luta pela vida tem de vencer o mais forte ou o mais hábil. Você é forte?

A. – Sou um banana.

B. – Pois seja hábil. *Make money*; é o conselho de Cássio. *Mete dinheiro no bolso*.

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]
[*Gazeta de Notícias*, p. 1, 12 set. 1886]
Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (16 set. 1886)

A. – Vou dizer-lhe uma cousa incrível, mas verdadeira. Tenho uma ideia...

B. – Guarde-a, guarde-a... Uma ideia, amigo! É encafuá-la; é metê-la nos cafundós do espírito.

A. – Pois sim, mas não há inconveniente em confiá-la a um amigo discreto; não é seguramente botá-la ao meio da rua. Você sabe que as ideias dos homens são como os filhos das mulheres; lá vem a hora... A minha completou agora mesmo os seus nove minutos... Vamos, apare-a nos braços. Sabe que no Recife, não só se desconfia que houve desfalque na Tesouraria, em vez de roubo, mas até já se suspeita que o método ali empregado foi o mesmo do “English Bank”.

B. – Já sei: os tais maços de notas miúdas com uma nota grande por fora, fazendo tudo um conto de réis aparente, mas na realidade uns cento e tantos mil-réis.

A. – Tal qual.

B. – Mas que ideia lhe deu isso?

A. – Veja lá se adivinha.

B. – Não posso.

A. – Imaginei que algumas das nossas cabeças públicas podem ser assim compostas de uma grande nota por fora e outras miúdas por dentro. Contos de réis de caçoada... Que lhe parece? Fiquei tão contente com esta conjectura, que até me deu vontade de dançar um minuete... Trá-lá-lá, trá-lá-lá, lá-lá... Compreende, não? Uma nota grande, vistosa, cem mil-réis, encapando uma porção de quinhentos réis muito rafados, e embaindo a multidão. A multidão aplaude, crê nos rolos de dinheiro, adivinha outros, e dança como eu, – trá-lá, trá-lá-lá.

B. – Bem pode ser.

A. – Vá ouvindo. Espontaneamente, ou para animar as turbas, um dos presentes grita: “Viva o conto de réis!” Mil vozes repetem: “Viva o conto de réis!” E jura-se que não há menos de um conto de réis, que há até mais. Mas lá vem um que apenas possui uns cento e vinte mil-réis, em notas pequenas e espalhadas, e fica triste, sente-se invejoso, e clama que o conto de réis, embora certo, é falso.

B. – “Embora certo”, confesso que é sublime. Não acham outro meio de desmoralizar esses contos de réis, senão dizer que são falsos, embora certos.

A. – Falso? replicam os outros; é preciso não conhecer dinheiro, para dizer que esta nota é falsa. Não há nada mais verdadeiro; tão verdadeiro como Deus que está no céu.

B. – A sua ideia, entretanto, esbarra numa dificuldade. As notas não podem ficar emacadas; há despesas... o dono tem de abrir os maços, distribuir o dinheiro...

A. – Há despesas, mas há também crédito. Uma nota grande por fora é a alavanca do crédito intelectual. Para que serviria então a velha instituição dos fiados? Fia-se tudo, até a reputação.

B. – Não sabia desta. Depois é que aparecem os desfalques.

A. – Raro, muito raro.

B. – Como raro?

A. – Quando os desfalques começam a aparecer, a multidão está ocupada com outro conto de réis, – que pode ser verdadeiro ou falso, – mas é outro, e ninguém dá fé dos desfalques, ou todos os desculpam. Aqui entra uma boa liquidação sossegada, e adeus.

B. – Compreendo; refere-se à História.

A. – Deus de Misericórdia, não! Não vou tão longe. A História é uma bela castelã, muito cheia de si, e não me meto com ela. Mas a minha comadre Crônica, isso é que é uma boa velha patusca, tanto fala como escreve, fareja todas as cousas miúdas e graúdas, e põe tudo em pratos limpos.

B. – Se fosse em pratos mal lavados, era capaz de saber também alguma coisa dos dois mil contos daquela companhia francesa, os tais que fomos condenados a pagar.

A. – Não é outra cousa, esses contos são verdadeiros.

B. – Como verdadeiros? Então acha que devemos entregar assim...

A. – Homem dos diabos, não digo isso; digo que esses contos pedidos e concedidos (por ora) são dos que não comportam desfalques. Se houvermos de pagar (*quod Deus avertat*), há de ser em maços certos – certos e contados.

B. – Mas convenha que é horrível; pagar certo e receber errado.

A. – Antes errado que nada. Antes alguma cousa pouca nos cofres e nas cabeças, que uma simples hipótese – uma ou duas. Mas já é tarde; adeus.

B. – Não; leia primeiro este trecho de um discurso do meu amigo Cândido de Oliveira, proferido ontem na câmara dos deputados. Queixa-se de quererem pôr a câmara abaixo do senado. Mas como é que ele ainda não percebeu que o senado tem mais força que a câmara, e deve tê-la?

A. – Lá isso não. Tanto percebeu, que deseja entrar para lá, e com razão, porque o merece. Na Inglaterra, o Sr. Gladstone não deseja nem por sombras que a rainha o meta na câmara dos lords; justamente porque a dos comuns é mais forte. Toda a retórica do mundo não responde a esta comparação sociológica. Agora, mosque-se; até depois.

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]
[*Gazeta de Notícias*, p. 1, 16 set. 1886]
Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (22 set. 1886)

A. – Ora viva! Há que tempo que o não vejo!

B. – Estive doente; apanhei uma constipação.

A. – Eu, quando encontro alguma, deixo-a estar onde está; não me abaixo a apanhá-la.

B. – Pois bem; podia lá ter deixado também essa tolice. É um trocadilho que data do primeiro constipado, – talvez Adão; – pode ser que as primeiras folhas de figueira fossem tão somente uma camisa de flanela rudimentária... Enfim, você promete não dizer outra?

A. – Já vejo que você ainda está impertinente. Constipação malcurada. Vamos a saber, não leu nada? não sabe nada?

B. – Sei vagamente uma história de emendas que passaram no senado, e que provavelmente não passam na câmara. Que se há de fazer em tal caso?

A. – Fusão, naturalmente.

B. – Fusão? Explique-me isso pelo miúdo. Quer uma pastilha?

A. – Não, obrigado. Você há de saber que o sistema parlamentar, como todos os sistemas, deve ter uma definição. A melhor de todas (modéstia à parte) é a minha.

B. – Diga.

A. – Confusão das línguas, fusão dos votos. As línguas divergem, trabalham, confundem-se, daqui o hebraico, dali o caldaico; mas as línguas cessam, e falam então os votos. Trata-se no caso presente de uma confusão de línguas, início de uma fusão de votos, que acabará por uma difusão de pessoas.

B. – Sem trocadilho?

A. – Sem trocadilho.

B. – Mas o senado pode negar a fusão?

A. – Há opiniões, uns dizem que não, outros que sim, e este ponto depende dos partidos. Assim os liberais entendem que não se pode negar, os conservadores que sim.

Quando a maioria do senado for conservadora, nega; quando for liberal concede. Você vê que não há nada mais estável, mais definitivo que isto. Mais definitivo que isto só a morte; e ainda assim não sei.

B. – Mas agora?

A. – Agora é provável que haja fusão; demais, trata-se do orçamento, e aí está a finura da rejeição da emenda Correia. Orçamento ou revolução.

B. – Entendi; mas diga-me: não era melhor que, por meio de poderes especiais, se definisse bem esse ponto constitucional da fusão obrigatória ou facultativa?

A. – Upa! Você falou agora como um doutor. *Cabricias autem*, como diz o médico de Molière. Poderes especiais, ponto constitucional, fusão obrigatória ou facultativa... Mas você não vê que tudo isso é comprido, leva tempo, muito tempo, e que esta vida não chega a netos? Que haja alguma dificuldade grave em 1914, por causa desse ponto, é possível; mas que temos nós com 1914? Há de haver gente em 1914. Ou você crê que tudo acaba em 1913?

B. – Não.

A. – Logo...

B. – E de eleição de senadores como vamos? Creio que é no dia 7 de outubro. Nada de chapa liberal?

A. – Como não? Já está organizada; aqui está ela.

B. – Queixavam-se de que o nosso Otaviano não queria organizar nada; mas afinal parece...

A. – Parece o quê?

B. – Que Alexandre deixou a tenda e tomou o comando das forças dispersas.

A. – Não, senhor; Alexandre é mais fino; abdicou o império...

B. – Em quem?

A. – Não designou nomes; fez como o macedônio, deixou-o *ei qui esset optimus*; e não houve briga pela definição. *Optimus* apareceu, reuniu, presidiu e concluiu. Dê cá uma pastilha.

B. – Tome lá duas.

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]
[*Gazeta de Notícias*, p. 1, 22 set. 1886]
Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (28 set. 1886)

A. – Vinha agora mesmo pensando em Vossa Excelência...

B. – Excelência!

A. – Desculpe-me; foi um jeito que me ficou da conversa que tive com um deputado. E justamente por causa dele é que eu vinha pensando em você; falamos das últimas votações do senado; ele, supondo estar na câmara, disse-me, levantando os braços: – Os acontecimentos precipitam-se de uma maneira vertiginosa.

B. – Que acontecimentos?

A. – Foi o que ele me não quis dizer; ou por discrição, ou porque efetivamente não sabe nada. Chegou mesmo a queixar-se de não perceber em que paravam as modas. Já estive certo da fusão, depois perdeu-a de vista, afinal parece-lhe que é inevitável. Eu, para consolá-lo, falei do *Chapéu de palhinha de Itália*, um *vaudeville* antigo, contei-lhe a ação da peça, e citei-lhe as exclamações do pai da noiva: “Meu genro, tudo está desfeito!” – “Meu genro, tudo está reconciliado!” Expliquei-lhe que o genro era o ministério, e que o senado é o sogro... Disse-lhe mais, que todas as peças, ainda as de cinco atos, acabam sempre; e que para ele toda a questão era dormir cedo ou tarde, com ceia ou sem ceia, – talvez sem ceia... Em suma, duas horas de conversação...

B. – Noto uma coincidência.

A. – Qual?

B. – Você citava um *vaudeville* antigo; eu pensava na Ópera Nacional...

A. – Não a conheci; estava fora da corte por esse tempo.

B. – A Ópera Nacional foi uma instituição que aqui houve para cantar óperas italianas, traduzidas pelo De Simoni. Quando menos pensava, deu-nos o Carlos Gomes... Se todas as instituições deixassem assim alguma coisa... Bons tempos! Estou

a ver o Ribas, o Amat, o Trindade, sem contar as damas. Tempos deliciosos! Cantavam-se óperas sérias, óperas bufas e zarzuelas.

A. – Mas a que propósito?

B. – Uma dessas peças (e foi isto que me fez pensar na Ópera Nacional) tinha por título: *Eran due, or sono tre*. Eram duas...

A. – Agora são três.

B. – Justo. Pensei no título por causa das chapas senatoriais, que eram duas, uma conservadora, outra liberal; mas a liberal dividiu-se, e aí ficam três.

A. – Mas por que é que se dividiria, sendo já difícil a luta de uma só?

B. – Por causa dos princípios. Meu caro, os princípios valem alguma coisa; é preciso contar com eles. Por exemplo, eu não li a circular do Malvino.

A. – Li-a eu.

B. – Sim? Não a li, mas aposto que lá vem certo número de princípios: autonomia municipal, temporariedade do senado, grande naturalização, casamento civil, alargamento do voto, federação das províncias...

A. – Vá-se embora! Você leu a circular.

B. – Não li.

A. – Leu-a, por força; como é que se pode, sem ler...

B. – Não li, homem de Deus! é que os princípios, ora são princípios, ora são favas contadas. Parece que foram eles ou elas, ou só um deles, a causa da divisão da chapa liberal, e da criação de outra abolicionista, que, se vencer, mete o Beaurepaire-Rohan no senado.

A. – Sim? Acho que tem real merecimento; mas, por que não será um dos outros?

B. – Não pode ser. O Bezerra também tem serviços, mas não se pode servir a dois senhores, – ou ao Baependi ou a Allan Kardec.

A. – Bem; o Eduardo...

B. – Seria um grande prazer para os seus amigos; mas, custa dizê-lo, neste país de dispêndios à larga, o Eduardo ficava à porta; ele, que foi tão econômico quando esteve no ministério, era capaz, entrando no senado, de propor logo a supressão do cabide dos chapéus, com o venerável pretexto de que no parlamento britânico todos estão de chapéu na cabeça, ou em cima das pernas.

A. – E da outra quem lhe parece que entraria?

B. – Creio que o Malvino. E creia que, se não for agora, há de ser um dia; havemos de vê-lo entrar. Ele é dos sinceros e ingênuos; e lá está no evangelista: “Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus”. – Deus aqui é um sinônimo do conde de Baependi.

A. – Mas diga-me cá uma cousa...

B. – Não posso; vou correndo para o Liceu de Artes e Ofícios, vou à conferência materialista.

A. – Com esta chuva? Diga-me cá...

B. – Não digo nada.

A. – Olhe não falte ao Banco do Brasil no dia 28. Temos a eleição do diretor e presidente, e aqui não há princípios, são tudo meios. Você sabe que há o diabo. É o caso da Ópera Nacional: *Eran due, or sono tre*.

B. – Adeus, adeus.

A. – Mas qual a tese dessa conferência, que você não quer perder?

B. – É esta: “Se a direção do materialismo científico pode ser ou não vantajosa aos seres organizados”. Ora, eu tenho um gato de muita estimação, que não está no caso em que S. Mateus manda que se faça alguma distinção entre o filho da casa e o cão da rua. O gato é também de casa; e eu quero ver se nos pode aproveitar a ambos a direção do materialismo científico.

A. – Ah! meu caro, você cita os santos, eu cito os gentios. “Felizes os que podem conhecer a origem das cousas,” – e (acrescento eu) e explicá-las entre o almoço e o jantar. Adeus.

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]
[*Gazeta de Notícias*, p. 1, 28 set. 1886]
Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (4 out. 1886)

A. – Ao ler este telegrama da Vitória na *Gazeta de Notícias*, o que é que pensa que mais me admirou?

B. – Foi o magistrado que puxava a orelha da sota.

A. – Não.

B. – Foi o ex-legislador.

A. – Também não.

B. – Os empregados públicos?

A. – Não: nada disso. A *Gazeta* deu muita importância a esse negócio, sem advertir que a província do Espírito Santo não tem loterias, como as outras; e, por outro lado, não há lá Sarah Bernhardt. Em alguma coisa se há de passar o tempo.

B. – Mas então que foi?

A. – Foi a memória do correspondente. Singular correspondente! Segundo o seu telegrama, aquela jogatina liga-se ao desfalque do correio da Vitória. Mas então ainda há alguém que se lembre do desfalque do correio?

B. – Não foi há muito tempo; um ou dous anos, não?

A. – Que me importam os anos. O roubo de Pernambuco é de dias, e lá virá tempo em que escorregue para a lagoa Estígia, onde tudo se esquece. Daqui a pouco o Instituto Pernambuco insere o fato nos seus arquivos, entre a morte de Nero e a invasão dos bárbaros. Sócio haverá que prove que o tal roubo de oitocentos contos é uma inscrição lapidária: *D.C.C.C. contos...* isto é: “Deus, criador do céu conserta os contos (das lanças).” Dirá que foi achada em Nápoles pelos holandeses, trazida por eles, e aqui deixada escondida à margem do Beberibe.

B. – Mas que quer que lhe façam? Você sabe que estes casos são como os desastres causados por bonds, em que os cocheiros sempre fogem. Não se há de

inventar um cocheiro só para ter o gosto de o levar ao júri, como lá foram ter os que arranjaram o testamento do Vila Nova do Minho.

A. – 1855. Vai longe!

B. – Há trinta e um anos.

A. – Longe, muito longe. *Mete dinheiro no bolso*, não te digo mais nada; é o que dizíamos há tempos. Não metas este paio que aqui está pendurado; suja-te as calças, e o meu amigo Dr. Matos, 1º delegado, autua-te brincando. *Mete dinheiro no bolso*. Dinheiro grosso, muito grosso, mais grosso que o paio.

B. – Mas a opinião pública?

A. – O público – dizia um padre italiano – gosta de ser embaçado. Eu acrescento que é o seu destino. *Mete dinheiro no bolso*.

B. – Queres parecer imoral, à força; tu não passas de um desanimado...

A. – Como o Leão Veloso?

B. – Que tem o Leão Veloso?

A. – Está desanimado com o parlamentarismo; não o quer mais.

B. – Tal qual o Uchoa.

A. – Não; este apenas quer que se cumpra a constituição na nomeação livre dos ministros: é a mesma cousa, mas por motivo unicamente de legalidade. Leão Veloso é por tédio.

B. – O que eu concluo é que há então parlamentarismo aqui.

A. – Naturalmente.

B. – As oposições disseram sempre que não; é verdade que depois diziam o contrário. E a câmara? o que pensa a câmara dos deputados acerca do parlamentarismo?

A. – Falei a alguns dos seus membros; ouvi que não concordavam com os dous distintos senadores. Um deles explicou a divergência. Questão de ponto de vista. “A pessoa que passa de *bond* por uma rua (disse-me ele) e olha para um palácio, recebe uma impressão diferente da pessoa que estiver à janela do palácio e olhar para o *bond*. Os *bonds* passam e o palácio fica.”

B. – Que lhe disse você?

A. – Que os palácios são mais sólidos, e abrigam melhor, nos dias de temporal. Os *bonds* não, senhor; passam, atropelam, molham, quebram as pernas à gente, e o cocheiro foge ou retira-se.

ASSIS, Machado de. A + B (4 out. 1886).

B. – Mas então onde está a verdade?

A. – *Mete dinheiro no bolso.*

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]

[*Gazeta de Notícias*, p. 1, 4 out. 1886]

Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (14 out. 1886)

A. – Estive há poucos minutos com uma senhora, que veio desconsolada da sessão da assembleia geral, vulgo fusão. Rejeitou um passeio nesse dia, só para ter o gosto de ver a cousa, e não viu nada.

B. – Como, nada?

A. – Nada, ou quase nada, disse-me ela; tal qual a passagem de Vênus, tão rara como a fusão de câmaras, e que eu também não vi nem por sombras. Respondi-lhe galantemente, que a passagem de Vênus não era rara, visto que ela ia todos os dias à rua do Ouvidor, e que se a não via, é porque a rua do Ouvidor não é um espelho. Parece-me que disse uma fineza, não achas?

B. – Talvez duas; mas a questão é saber por que é que ela não viu nada.

A. – Espera. Dita a fineza, insinuei-lhe que era melhor que nesse dia tivesse ido ela comigo à câmara dos deputados...

B. – Mas não havia lá ninguém!

A. – Foi o que ela me replicou; eu disse-lhe que por isso mesmo que não havia ninguém, é que devíamos ir. Ela fez então o que devia: corou. Tu farias a mesma cousa; tu coravas.

B. – Mas se eu estou corando.

A. – Esperei que descorasse. Logo que descorou, expliquei-lhe que era para vermos, a gosto, na sala de espera, as tribunas que se mandaram fazer há tempos para os oradores, e que duraram, com perdão da palavra, *l'espace d'un matin*. Ela, que esteve em Paris, perguntou-me espantada por que eram muitas tribunas, em vez de uma, como viu lá. Respondi-lhe primeiramente, que as nossas eram duas, de vinhático e ridículas. Depois, dei-lhe a razão de serem duas.

B. – Que razão, homem de Deus?

A. – A razão foi terem feito a encomenda a um marceneiro que não tinha estado, por exemplo, em França, onde teria visto o que era a tribuna, que forma tinha, e em que lugar se punha; em seguida não terem emendado o regimento, que obriga a falar ao presidente, etc.

B. – És sincero? Confessa que pregaste a essa senhora uma formidável amolação.

A. – Ao contrário.

B. – Não acredito... tu...

A. – Achou tanto interesse, que me perguntou por que é que as tribunas estavam na sala de espera, à vista de todos; expliquei-lhe que era para consolação dos contribuintes atrasados. Em seguida, falou-me de um discurso do jovem deputado Afonso Celso Júnior, que concluiu pedindo a supressão das bolas de votação.

B. – Então a votação é por bolas?

A. – Aí está; você nem isto sabe. É por bolas; a cor da bola dá a significação do voto. Ela perguntou-me se cada bola tinha escrito o nome do deputado; naturalmente disse-lhe que não; se tivesse o nome escrito, quebrava-se o sigilo, que é a alma deste mundo e do outro. Para isso a câmara, quando quer votação nominal, há de votar primeiro que o quer, – coisa tão rara como a passagem de Vênus.

B. – Mas, com os diabos, voltemos ao princípio! Por que é que ela não viu nada?

A. – Agora o amolador és tu. Deixa-me concluir. Sabes o que ela me disse, depois de alguns minutos de reflexão? Que o melhor de tudo, nestas reformas parlamentares de uso interno, era fazer como se faz na indústria nacional dos chapéus...

B. – Essa agora!

A. – Foi o que eu lhe disse, mas por outras palavras delicadas; notei-lhe até certa contradição... Ela respondeu-me com um discurso do Martinho Campos.

B. – Mas isso não é mulher, é um volume de *Anais*!

A. – O Martinho Campos, disse-me ela, esclareceu este negócio dos chapéus, no senado; declarou que o nosso chapéu vem todo de França, aos pedaços; aqui o que se faz, é enformá-lo, expô-lo, comprá-lo e usá-lo. É o que se devia fazer com a tribuna. Depois, estendeu-me a mão, despedindo-se; eu perguntei-lhe por que motivo não vira nada na assembleia geral.

B. – Enfim!

A. – Ela emendou a mão. Ver, sempre viu alguma coisa; mas ia com a esperança de uma sessão cálida, agitada, muitos discursos; ouviu apenas três; não ouviu o primeiro, mas há de lê-lo, quando sair.

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]
[*Gazeta de Notícias*, p. 1, 14 out. 1886]
Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (24 out. 1886)

A. – “...Nós ontem ouvimos o nobre senador pela Bahia, aliás um parlamentar de talento...”

B. – Eh! Olá! pare, homem!

A. – “...Tão distinto, falar no descrédito do parlamentarismo...”

B. – Pare, pare! Que distração é essa?

A. – Ah! és tu! Vou lendo este discurso do nosso Martinho Campos, que só agora saiu impresso; aqui está; lê comigo.

B. – Não posso. Vou com pressa; vou à cata de notícias.

A. – Notícias de quê?

B. – Há dias correu aqui, que uns dous coronéis ensaiavam o voo para uma revolução no Estado Oriental. Vou saber o que há. Que alguma cousa há de haver, creio; a prova é que o general Santos, prestes a sair para a Europa, resolveu ficar e esperar. Nota que a viagem para ele é indispensável, por causa do ferimento que recebeu, e que exige completa cura; mas, apesar de tudo, o general fica. Eu faria a mesma cousa.

A. – Eu faria outra cousa.

B. – Que farias tu?

A. – Suprimia os coronéis.

B. – Matando-os?

A. – Não, homem de Deus! suprimia os postos; nem coronéis nem generais. Eu faria decretar que todos os filhos de república fossem cabeleireiros. Cabeleireiro, como se sabe, é o mais pacato dos cidadãos de um Estado. Outros que o solapem, que deitem fogo às instituições; o cabeleireiro compõe as cabeças, e, quando muito, abre uma espécie de estrada da liberdade, que alegra a vista, sem alteração da ordem... Mas vamos ao Martinho Campos.

B. – Singular disparate! Mas se todos fossem cabeleireiros, a quem é que eles penteariam, pateta?

A. – Uns aos outros, pateta! reciprocidade capilar, permuta de penteadelas, troca de pomadas. Em vez disso, a república tem os seus coronéis, que aspiram ao governo supremo, como o ex-coronel Santos, embora não tenham o mesmo pulso. Crê nisto; os nossos vizinhos ainda estão na idade geológica do general. Um sujeito que não gosta de Santos, dizia-me há meses, com simplicidade: *No comprendo hombre político sin galones.*

B. – E por isso queres os cabeleireiros?

A. – Sem galões.

B. – Mas então o cabeleireiro não é homem? Não há de aspirar também ao governo do Estado? Quem faz pastinhas não pode distribuir pasta? Perdão, mas tu és capaz de levar-me ao desespero, ao suicídio, ao *calembour*, ao assassinato!

A. – Está bom, sossega, respira. Vamos para este corredor... Não foi nada; respira. Ouve agora o Martinho Campos...

B. – Deixa-me respirar ainda um pouco. Há por aí alguém que nos tivesse ouvido?

A. – Ninguém.

B. – Nenhum desfalque, ao menos?

A. – Nenhum... isto é, não juro. Os desfalques são como as chuvas deste mês; está um céu muito bonito, de repente, zás, uma bátega d'água.

B. – Depois o céu fica outra vez bonito.

A. – Fica ainda mais bonito. E o Martinho Campos também tratou desse ponto, mas sempre exagerado; disse que o caso de Pernambuco é o duodécimo, em três anos, e que isto revela profunda corrupção.

B. – Corrupção profunda é demais; digamos que o passarinho está *faisandé*, ou – portuguesmente –, tem uma pontinha de fedor. Mas, corrupção profunda! Era isso o que querias mostrar-me?

A. – Não; era estoutro ponto. O ilustre senador, falando do parlamentarismo, declarou que este em si é excelente, mas que no nosso país está corrompido.

B. – Corrompido.

A. – Há três opiniões neste negócio: a do senador Uchôa, que o julga inconstitucional, a do senador Leão Veloso, que lhe perdeu a fé, e a do senador Martinho Campos, que o acha corrompido. Qual das três lhe parece melhor?

B. – A melhor é a do meu alfaiate, que não me faz roupa senão por medida. “Se o senhor vestir um paletó do José Telha, disse-me ele no sábado, fica demasiadamente vestido, e depois há de queixar-se do paletó e os seus amigos hão de dizer que o paletó está corrompido, e faz perder a fé – ou então que é inconstitucional...”

A. – Discordo inteiramente, porque um paletó muito largo, ainda que não dê elegância, agasalha. É a opinião de todos os coronéis que se rebelam contra o general Santos; uma vez no governo, é certo que não o largam mais das unhas; mas nenhum deles deitará fora este nome de república, que é um vasto poncho consolador.

B. – *Amen!*

JOÃO DAS REGRAS [MACHADO DE ASSIS]
[*Gazeta de Notícias*, p. 3, 24 out. 1886]
Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda

A + B (12 set. 1886)*

A. – Você já viu nada¹ mais curioso que este tempo?

B. – Que tempo?

A. – O tempo, – o tempo² escuro, o tempo claro, ventoso, chuvoso, caloroso...

B. – É o seu ofício. Mais esquisito me parece o general Santos,³ que ora agoniza, ora despacha; há poucas horas estava com um pé na sepultura; há meia hora retificou⁴ um decreto.

A. – Pois tudo isso é do tempo. Também há poucos dias estavam uns oitocentos contos muito caladinhos, na tesouraria de fazenda de Pernambuco;⁵ vai senão quando

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886), DRR (p. 21-24) e OCA2008 (v. 4, p. 659-660). Texto-base: GN. A lista das abreviaturas empregadas nesta edição encontra-se ao final do texto editado. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ nada: entenda-se “alguma coisa”. (HOUAISS, 2001, p. 1991, verbete: *nada*.) Cândido Jucá (filho), no seu *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*, afirma que “nada”, “às vezes significa ‘algo’, em perguntas” (JUCÁ (filho), 1968, verbete *nada*).

² O tempo, – o tempo] O tempo, o tempo – em OCA2008.

³ O general Máximo Santos, presidente do Uruguai de 1882 a 1886, frequentava os jornais nas semanas anteriores à publicação desta crônica, por ter sido vítima de um atentado. O vaivém de seu estado de saúde pode ser acompanhado no noticiário e nos telegramas (de Montevidéu e de Buenos Aires) publicados na *Gazeta de Notícias* nos dias 19, 20, 25, 26, 29, 30, 31 de agosto e no dia 5 de setembro. Notícia do dia 8 de setembro, intitulada “Estado Oriental”, diz o seguinte: “Segundo afirma a *Nación*, de Montevidéu, órgão do governo, o estado de saúde do general Santos é cada vez melhor, podendo já o general receber os seus ministros, deputados e representantes dos governos estrangeiros. / A *Itália*, porém, e outros jornais continuam a afirmar que o governo está acéfalo, pois que o general está impossibilitado de governar, sendo necessário que a câmara trate de lhe nomear sucessor interino. / As notícias sobre o estado de saúde do general continuam, pois, a ser contraditórias.” Por fim, em 12 de setembro (data em que esta crônica foi publicada), a *Gazeta de Notícias* trazia o seguinte telegrama de Montevidéu (11 de setembro): “O general Máximo Santos, presidente da república, deu hoje um passeio de carro nas ruas da cidade.”

⁴ retificou] ratificou – em DRR e em OCA2008.

⁵ tesouraria de fazenda de Pernambuco] tesouraria da fazenda de Pernambuco – em DRR; tesouraria da Fazenda de Pernambuco – em OCA2008. Esse é outro assunto que estava nos jornais naquela semana: a própria *Gazeta de Notícias*, no dia 10 daquele mês, na seção de “Telegramas”, sob o título de “Roubo na tesouraria”, trazia: “Pernambuco, 9 de setembro. / Encontraram-se vazios, esta manhã, os cofres da tesouraria de fazenda provincial. / A polícia foi chamada imediatamente e procede a exame, a fim de

pegam em si e abandonam a caixa, sem deixar a menor notícia do destino; – um bilhete que fosse, –⁶ um bilhete de quinhentos réis, que podia ficar muito quieto e explicar-se com a polícia. “Os meus colegas, diria esse gracioso infante, saíram daqui⁷ com intenção de evitar, embora por caminhos mais longos e tortuosos, a estrada do imposto⁸ por exemplo, que é comprida como todos os diabos. Não voltarão todos juntos, nem no mesmo ano; mas, se é verdade que Roma não se fez num dia, também é certo que não se desfez num ano. Foi o que eles me disseram.”

B. – Não creia que eles fizessem isso; bilhete pernambucano não imitaria assim o caso do consulado português,⁹ onde uma libra disse a mesma coisa aos poderes públicos, quando desapareceu dali uma quantia grossa...

A. – Era esterlina?

B. – Esterlina.

A. – Ah! as libras esterlinas são muito sinceras. Eu creio mais em uma libra esterlina, quando é mesmo esterlina, do que em cinco mil-réis;¹⁰ mas no caso presente era apenas dar um recado...

B. – Isso, mas era imitar; e você sabe... a guerra dos mascates...¹¹ Veja, por exemplo, o caso do English Bank; aí não houve a menor hesitação, justamente por não ser o bilhete pernambucano, mas a nossa boa libra amiga...¹²

descobrir os meios de que se serviram os ladrões para a realização do atentado.” O valor exato roubado foi noticiado de maneiras diversas, em diferentes notícias, e havia, também, a informação de que algumas cédulas foram deixadas para trás pelo ladrão. Machado de Assis, portanto, parece ter “ficcionalizado”, para sua conveniência, não apenas o apólogo das cédulas, mas a própria notícia.

⁶ – um bilhete que fosse, –] um bilhete que fosse, (sem os travessões) – em OCA2008.

⁷ “Os meus colegas, diria esse gracioso infante, saíram daqui] “Os meus colegas”, diria esse gracioso infante, “saíram daqui – em OCA2008.

⁸ imposto] imposto, – em DRR e em OCA2008.

⁹ O roubo no consulado português parece ter acontecido nos primeiros meses de 1885, ou mesmo em 1884. A imprensa foi relativamente discreta diante do caso, por se tratar de crime ocorrido em território estrangeiro, em que as pessoas tinham imunidade diplomática. A *Gazeta de Notícias* tratou do acontecimento em 13 de agosto de 1885, afirmando que o caso ocorrera meses antes e que só o discutia naquela data porque “o 2º promotor público julgou que estava no seu direito, dando queixa-crime contra o Sr. cônsul-geral de Portugal (...)” Com isso, o acontecimento passava de estrangeiro a nacional.

¹⁰ Na cotação (corrente) da época (1886), 1 (uma) libra esterlina equivalia a, aproximadamente, 12,89 mil-réis. (Cf. MOURA FILHO, 2010, p. 34)

¹¹ A expressão “guerra dos mascates”, neste contexto, parece estar relacionada ao sistema de cotação das moedas (a libra esterlina e o mil-réis) nos mercados internacionais (atividade própria do mundo das finanças); a associação se justifica, porque o roubo na tesouraria, como a Guerra dos Mascates (1710-1711), ocorreu em Pernambuco. A lembrança da Guerra dos Mascates, nesta passagem, parece, também, associada à vitória, naquele evento histórico, do poder financeiro (os mascates, ricos comerciantes portugueses residentes em Recife) sobre o setor produtivo (elite rural pernambucana, residente em Olinda). Para Sidney Chalhou, a referência ao episódio histórico do início do século XVIII foi um “modo engenhoso de voltar ao mote do interesse provincial.” Diz ainda esse autor: “Esses localismos

A. – Ficou alguma?

B. – Tudo estava acabado, morto, esquecido, creio que já lançado a lucros e perdas, quando reapareceu uma pessoa e disse: “Vamos ver como se passou este negócio.”¹³

A. – Parece-lhe então que voltarão todas?

B. – Não digo¹⁴ tanto; algumas até já terão voltado, em depósitos, letras, cambiais e... A pessoa que voltou quer saber como a descoberta se passou e, se é verdade que o Banco *n'avait oublié qu'un point...*

A. – *C'était d'allumer sa lanterne?*¹⁵

B. – Acertou. É incrível como você ainda não esqueceu esses e outros adminículos¹⁶ do fabulista...

A. – Ah! meu amigo, as fábulas são ainda agora as cousas mais verdadeiras desse mundo e do outro; o próprio Deus algumas vezes falou por parábolas. Com que então, o Banco esqueceu o principal do negócio?

B. – Justamente; e é por aí que vai a gata aos filhos.

A. – Cá está outro petisco. Parece que se descobriu que o testamento de Custódio Bíblia...¹⁷

todos, pujantes diante da desvalorização do ‘nacional’, ficavam simbolizados na fraqueza da moeda do país diante da libra esterlina, o numerário do imperialismo e da dívida – isto é, da dependência – externa.” (CHALHOUB, 2005, p. 80)

¹² O desfalque no English Bank ocorrera em 27 de fevereiro daquele ano. No *Diário de Notícias* de 28 de fevereiro de 1886 (p. 1) lê-se: “Ontem foi o comércio desagradavelmente surpreendido com a notícia de que se havia descoberto na caixa do English Bank um grande desfalque, atribuído ao pagador, Inácio Marques de Gouveia (...). / Sendo necessário abrir-se o cofre do pagador, e não aparecendo nem este nem as chaves, arrombou-se o cofre, mas sem haver ainda suspeitas do extravio. Só quando se começou a contar o dinheiro se verificou que os maços de notas, que deviam ser de 1.000\$, eram fingidos com uma nota de 100\$ cobrindo uma porção de notas de 500 rs e 1\$ formando volume capaz de iludir numa conferência como em geral se faz, sem desmanchar os maços de notas.” A “hesitação” a que se refere o cronista parece estar relacionada ao fato de o desfalque na tesouraria de Pernambuco ter sido tomado, inicialmente, por roubo – dúvida que não houve no caso do English Bank. Ver o início da crônica seguinte a esta, “A + B (16 set. 1886)”, assim como sua nota n. 1.

¹³ Não conseguimos apurar como foi feita a investigação interna no English Bank.

¹⁴ digo] diga – em DRR e em OCA2008.

¹⁵ Citação dos dois versos finais da fábula “Le singe qui montre la lanterne magique”, de Jean-Pierre Claris de Florian (1755-1794), que transcrevemos e traduzimos a seguir: *Il n'avait oublié qu'un point: / C'était d'éclairer sa lanterne* (VII, v. 43-44): “Ele não tinha se esquecido senão de um ponto: / acender sua lanterna.” Não há correspondência textual exata entre a citação machadiana e os versos transcritos nesta nota; Machado pode ter citado o trecho de memória, ou ter-se utilizado de uma fonte textual que apresentasse lição divergente da que localizamos. A fábula – em que um macaco realizou uma grande apresentação aos bichos, mas se esqueceu de acender a lanterna para iluminar as demonstrações – representa aqueles que têm algo importante a dizer, mas não são compreendidos em razão de sua falta de clareza. (Cf. FLORIAN, 1874, p. 42)

¹⁶ adminículos] advinículos – em GN.

¹⁷ Custódio Bíblia foi como ficou conhecido o português Custódio José Gomes, que, segundo Raimundo Magalhães Júnior, em nota a *Diálogos e reflexões de um relojoeiro* (ASSIS, 1956, p. 23), morrera em

B. – Quem?

A. – Custódio Bíblia. Conheceu-o?

B. – Não. Conheci há muitos anos um padre protestante, que aqui andava pregando e a quem o *Apóstolo*¹⁸ chamava por desprezo *O Bíblia*, assim como se dissesse: – *o pinta-monos*.¹⁹

A. – Pois não é esse; é um Custódio José Gomes, que tinha aquela alcunha, morreu há tempos, deixando um testamento. Diz-se agora que o testamento é falso, e acrescenta um jornal que pessoas de conceito estão envolvidas no negócio.

B. – Diabo.

A. – Diga-me cá. Juntando todas essas cousas a outras cousas, não lhe parece que aqui há cousa?

B. – Há cousa e pessoas; mas, estando as pessoas no plural e a cousa no singular, chega-se à necessidade de uma divisão equitativa da cousa, porque em suma, é preciso brilhar, gozar...

A. – Mas um país riquíssimo?

B. – O Belisário²⁰ já provou que esta velha chapa não merece atenção de homem sério. Nem o país é riquíssimo, nem riqueza escondida vale grande cousa. Toda a

estado senil. Segundo o estudioso, houve demanda judicial envolvendo seu testamento, por suspeita de falsificação. Essa informação é facilmente comprovável por consulta a jornais da época. Machado de Assis abordou esse assunto em outras crônicas, como, por exemplo, a da “Gazeta de Holanda” de 7 de março de 1887, e as de “Bons Dias”, de 19 de julho de 1888 (*Gazeta de Notícias*, p. 2) e de 30 de março de 1889 (*Gazeta de Notícias*, p. 1). Raimundo Magalhães Júnior abordou o assunto também em sua obra *Machado de Assis desconhecido* (1957, p. 361-381).

¹⁸ Machado de Assis, nesta passagem, muito provavelmente, trocou um periódico católico, *O Apóstolo*, por outro, *Cruzeiro do Brasil*. Numa de suas crônicas da série “Ao acaso”, publicada no *Diário do Rio de Janeiro*, em 29 de novembro de 1864, ele já se referira a esse sujeito apelidado de Bíblia. Naquele tempo, os acontecimentos eram atuais, e, na mencionada crônica, a referência ao missionário protestante é relacionada a outro periódico católico, *Cruzeiro do Brasil* (Ver, por exemplo, *Cruzeiro do Brasil*, ano I, n. 9, p. 3, 27 nov. 1864 – que é o número citado por Machado na crônica mencionada). Nos jornais da época que consultamos, o missionário inglês é referido apenas como Dr. Kelly. Os periódicos *Cruzeiro do Brasil* e *O Apóstolo* eram ambos católicos, e muito semelhantes do ponto de vista da linha editorial. Explica-se, assim, a confusão dos periódicos – mais de vinte anos depois – na memória do cronista. O primeiro deles circulou nos anos de 1864 e 1865, o segundo começou a circular em 1866. A Hemeroteca Digital Brasileira possui, do *Cruzeiro do Brasil*, números de 1864 e 1865, e, de *O Apóstolo*, números de 1866 a 1901.

¹⁹ dissesse: – *o pinta-monos*.] dissesse: *o pinta-monos*. – em OCA2008.

²⁰ Não localizamos a passagem em que Belisário faz essas afirmações. Francisco Belisário Soares de Sousa (1839-1889) foi membro do Partido Conservador e ministro da Fazenda no gabinete presidido pelo barão de Cotegipe durante o período de 20 de agosto de 1885 a 10 de março de 1888. Era um personagem interessante e polêmico, como se vê da seguinte afirmativa sobre ele, feita por Ferreira de Araújo, na coluna “Cousas políticas” (*Gazeta de Notícias*, 6 set. 1886): “Conservador e fazendeiro, S. Ex. é escravocrata, em todo o mau sentido da palavra, mas, quando a sua razão fala sem peias, S. Ex. propõe

questão é ir buscá-la. A mais rica pérola do mundo, escondida aos olhos do homem, vale menos que este níquel de duzentos réis. Finalmente, li há pouco, agora mesmo, uma velha verdade da ciência moderna. Você crê na luta pela vida?²¹

A. – Como não crer, se é a verdade pura?

B. – Bem: na luta pela vida tem de vencer o mais forte ou o mais hábil. Você é forte?

A. – Sou um banana.

B. – Pois seja hábil. *Make money*; é o conselho de Cássio. *Mete dinheiro no bolso*.²²

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar, 2008.

Referências²³

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

que se suprimam os impostos de exportação sobre os nossos produtos, para que possamos vender muito, e que se lance um imposto sobre o senhor, por cabeça de escravo, para que o senhor tenha interesse em livrar-se desse condenado ao trabalho perpétuo.”

²¹ É bom lembrar que, na época em que apareceram estas crônicas, Machado de Assis vinha publicando (começara em 15 de junho 1886) em folhetim, em *A Estação*, o romance *Quincas Borba*, em que a luta pela sobrevivência (“luta pela vida”) era ponto importante no sistema filosófico fictício, o Humanismo, desenvolvido pelo personagem que dá título ao romance.

²² Citação da passagem de *Otelo* (SHAKESPEARE, 1969, ato I, cena III) em que Iago sugere a Rodrigo “meter dinheiro no bolso”. Machado parece ter cometido algum equívoco; Cássio não está em cena.

²³ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.
Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

A + B (16 set. 1886)*

A. – Vou dizer-lhe uma cousa incrível, mas verdadeira. Tenho uma ideia...

B. – Guarde-a, guarde-a... Uma ideia, amigo! É encafuá-la; é metê-la nos cafundós do espírito.

A. – Pois sim, mas não há inconveniente em confiá-la a um amigo discreto; não é seguramente botá-la ao meio da rua. Você sabe que as ideias dos homens são como os filhos das mulheres; lá vem a hora... A minha completou agora mesmo os seus nove minutos... Vamos, apare-a nos braços. Sabe que no Recife, não só se desconfia que houve desfalque na Tesouraria, em vez de roubo,¹ mas até já se suspeita que o método ali empregado foi o mesmo do “English Bank”.²

B. – Já sei: os tais maços de notas miúdas com uma nota grande por fora, fazendo tudo um conto de réis aparente, mas na realidade uns cento e tantos mil-réis.³

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886), DRR (p. 25-28) e OCA2008 (v. 4, p. 660-662). Texto-base: GN. A lista das abreviaturas empregadas encontra-se ao final do texto editado. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ Telegramas de Pernambuco, datados de 9 de setembro, apareceram na *Gazeta de Notícias* do dia 10 (p. 1, col. 1) sob o título “Roubo na Tesouraria”. O primeiro deles começava assim: “Encontraram-se vazios, esta manhã, os cofres da tesouraria de fazenda provincial.” Outro dizia: “Foram encontradas as chaves falsas com que foram abertos os cofres da tesouraria. / A casa forte havia sido forçada.” Já um telegrama do dia 12, publicado na *Gazeta* (p. 1, col. 1) no dia 13, dizia: “Parece bem averiguado que não houve roubo na tesouraria, e sim uma aparência de roubo, para encobrir desfalques. / Nos exames feitos de tempos em tempos, só se contavam os maços, sem verificação interna, que continham um ou mais contos de réis, supondo-se agora, que esses maços tinham notas grandes por fora e pequenas por dentro, representando quantias insignificantes.”

² “English Bank”.] English Bank. – em OCA2008. O desfalque no English Bank of Rio de Janeiro foi descoberto quando se deu o desaparecimento do sr. Inácio Marques de Gouveia, que era pagador e caixa do banco. Na ocasião, o gerente determinou que se examinassem os fundos do banco; o exame revelou o desfalque de cerca de 270.000£. A diretoria da instituição, por sua vez, levou o caso à polícia. (Cf. *Gazeta de Notícias*, p. 1, 28 fev. 1886) O método empregado no desfalque foi, de fato, o mesmo utilizado na tesouraria de Pernambuco, conforme se lê, por exemplo, no relatório apresentado pelo dr. Silva Matos (1º delegado), quando do encerramento do inquérito (*Gazeta*, 3 de agosto de 1886, p. 2, col. 1) e em depoimento de testemunha (*Gazeta*, 24 de agosto de 1886, p. 2, cols. 4 e 5). Ver também a nota 12 em “A + B (12 set. 1886)”.

³ mil-réis.] mil-réis – em GN (erro tipográfico).

A. – Tal qual.

B. – Mas que ideia lhe deu isso?

A. – Veja lá se adivinha.

B. – Não posso.

A. – Imaginei que algumas das nossas cabeças públicas podem ser assim compostas de uma grande nota por fora e outras miúdas por dentro. Contos de réis de caçoada... Que lhe parece? Fiquei tão contente com esta conjectura, que até me deu vontade de dançar um minuete... Trá-lá-lá, trá-lá-lá, lá-lá... Compreende, não? Uma nota grande, vistosa, cem mil-réis, encapando uma porção de quinhentos réis muito rafados,⁴ e embaindo a multidão. A multidão aplaude, crê nos rolos de dinheiro, adivinha outros, e dança como eu, – trá-lá, trá-lá-lá.⁵

B. – Bem pode ser.

A. – Vá ouvindo. Espontaneamente, ou para animar as turbas, um dos presentes grita: “Viva o conto de réis!” Mil vozes repetem: “Viva o conto de réis!” E jura-se que não há menos de um conto de réis, que há até mais. Mas lá vem um que apenas possui uns cento e vinte mil-réis, em notas pequenas e espalhadas, e fica triste, sente-se invejoso, e clama que o conto de réis, embora certo, é falso.

B. – “Embora certo”, confesso que é sublime. Não acham outro meio de desmoralizar esses contos de réis, senão dizer que são falsos, embora certos.

A. – Falso? replicam os outros; é preciso não conhecer dinheiro, para dizer que esta nota é falsa. Não há nada mais verdadeiro; tão verdadeiro como Deus que está no céu.

B. – A sua ideia, entretanto, esbarra numa dificuldade. As notas não podem ficar emaçadas; há despesas... o dono tem de abrir os maços, distribuir o dinheiro...

A. – Há despesas, mas há também crédito. Uma nota grande por fora é a alavanca do crédito intelectual. Para que serviria então a velha instituição dos fiados? Fia-se tudo, até a reputação.

B. – Não sabia desta. Depois é que aparecem os desfalques.

A. – Raro, muito raro.

B. – Como raro?

⁴ rafados,] ralados, – em DRR e em OCA2008.

⁵ trá-lá, trá-lá-lá.] tra la la, tra la la (sem atualização ortográfica). – em DRR e em OCA 2008.

A. – Quando os desfalques começam a aparecer, a multidão está ocupada com outro conto de réis, – que pode ser verdadeiro ou falso, –⁶ mas é outro, e ninguém dá fé dos desfalques, ou todos os desculpam. Aqui entra uma boa liquidação sossegada, e adeus.

B. – Compreendo; refere-se à História.

A. – Deus de Misericórdia, não! Não vou tão longe. A História é uma bela castelã, muito cheia de si, e não me meto com ela. Mas a minha comadre Crônica, isso é que é uma boa velha patusca, tanto fala como escreve, fareja todas as cousas miúdas e graúdas, e põe tudo em pratos limpos.⁷

B. – Se fosse em pratos mal lavados, era capaz de saber também alguma coisa dos dois mil contos daquela companhia francesa, os tais que fomos condenados a pagar.⁸

A. – Não é outra cousa, esses contos são verdadeiros.

B. – Como verdadeiros? Então acha que devemos entregar assim...

A. – Homem dos diabos, não digo isso; digo que esses contos pedidos e concedidos (por ora) são dos que não comportam desfalques. Se houvermos de pagar (*quod Deus avertat*⁹), há de ser em maços certos –¹⁰ certos e contados.

B. – Mas convenha que é horrível; pagar certo e receber errado.

A. – Antes errado que nada. Antes alguma cousa pouca nos cofres e nas cabeças, que uma simples hipótese –¹¹ uma ou duas. Mas já é tarde; adeus.

B. – Não; leia primeiro este trecho de um discurso do meu amigo Cândido de Oliveira,¹² proferido ontem na câmara dos deputados.¹³ Queixa-se de quererem pôr a

⁶ – que pode ser verdadeiro ou falso, –] que pode ser verdadeiro ou falso, (sem os travessões) – em OCA2008.

⁷ A crônica é gênero híbrido, que dialoga com a história, o jornalismo e a literatura. Machado de Assis cronista discorre, frequentes vezes, sobre a natureza desse gênero, em que a reflexão séria e profunda alterna-se e funde-se à linguagem amena da divagação literária. Na última crônica que publicou em vida, com o título de “Crônica”, na *Gazeta de Notícias*, em 1900, incluída pelo compilador das edições Jackson no conjunto de “A Semana”, escreveu ele (caracterizando a esfera de atuação do cronista): “Eu gosto de catar o mínimo e o escondido. Onde ninguém mete o nariz, aí entra o meu, com a curiosidade estreita e aguda que descobre o encoberto.” (*Gazeta de Notícias*, p. 1, 11 nov. 1900)

⁸ A Fazenda nacional tinha sido condenada pelo Tribunal da Relação (segunda instância) a pagar 2.000 contos de réis à *Société Nouvelle de Forges et Chantiers de la Méditerranée*, por perdas e danos do contrato feito pelo governo com aquela companhia, para a construção de um encouraçado. (Cf. *Gazeta de Notícias*, p. 1, 14 set. 1886)

⁹ A expressão latina *quod Deus avertat*, em tradução literal, significa “que Deus afaste”, e em tradução interpretativa, “que Deus nos livre”.

¹⁰ certos –] certos, (com vírgula, sem o travessão) – em OCA2008.

¹¹ hipótese –] hipótese, (com vírgula, sem o travessão) – em OCA2008.

câmara abaixo do senado.¹⁴ Mas como é que ele ainda não percebeu que o senado tem mais força que a câmara, e deve tê-la?¹⁵

A. – Lá isso não. Tanto percebeu, que deseja entrar para lá, e com razão, porque o merece.¹⁶ Na Inglaterra, o Sr. Gladstone¹⁷ não deseja nem por sombras que a rainha¹⁸ o meta na câmara dos lords;¹⁹ justamente porque a dos comuns é mais forte. Toda a retórica do mundo não responde a esta comparação sociológica. Agora, mosque-se; até depois.

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar, 2008.

¹² Cândido Luís Maria de Oliveira (1845-1919), nos debates ocorridos na câmara dos deputados nos dias anteriores, apontou o desprestígio daquela casa. O governo havia proposto aumento de impostos, que a câmara aprovou; depois, o senado aprovou um aumento de despesas, que foi aceito pelo governo (não foi pedida a fusão, isto é, a votação pela assembleia geral, que compreendia as duas casas do parlamento, em que o governo ganharia, pela maioria que tinha na câmara). Isso foi entendido pelo deputado Cândido de Oliveira como contradição, que resultava em desprestígio para a câmara. (Cf. “Câmara dos deputados”, *Jornal do Commercio*, do dia 14, p. 1-2, e do dia 15, p. 3, de setembro de 1886)

¹³ câmara dos deputados] Câmara dos Deputados – em OCA2008.

¹⁴ senado.] Senado. – em OCA2008.

¹⁵ O poder legislativo do Império um órgão bicameral com uma câmara dos deputados e um senado. A câmara dos deputados era eletiva e temporária, composta por representantes eleitos pelos cidadãos das províncias do Império. O senado era vitalício, mas igualmente eletivo. Cada província tinha direito a eleger tantos senadores quantos fossem metade de seus respectivos deputados, e a província com somente um deputado elegeria um senador. As eleições para o senado eram feitas por listas tríplices; o imperador escolhia, entre os eleitos, o que seria senador. Uma vez escolhidos, os senadores tornavam-se independentes do povo e da coroa; a vitaliciedade de seus mandatos lhes conferia maior prestígio. (Cf. HORBACH, 2006, p. 7-22)

¹⁶ Cândido Luís Maria de Oliveira seria senador por Minas Gerais de 1887 a 1889. (Cf. <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1534>>.)

¹⁷ Sr. Gladstone] sr. Gladstone – em OCA2008. William Ewart Gladstone (1809-1898): importante político inglês, líder do Partido Liberal, que já havia sido primeiro ministro por três vezes – a terceira neste ano de 1886.

¹⁸ Reinava na Inglaterra, naquela época, a rainha Vitória (1819-1901), cujo reinado se estendeu de 1837 a 1901.

¹⁹ câmara dos lords;] câmara dos lordes; – em DRR; Câmara dos lordes; – em OCA2008.

Referências²⁰

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEIIE>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEIIE>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo

²⁰ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.
Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

A + B (22 set. 1886)*

A. – Ora viva! Há que tempo que o não vejo!¹

B. – Estive doente; apanhei uma constipação.

A. – Eu, quando encontro alguma,² deixo-a estar onde está; não me abaixo a apanhá-la.

B. – Pois bem; podia lá ter deixado também essa tolice. É um trocadilho que data do primeiro constipado, – talvez Adão; –³ pode ser que as primeiras folhas de figueira fossem tão somente uma camisa de flanela rudimentária... Enfim, você promete não dizer outra?

A. – Já vejo que você ainda está impertinente. Constipação malcurada. Vamos a saber,⁴ não leu nada? não sabe nada?

B. – Sei vagamente uma história de emendas que passaram no senado,⁵ e que provavelmente não passam na câmara.⁶ Que se há de fazer em tal caso?

A. – Fusão, naturalmente.⁷

B. – Fusão? Explique-me isso pelo miúdo. Quer uma pastilha?

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886), DRR (p. 29-31) e OCA2008 (v. 4, p. 662-663). Texto-base: GN. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ que o não vejo!] que não o vejo! – em DRR e em OCA2008.

² alguma,] alguma – em DRR e em OCA2008.

³ – talvez Adão; –] talvez Adão; (sem os travessões) – em OCA2008.

⁴ saber,] “ber, – em GN. Seguimos a leitura de Raimundo Magalhães Júnior, em DRR.

⁵ senado,] Senado, – em OCA2008 (nesta edição, em todas as ocorrências, essa palavra traz inicial maiúscula).

⁶ câmara.] Câmara. – em OCA2008 (nesta edição, em todas as ocorrências, essa palavra traz inicial maiúscula). Sobre as diferenças nos resultados das votações na câmara e no senado, ver a crônica anterior, e, em especial, a nota n. 12 em “A + B (16 set. 1886)”.

⁷ A fusão consistia na votação pela assembleia geral, que reunia as duas casas do parlamento (câmara dos deputados e senado). Ver nota n. 12 em “A + B (16 set. 1886)”.

A. – Não, obrigado. Você há de saber que o sistema parlamentar, como todos os sistemas, deve ter uma definição. A melhor de todas (modéstia à parte⁸) é a minha.

B. – Diga.

A. – Confusão das⁹ línguas, fusão dos votos. As línguas divergem, trabalham, confundem-se, daqui o hebraico, dali o caldaico; mas as línguas cessam, e falam então os votos. Trata-se no caso presente de uma confusão de línguas, início de uma fusão de votos, que acabará por uma difusão de pessoas.

B. – Sem trocadilho?

A. – Sem trocadilho.

B. – Mas o senado pode negar a fusão?

A. – Há opiniões, uns dizem que não, outros que sim, e este ponto depende dos partidos. Assim os liberais entendem que não se pode negar, os conservadores que sim. Quando a maioria do senado for conservadora, nega;¹⁰ quando for liberal concede. Você vê que não há nada mais estável, mais definitivo que isto. Mais definitivo que isto só a morte; e ainda assim não sei.

B. – Mas agora?

A. – Agora é provável que haja fusão; demais, trata-se do orçamento, e aí está a finura da rejeição da emenda Correia.¹¹ Orçamento ou revolução.

B. – Entendi; mas diga-me: não era melhor que, por meio de poderes especiais, se definisse bem esse ponto constitucional da fusão obrigatória ou facultativa?

A. – Upa! Você falou agora como um doutor. *Cabricias autem*, como diz o médico de Molière.¹² Poderes especiais, ponto constitucional, fusão obrigatória ou

⁸ à parte] aparte – em GN; a parte – em OCA2008.

⁹ das] de – em DRR e em OCA2008.

¹⁰ nega;] nega, – em DRR e em OCA2008.

¹¹ Acreditamos que se refira a Manuel Francisco Correia (1831-1905), senador pelo Paraná, entre 1877 e 1889. (Cf. <<https://bit.ly/2C7U2Ks>>.) Não conseguimos esclarecer com certeza do que tratava a “emenda Correia”. A atividade parlamentar, no período em que foram escritas estas crônicas, estava toda voltada para as votações do orçamento. Houve, entretanto – e o senador Correia participou do processo com uma emenda, juntamente com o senador Saraiva –, uma votação acerca da questão da escravidão, relacionada à interpretação da lei de 28 de setembro de 1885, também chamada Lei Saraiva-Cotegipe ou Lei dos Sexagenários. (Cf. “Boletim parlamentar” e “Diário das câmaras”, *Gazeta de Notícias*, p. 1-2, 18 set. 1886) O senador Correia, com o senador Afonso Celso, participou de pelo menos uma outra emenda, sobre outro assunto. (Cf. “Diário das câmaras”, *Gazeta de Notícias*, p. 2, 1º set. 1886) Pelas datas em que as matérias apareceram nos jornais, o mais provável é que esta crônica se refira à emenda noticiada em 18 de setembro (a mais próxima no tempo). A destriça dessa matéria, e o esclarecimento do que trata a “emenda Correia” mencionada nesta crônica, dependem de mais acurados estudos. É sugestivo de alguma coisa (não muito clara para nós) que, depois de falar da “emenda Correia”, venha este período (de significação aparentemente obscura): “Orçamento ou revolução.”

facultativa... Mas você não vê que tudo isso é comprido, leva tempo, muito tempo, e que esta vida não chega a netos? Que haja alguma dificuldade grave em 1914, por causa desse ponto, é possível; mas que temos nós com 1914? Há de haver gente em 1914. Ou você crê que tudo acaba em 1913?

B. – Não.

A. – Logo...

B. – E de eleição de senadores¹³ como vamos? Creio que é no dia 7 de outubro. Nada de chapa liberal?¹⁴

A. – Como não? Já está organizada; aqui está ela.

B. – Queixavam-se de que o nosso Otaviano¹⁵ não queria organizar nada; mas afinal parece...

A. – Parece o quê?

B. – Que Alexandre¹⁶ deixou a tenda e tomou o comando das forças dispersas.

A. – Não, senhor; Alexandre é mais fino; abdicou o império...¹⁷

B. – Em quem?

¹² Citação (truncada?) de fala de Sganarelle, em latim macarrônico, em *Le médecin malgré lui* (ato II), de Molière: “*Cabricias arci thuram*”. (Cf. <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.)

¹³ senadores] Senadores – em OCA2008.

¹⁴ A eleição de senadores, a ser realizada em 7 de outubro, teve, nas fileiras liberais, alguma controvérsia. Veja-se a diferença, registrada na imprensa, entre os partidos Conservador e Liberal: “Nos arraiais conservadores trabalha-se ativamente pela chapa, e esta deve ser *batida*. Como sempre, aquele partido faz o seu trabalhinho às caladas, e com a certeza de que levará a melhor. / Os liberais, esses reúnem-se sob a presidência do seu chefe, o Sr. Visconde de Santa Cruz, e elegem os três nomes que deverão constituir a chapa do partido. / Ao que parece, numeroso grupo da corte e da província revolta-se contra o vencido, dá por apócrifos a reunião, o chefe e as deliberações tomadas, e proclama a bandeira da revolta, apresentando outros nomes e outras chapas! / Sempre o partido liberal...” (“Crônica da semana”, *Gazeta de Notícias*, p. 1, 26 set. 1886) No dia 18 de setembro, quatro dias antes da publicação desta crônica, o Partido Liberal havia definido a seguinte chapa: “Comendador Malvino da Silva Reis, negociante. / Conselheiro Eduardo de Andrade Pinto, advogado. / Dr. Manuel Rodrigues Peixoto, fazendeiro.” (“Eleição de Senador”, nas Publicações a Pedido, *Gazeta de Notícias*, p. 2, 30 set. 1886) No dia 24 de setembro de 1886 (p. 2), a *Gazeta de Notícias* trazia, entretanto, o anúncio de outra chapa liberal: “Comendador Malvino da Silva Reis, negociante. / Dr. Pedro Dias Gordilho Pais Leme, fazendeiro. / Dr. Manuel Rodrigues Peixoto, fazendeiro.” Uma terceira chapa, acompanhada de justificativa, aparece nesta mesma data, no mesmo jornal (p. 3): “Depois da declaração feita pelo conselheiro Eduardo de Andrade Pinto, que exprime fielmente os sentimentos dos verdadeiros liberais da corte e província, pedimos aos nossos correligionários todo o apoio para a seguinte chapa: Conselheiro Eduardo de Andrade Pinto. / Tenente-general Henrique de Beaurepaire-Rohan. / Dr. Adolfo Bezerra de Meneses. / *A dignidade do partido liberal*.” O conselheiro Eduardo de Andrade Pinto, conforme se lê na mesma *Gazeta de Notícias*, na mesma data, p. 2, tinha desistido de sua candidatura. Nesta última chapa aparece o nome de Beaurepaire-Rohan, que será mencionado em “A + B (28 set. 1886)” – próxima crônica desta série.

¹⁵ Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889) foi poeta, jornalista e político, com atuação em vários órgãos da capital do Império, e senador pela província do Rio de Janeiro entre 1867 e 1889. (Cf. <<https://url.gratis/YbhaT>>.)

¹⁶ Alexandre (356-323 a.C.), rei da Macedônia, comumente conhecido como “Alexandre, o Grande”.

¹⁷ império...] Império... – em OCA2008.

A. – Não designou nomes; fez como¹⁸ o macedônio, deixou-o *ei qui esset optimus*;¹⁹ e não houve briga pela definição. *Optimus* apareceu, reuniu, presidiu e concluiu. Dê cá uma pastilha.²⁰

B. – Tome lá duas.

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar, 2008.

Referências²¹

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

¹⁸ como] mocô – em DRR e em OCA2008.

¹⁹ A expressão latina *ei qui esset optimus* pode ser traduzida por “aquele que foi o melhor”. (Tradução nossa) Trata-se de frase da obra *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*, de Quintus Curtius Rufus. Alexandre teria dito a frase ao ser indagado, no leito de morte, sobre quem deveria sucedê-lo (Cf. RUFUS, 1854, p. 254) – daí o “abdicou o império”, sem designar nomes, que aparece na crônica.

²⁰ A parte final do diálogo, a partir do ponto em que Francisco Otaviano é mencionado, tem lá suas dificuldades: Machado lança mão da figura de Alexandre, o Grande, para referir-se às dificuldades de formação da chapa liberal para concorrer à eleição para o senado. Quando se lê “fez como o macedônio”, fica sugerido ao leitor que há dois Alexandres: o Grande, da história antiga, e um contemporâneo – que seria o chefe dos liberais. Francisco Otaviano é mencionado; porém, a notícia da reunião que escolheu a chapa afirma que o chefe liberal que a conduziu foi o visconde de Santa Cruz. (“Crônica da semana”, *Gazeta de Notícias*, p. 1, 26 set. 1886; “Notícias de várias procedências”, *Jornal do Commercio*, p. 2, 19 set. 1886) O visconde de Santa Cruz, José Maria de Carvalho (1834-?) não pertencia propriamente à nobreza brasileira, seu título lhe havia sido concedido por d. Luís I, rei de Portugal. Embora não saibamos a data de sua morte, sabemos que ele estava vivo em 1894, pois, nesse ano, foi agraciado com a grã-cruz de S. Gregório Magno pelo papa Leão XIII. (*Jornal de Recife*, p. 2, 17 fev. 1894) Tudo indica que Francisco Otaviano “abdicou” a condução do processo de escolha dos candidatos ao senado; tudo indica, também, que ele não indicou o visconde para conduzir a sessão – José Maria de Carvalho foi o *Optimus*. É tão cerrada a lógica dessa passagem, que julgamos conveniente esta nota.

²¹ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.
Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

A + B (28 set. 1886)*

A. – Vinha agora mesmo pensando em Vossa Excelência...¹

B. – Excelência!²

A. – Desculpe-me; foi um jeito que me ficou da conversa que tive com um deputado. E justamente por causa dele é que eu vinha pensando em você; falamos das últimas votações do senado;³ ele, supondo estar na câmara,⁴ disse-me, levantando os braços: – Os acontecimentos precipitam-se de uma maneira vertiginosa.⁵

B. – Que acontecimentos?

A. – Foi o que ele me não quis dizer; ou por discrição, ou porque efetivamente não sabe nada. Chegou mesmo a queixar-se de não perceber em que paravam as modas. Já estive certo da fusão,⁶ depois perdeu-a de vista, afinal parece-lhe que é inevitável. Eu, para consolá-lo, falei do *Chapéu de palhinha de Itália*,⁷ um *vaudeville* antigo, contei-lhe a ação da peça, e citei-lhe as exclamações do pai da noiva: “Meu genro, tudo

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886), DRR (p. 33-37) e OCA2008, (v. 4, p. 664-665). Texto-base: GN. A lista das abreviaturas empregadas nesta edição encontra-se ao final do texto editado. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ Vossa Excelência...] vossa excelência... – em OCA2008.

² Decreto Imperial de 29 de maio de 1826, publicado em 08 de junho de 1826, determinava que os presidentes das câmaras dos senadores e dos deputados tivessem o tratamento de “Excelência”, e dele também gozassem os secretários das mesmas câmaras na correspondência oficial. (Cf. DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil, 1826, p. 201)

³ senado;] Senado; – em OCA2008 (nesta edição, em todas as ocorrências, essa palavra traz inicial maiúscula).

⁴ câmara,] Câmara, – em OCA2008 (nesta edição, em todas as ocorrências, essa palavra traz inicial maiúscula).

⁵ – Os acontecimentos precipitam-se de uma maneira vertiginosa.] – Os acontecimentos precipitam-se de uma maneira vertiginosa? – em DRR; “Os acontecimentos precipitam-se de uma maneira vertiginosa” (com aspas, sem o travessão inicial). – em OCA2008.

⁶ Ver nota n. 7 em “A + B (22 set. 1886)” e nota n. 12 em “A + B (16 set. 1886)”.

⁷ *Itália*,] *Itália* – em DRR e em OCA2008. A comédia *Un chapeau de paille d’Italie*, de Eugène Labiche (1815-1888), em cinco atos, estreou em Paris em 1851.

está desfeito!” – “Meu genro, tudo está reconciliado!”⁸ Expliquei-lhe que o genro era o ministério,⁹ e que o senado é o sogro... Disse-lhe mais, que todas as peças, ainda as de cinco atos, acabam sempre; e que para ele toda a questão era dormir cedo ou tarde, com ceia ou sem ceia, – talvez sem ceia...¹⁰ Em suma, duas horas de conversação...

B. – Noto uma coincidência.

A. – Qual?

B. – Você citava um *vaudeville* antigo; eu pensava na Ópera Nacional...¹¹

A. – Não a conheci; estava fora da corte por esse tempo.

B. – A Ópera Nacional foi uma instituição que aqui houve para cantar óperas italianas, traduzidas pelo De Simoni.¹² Quando menos pensava, deu-nos o Carlos Gomes...¹³ Se todas as instituições deixassem assim alguma coisa... Bons tempos! Estou a ver o Ribas, o Amat, o Trindade,¹⁴ sem contar as damas. Tempos deliciosos! Cantavam-se óperas sérias, óperas bufas e zarzuelas.

A. – Mas a que propósito?

⁸ “Meu genro, tudo está desfeito!” – “Meu genro, tudo está reconciliado!”] “Meu genro, tudo está desfeito!”, “Meu genro, tudo está reconciliado!” – em OCA2008.

⁹ ministério.] Ministério, – em OCA2008.

¹⁰ com ceia ou sem ceia, – talvez sem ceia...] com ceia ou sem ceia, talvez sem ceia... – em OCA2008.

¹¹ Em 1857, criou-se a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (desaparecida pouco tempo depois), em que atuou o primeiro grande operista brasileiro, Carlos Gomes, além de outros nomes importantes para o gênero, como, por exemplo, Henrique Alves de Mesquita e Elias Álvares Lobo. Esta instituição, fundada por iniciativa de d. José Amat, que se encarregou da administração, e, com o apoio da corte imperial brasileira, tinha por objetivo estruturar uma ópera nacional no sentido estrito de oposição à ópera italiana, ainda que pela mera utilização do vernáculo em traduções de libretos originais em outras línguas. A Academia reunia nobres da sociedade carioca como membros do seu conselho diretor e artistas como Francisco Manuel da Silva, Joaquim Giannini, Manuel de Araújo Porto-Alegre, membros do conselho artístico, além de escritores como José de Alencar, Manuel Antônio de Almeida, Quintino Bocaiuva, Salvador de Mendonça e Machado de Assis, atuando como libretistas, tradutores ou adaptadores de libretos. (Cf. BRANDÃO, 2012, p. 37-38)

¹² Luís Vicenzi de Simoni: escritor que traduziu para o português alguns libretos de ópera italiana. (Cf. BRANDÃO, 2012, p. 45, nota 14)

¹³ A Ópera Nacional encenou as duas primeiras peças líricas de Carlos Gomes, *A noite do castelo*, baseada na obra de Antônio Feliciano de Castilho, e *Joana de Flandres*, esta com libreto de Salvador de Mendonça, amigo de Machado de Assis. (Cf. BRANDÃO, 2012, p. 38)

¹⁴ Personagens importantes da história da Ópera Nacional: Eduardo Medina Ribas (1825-1890), nascido em Portugal, era barítono; José Zapata y Amat era escritor e músico de origem espanhola, que, em março de 1857, quando foi criada no Rio de Janeiro a Imperial Academia de Música e Ópera Nacional, assumiu nela a função de gerente e administrador; Heliodoro Maria Trindade, nascido no Brasil, era barítono. (Cf. CASTAGNA, 2003, v. 10. p. 8-11)

B. – Uma dessas peças (e foi isto que me fez pensar na Ópera Nacional) tinha por título: *Eran due, or sono tre*.¹⁵ Eram duas...

A. – Agora são três.

B. – Justo. Pensei no título por causa das chapas senatoriais, que eram duas, uma conservadora, outra liberal; mas a liberal dividiu-se, e aí ficam três.¹⁶

A. – Mas por que é que se dividiria, sendo já difícil a luta de uma só?

B. – Por causa dos princípios. Meu caro, os princípios valem alguma coisa; é preciso contar com eles. Por exemplo, eu não li a circular do Malvino.¹⁷

A. – Li-a eu.

B. – Sim? Não a li, mas aposto que lá vem certo número de princípios: autonomia municipal, temporariedade do senado, grande naturalização, casamento civil, alargamento do voto, federação das províncias...

A. – Vá-se embora! Você leu a circular.

B. – Não li.

A. – Leu-a, por força; como é que se pode, sem ler...

B. – Não li, homem de Deus! é que os princípios, ora são princípios, ora são favas contadas. Parece que foram eles ou elas, ou só um deles, a causa da divisão da chapa liberal, e da criação de outra abolicionista, que, se vencer, mete o Beaurepaire-Rohan¹⁸ no senado.

A. – Sim? Acho que tem real merecimento; mas, por que não será um dos outros?

¹⁵ *Eran due, or sono tre*.] *Eran due, or son tre*. – em GN; *Eram due, or son tre* – em DRR e em OCA2008. Trata-se de um melodrama italiano, em dois atos, de Luigi Ricci, que estreou em Turim em 1834. (Cf. IZZO, 2013, p. 22)

¹⁶ Ver nota n. 14 em “A + B (22 set. 1886)”.

¹⁷ A circular de Malvino da Silva Reis, datada de 22 de setembro, foi impressa nos grandes jornais da corte. Aparece, por exemplo, na *Gazeta de Notícias* de 24 de setembro de 1886, p. 2. De fato, ela aborda os temas mencionados adiante por B. No final de seu texto, escreveu o candidato: “Não sou, reconheço, uma inteligência superior, mas felizmente, como não peço pela falta das qualidades que requer a vida pública, isto é, bom senso e patriotismo, e possuo alguma prática dos negócios administrativos, é com semblante tranquilo que intento servir à nossa pátria. / Espero merecer vosso apoio, asseguro-vos que saberei honrar o vosso voto.”

¹⁸ Visconde de Beaurepaire-Rohan (Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire-Rohan, 1812-1894) foi militar e político. Ele ocupou o cargo de Ministro da Guerra (1864-1865) no gabinete de Francisco José Furtado (1818-1870). Era também historiador e filólogo. Na década de 1880, aproximou-se dos círculos abolicionistas. (Cf. SOUSA, I Seminário Internacional Brasil no Século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.) Ver também nota n. 14 em “A + B (22 set. 1886)” – crônica anterior a esta.

B. – Não pode ser. O Bezerra¹⁹ também tem serviços, mas não se pode servir a dois senhores, – ou ao Baependi²⁰ ou a Allan Kardec.²¹

A. – Bem; o Eduardo...²²

B. – Seria um grande prazer para os seus amigos; mas, custa dizê-lo, neste país de dispêndios à larga, o Eduardo ficava à porta; ele, que foi tão econômico quando esteve no ministério,²³ era capaz, entrando no senado,²⁴ de propor logo a supressão do cabide dos chapéus, com o venerável pretexto de que no parlamento²⁵ britânico todos estão de chapéu na cabeça, ou em cima das pernas.

A. – E da outra quem lhe parece que entraria?

B. – Creio que o Malvino.²⁶ E creia que, se não for agora, há de ser um dia; havemos de vê-lo entrar. Ele é dos sinceros e ingênuos; e lá está no evangelista: “Bem-aventurados os limpos de coração, porque eles verão a Deus”.²⁷ – Deus²⁸ aqui é um sinônimo do conde de Baependi.

A. – Mas diga-me cá uma cousa...

B. – Não posso; vou correndo para o Liceu de Artes e Ofícios, vou à conferência materialista.

A. – Com esta chuva? Diga-me cá...

B. – Não digo nada.

¹⁹ Adolfo Bezerra de Menezes (1831-1900) era médico, militar, jornalista, escritor e político; em virtude de ações de solidariedade que praticava, ficou conhecido como “médico dos pobres”. (Cf. em: <<https://url.gratis/3L51i>>.)

²⁰ Conde de Baependi (Brás Carneiro Nogueira da Costa e Gama, 1812-1887) era político, tendo sido senador de 1872 a 1887. Foi presidente do senado entre 1885 e 1887 – daí a expressão “servir a dois senhores”. (Cf. em: <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1521>>.)

²¹ dois senhores, – ou ao Baependi ou a Allan Kardec.] dois senhores, – ou ao Baependi ou a Allan-Kardec. – em DRR; dois senhores, ou ao Baependi ou a Allan-Kardec. – em OCA2008. Allan Kardec (Hippolyte Léon Denizard Rivail, 1804-1869) foi um influente educador, autor e tradutor francês e se notabilizou por codificar o Espiritismo.

²² Eduardo de Andrade Pinto (?-1895): político, membro do Partido Liberal, deputado na legislatura de 1878-1881, ministro da Guerra (1879), e senador entre 1890 e 1893 (já na República).

²³ ministério,] Ministério, – em OCA2008.

²⁴ senado,] Senado, – em OCA2008.

²⁵ parlamento] Parlamento – em OCA2008.

²⁶ A chapa liberal, de Malvino da Silva Reis, não foi a eleita. A chapa eleita foi a do Partido Conservador, e, nela, o escolhido foi Francisco Belisário Soares de Sousa, cujo mandato começou em 1887. A chapa conservadora foi constituída com os seguintes nomes: “Conselheiro João Manuel Pereira da Silva, capitalista. / Dr. Domingos de Andrade Figueira, capitalista. / Conselheiro Francisco Belisário Soares de Sousa, fazendeiro.” (Cf. *Gazeta de Notícias*, 2 out. 1886, p. 2)

²⁷ A citação bíblica é de Mt 5,8: “Bem-aventurados os limpos de coração: porque eles verão a Deus.” (A BÍBLIA sagrada, 1867)

²⁸ – Deus] Deus (sem o travessão) – em OCA2008.

A. – Olhe não falte ao Banco do Brasil no dia 28. Temos a eleição do diretor e presidente, e aqui não há princípios, são tudo²⁹ meios. Você sabe que há o diabo. É o caso da Ópera Nacional: *Eran due, or sono tre*.³⁰

B. – Adeus, adeus.

A. – Mas qual a tese dessa conferência, que você não quer perder?

B. – É esta: “Se a direção do materialismo científico pode ser ou não vantajosa aos seres organizados”. Ora, eu tenho um gato de muita estimação, que não está no caso em que S. Mateus³¹ manda que se faça alguma distinção entre o filho da casa e o cão da rua.³² O gato é também de casa; e eu quero ver se nos pode aproveitar a ambos a direção do materialismo científico.

A. – Ah! meu caro, você cita os santos, eu cito os gentios. “Felizes os que podem conhecer a origem das cousas,”³³ – e (acrescento eu) e explicá-las³⁴ entre o almoço e o jantar. Adeus.

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar (2008).

²⁹ tudo] todos – em OCA2008.

³⁰ *Eran due, or sono tre*.] *Eran due, or son tre*. – em GN; *Eram due, or son tre*. – em DRR e em OCA2008.

³¹ S. Mateus] São Mateus – em DRR e em OCA2008.

³² Alusão à passagem de Mt 15,26-27 (“Ele respondendo lhe disse: Não é bom tomar o pão dos filhos e lançá-lo aos cães. E ela replicou: Assim é, Senhor: mas também os cachorrinhos comem das migalhas que caem da mesa de seus donos.” – A BÍBLIA sagrada, 1867.)

³³ Citação das *Geórgicas* (II, 490), de Virgílio: *Felix qui potuit rerum cognoscere causas* (“Feliz quem pode conhecer as causas das coisas”). (Tradução nossa.)

³⁴ – e (acrescento eu) e explicá-las] e (acrescento eu) explicá-las (sem o travessão) – em OCA2008.

Referências³⁵

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo

³⁵ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.
Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

A + B (4 out. 1886)*

A. – Ao ler este telegrama da Vitória¹ na *Gazeta de Notícias*, o que é que pensa que mais me admirou?

B. – Foi o magistrado que puxava a orelha da sota.²

A. – Não.

B. – Foi o ex-legislador.

A. – Também não.

B. – Os empregados públicos?

A. – Não:³ nada disso. A *Gazeta* deu muita importância a esse negócio, sem advertir que a província do Espírito Santo não tem loterias, como as outras; e, por outro lado, não há lá Sarah Bernhardt.⁴ Em alguma coisa se há de passar o tempo.

B. – Mas então que foi?⁵

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886), DRR (p. 39-41) e OCA2008 (v. 4, p. 665-667). Texto-base: GN. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ A *Gazeta de Notícias* do dia 30 de setembro trazia o seguinte telegrama de Vitória (ES), datado do dia anterior, 29: “Na madrugada de hoje a polícia deu cerco a uma casa de jogo nesta cidade, e aí encontrou o ex-deputado Alfeu Monjardim, o juiz municipal da capital, muitos empregados públicos e três campistas. / A diligência foi feita pelo chefe de polícia, Dr. Fernando Eugênio, e tem sido muito aplaudida pela população. / Foi por causa do jogo que se deu aqui o roubo fictício no cor[reio,] e por isso o procedimento da autoridade tem sido muito louvado. / O fato produziu grande impressão.” Em torno desse telegrama giram os assuntos abordados na crônica. Naquele tempo se dizia “da Vitória”, para referir-se à cidade de Vitória, no Espírito Santo, como ainda hoje se diz “do Recife”. Numa notícia publicada na *Gazeta de Notícias* do dia 15 de outubro de 1886, sob o título de “Telegramas da Vitória”, além do título, lê-se, por exemplo, a expressão “nosso correspondente da Vitória”.

² Segundo o telegrama, havia um juiz na jogatina, como havia um “ex-legislador” (o ex-deputado Alfeu Monjardim) e empregados públicos.

³ Não:] Não; – em DRR e em OCA2008.

⁴ Loterias e Sarah Bernhardt são mencionadas como formas “legais” (isto é, legalizadas) de divertimento, por oposição à jogatina ilegal. A atriz Sarah Bernhardt esteve no Brasil em três ocasiões, a primeira delas em maio de 1886 (ano da publicação desta crônica; cf. NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886); as outras duas foram em 1893 e 1905 (Cf. MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017)

A. – Foi a memória do correspondente. Singular correspondente! Segundo o seu telegrama, aquela jogatina liga-se ao desfalque do correio da Vitória. Mas então ainda há alguém que se lembre do desfalque do correio?⁶

B. – Não foi há muito tempo; um ou dous anos, não?

A. – Que me importam os anos. O roubo de Pernambuco⁷ é de dias, e lá virá tempo em que escorregue para a lagoa Estígia,⁸ onde tudo se esquece.⁹ Daqui a pouco o Instituto Pernambuco insere o fato nos seus arquivos, entre a morte de Nero e a invasão dos bárbaros. Sócio haverá que prove que o tal roubo de oitocentos contos é uma inscrição lapidária: *D.C.C.C. contos...*¹⁰ isto é: “Deus, criador do céu conserta¹¹ os contos (das lanças).” Dirá que foi achada¹² em Nápoles pelos holandeses, trazida¹³ por eles, e aqui deixada¹⁴ escondida¹⁵ à margem do Beberibe.

B. – Mas que quer que lhe façam? Você sabe que estes casos são como os desastres causados por bonds,¹⁶ em que os cocheiros sempre fogem. Não se há de

⁵ que foi?] o que foi? – em DRR e em OCA2008.

⁶ O desfalque no correio de Vitória ocorrera em novembro de 1883. (Cf. *O Paiz*, p. 2, 10 out. 1884.)

⁷ Ver nota n. 5 em “A + B (12 set. 1886)”.

⁸ Estígia,] Stygia, – em GN; Stigia, – em DRR e em OCA2008. O *Vocabulário onomástico da língua portuguesa* traz apenas “Estige”.

⁹ Na mitologia greco-romana, Estige – a “lagoa Estígia”, a que Machado se refere – é um rio dos Infernos, cujas águas teriam algumas propriedades mágicas, como, por exemplo, conferir invulnerabilidade a quem se banhasse em suas águas. O rio infernal “onde tudo se esquece”, isto é, de cujas águas os mortos beberiam para esquecer as memórias de sua vida terrena, é, na verdade, o rio Letes. (Cf. GRIMAL, 1993, p. 152-153 – verbete: *Estige* – e p. 274-275 – verbete: *Lete*)

¹⁰ *D.C.C.C. contos...*] *D.C.C.C. contos...* – em DRR e em OCA2008.

¹¹ conserta] concerta – em GN.

¹² achada] achado – em GN.

¹³ trazida] trazido – em GN.

¹⁴ deixada] deixado – em GN.

¹⁵ As formas nominais verbais antecedentes “achada / trazida / deixada” (objeto das notas n. 12, n. 13 e n. 14), que vêm no masculino (“achado / trazido / deixado”) na *Gazeta de Notícias* parecem (na redação da *Gazeta*) concordar com o objeto (suporte material) sobre o qual se encontraria a “inscrição lapidária”. A forma “escondida”, por seu turno, concorda com a inscrição propriamente. Há, portanto, uma mudança no regime de concordância ao longo do período. Teria o autor empregado a silepse, ao concordar as formas verbais com a ideia do objeto sobre o qual havia uma inscrição, e, em seguida transferido a concordância desse objeto para a própria inscrição? Ao uniformizar as concordâncias, de certa forma “facilitamos” o entendimento do trecho – porque fizemos concordar as formas verbais todas com “inscrição”. Nisso, seguimos o editor que nos antecedeu, Raimundo Magalhães Júnior (em DRR). Estamos cientes do fato de que copistas (no caso de manuscritos) e tipógrafos e editores (no caso de textos impressos) introduzem variantes em textos de autores mais antigos justamente por transcrevê-los segundo o seu entendimento, que, normalmente, é um entendimento simplificado e transparente de um original complexo, opaco. Fica avisado o leitor de que, por excesso de zelo, talvez tenhamos traído o autor. Ou terá o autor empregado uma construção sintática que desconhecemos?

¹⁶ bonds] bondes – em DRR e em OCA2008. A palavra “bond” (sem o “e” final) já estava dicionarizada em português desde 1868. (Cf. HOUAISS, 2001, p. 486. verbete: *bonde*) Machado de Assis sempre emprega “bond” (nesta ocorrência sem itálico, mas com itálico em todas as ocorrências seguintes nesta crônica). Mantivemos as grafias de GN.

inventar um cocheiro só para ter o gosto de o levar ao júri, como lá foram ter os que arranjaram o testamento do Vila Nova do Minho.¹⁷

A. – 1855. Vai longe!

B. – Há trinta e um anos.

A. – Longe, muito longe. *Mete dinheiro no bolso*,¹⁸ não te digo mais nada; é o que dizíamos há tempos. Não metas este paio que aqui está pendurado; suja-te as calças, e o meu amigo Dr.¹⁹ Matos, 1º delegado, autua-te brincando. *Mete dinheiro no bolso*. Dinheiro grosso, muito grosso, mais grosso que o paio.

B. – Mas a opinião pública?

A. – O público – dizia um padre italiano –²⁰ gosta de ser embaçado. Eu acrescento que é o seu destino. *Mete dinheiro no bolso*.

B. – Queres parecer imoral, à força; tu não passas de um desanimado...

A. – Como o Leão Veloso?²¹

B. – Que tem o Leão Veloso?

A. – Está desanimado com o parlamentarismo; não o quer mais.²²

B. – Tal qual o Uchoa.²³

A. – Não; este apenas quer que se cumpra a constituição na nomeação livre dos ministros: é a mesma cousa, mas por motivo unicamente de legalidade. Leão Veloso é por tédio.

B. – O que eu concluo é que há então parlamentarismo aqui.

A. – Naturalmente.

¹⁷ Sobre o polémico testamento do barão de Vila Nova do Minho (José Bernardino de Sá), morto em meados de 1855, encontra-se uma notícia no *Jornal do Commercio* de 22 de dezembro de 1855, p. 1. O testamento era nuncupativo, e o caso envolve numerosas falsificações, ou suspeitas de falsificações, e testemunhas.

¹⁸ Ver nota 22 em “A + B (12 set. 1886)”.

¹⁹ Dr.] dr. – em OCA2008.

²⁰ O público – dizia um padre italiano –] O público, dizia um padre italiano, (sem os travessões) – em OCA2008.

²¹ Pedro Leão Veloso (1828-1902) foi senador do Império de 1879 a 1889. (Cf. <<https://bit.ly/2CtJFRw>>.)

²² O discurso de Leão Veloso sobre o assunto havia sido feito antes do dia 1º de outubro, conforme se pode inferir da intervenção do senador no discurso proferido por Martinho Campos nessa data, mas publicado apenas em 17 de outubro, no *Jornal do Commercio*, p. 1.

²³ Álvaro Barbalho Uchoa Cavalcanti (1818-1889) foi senador do Império de 1871 a 1889. (Cf. <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1395>>.) Em discurso pronunciado no senado em 22 de junho e publicado no *Jornal do Commercio* em 2 de julho (p. 1), o senador Uchoa Cavalcanti afirmou que “hoje este sistema de parlamentarismo na Europa, donde o importamos, está ficando desacreditado em toda a parte.” Em seguida, dá sua interpretação da nossa constituição, que, segundo ele, “não estabelece o parlamentarismo”.

B. – As oposições disseram sempre que não; é verdade que depois diziam o contrário. E a câmara?²⁴ o que pensa a câmara dos deputados²⁵ acerca do parlamentarismo?

A. – Falei a alguns dos seus membros; ouvi que não concordavam com os dous distintos senadores. Um deles explicou a divergência. Questão de ponto de vista. “A pessoa que passa de *bond*²⁶ por uma rua (disse-me ele) e olha para um palácio, recebe uma impressão diferente da pessoa que estiver à janela do palácio e olhar para o *bond*. Os *bonds* passam e o palácio fica.”

B. – Que lhe disse você?

A. – Que os palácios são mais sólidos, e abrigam melhor, nos dias de temporal. Os *bonds* não, senhor; passam, atropelam, molham, quebram as pernas à gente, e o cocheiro foge ou retira-se.

B. – Mas então onde está a verdade?

A. – *Mete dinheiro no bolso.*

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro.*

GN – *Gazeta de Notícias.*

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes,* Nova Aguilar (2008).

Referências²⁷

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

²⁴ câmara?] Câmara? – em OCA2008.

²⁵ câmara dos deputados] Câmara dos Deputados – em OCA2008.

²⁶ *bond*] *bonde* – em DRR e em OCA2008 (sempre assim no singular; e no plural nas duas ocorrências seguintes). Ver nota n. 16 nesta crônica.

²⁷ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.
Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

A + B (14 out. 1886)*

A. – Estive há poucos minutos com uma senhora, que veio desconsolada da sessão da assembleia geral,¹ vulgo fusão.² Rejeitou um passeio nesse dia, só para ter o gosto de ver a cousa, e não viu nada.

B. – Como, nada?³

A. – Nada, ou quase nada, disse-me ela; tal qual a passagem de Vênus,⁴ tão rara como a fusão de câmaras,⁵ e que eu também não vi nem por sombras. Respondi-lhe galantemente, que a passagem de Vênus não era rara, visto que ela ia todos os dias à rua do Ouvidor, e que se a não via, é porque a rua do Ouvidor não é um espelho. Parece-me que disse uma fineza, não achas?

B. – Talvez duas; mas a questão é saber por que é que ela não viu nada.

A. – Espera. Dita a fineza, insinuei-lhe que era melhor que nesse⁶ dia tivesse ido ela comigo à câmara dos deputados...

B. – Mas não havia lá ninguém!⁷

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886), DRR (p. 43-46) e OCA2008 (v. 4, p. 667-668). Texto-base: GN. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ assembleia geral,] Assembleia geral, – em OCA2008.

² Ver nota n. 7 em “A + B (22 set. 1886)” e nota n. 12 em “A + B (16 set. 1886)”. No folhetim “Microcosmo”, publicado no *Jornal do Commercio* em 10 de outubro, Carlos de Laet deu ao público, jocosamente, a seguinte definição: “A fusão é, em física constitucional, aquele fenômeno em que as duas câmaras, suficientemente escandecidas, mais ou menos liquidamente se entornam no mesmo recipiente.”

³ Como, nada?] Como nada? – em DRR e em OCA2008.

⁴ Passagem de Vênus, ou trânsito de Vênus, é um evento cósmico raro, que consiste na passagem de Vênus à frente do Sol (do ponto de vista de quem está na Terra) – é como ocorre nos eclipses: os três corpos (Terra, Vênus e Sol) ficam alinhados. As passagens de Vênus são raras, acontecem a cada 243 anos, e tendem a ocorrer em pares, separadas por oito anos. Nas proximidades da época em que esta crônica foi escrita, houve passagens de Vênus em 1874 e 1882. (Cf. WIKIPÉDIA. Disponível em:<<https://bit.ly/30oyZvB>>.)

⁵ câmaras,] Câmaras, – em OCA2008 (nesta edição, a letra inicial desta palavra, tanto no singular como no plural, é sempre maiúscula).

⁶ nesse] neste – em DRR e em OCA2008.

A. – Foi o que ela me replicou; eu disse-lhe que por isso mesmo que não havia ninguém, é que devíamos ir. Ela fez então o que devia: corou. Tu farias a mesma cousa; tu coravas.

B. – Mas se eu estou corando.

A. – Esperei que descorasse. Logo que descorou, expliquei-lhe que era para vermos, a gosto, na sala de espera, as tribunas que se mandaram fazer há tempos para os oradores, e que duraram, com perdão da palavra, *l'espace d'un matin*.⁸ Ela, que esteve em Paris, perguntou-me espantada por que⁹ eram muitas tribunas, em vez de uma, como viu lá. Respondi-lhe primeiramente, que as nossas eram duas, de vinhático e ridículas. Depois, dei-lhe a razão de serem duas.

B. – Que razão, homem de Deus?

A. – A razão foi terem feito a encomenda a um marceneiro que não tinha estado, por exemplo, em França, onde teria visto o que era a tribuna, que forma tinha, e em que lugar se punha; em seguida não terem emendado o regimento, que obriga a falar ao presidente, etc.¹⁰

B. – És sincero? Confessa que pregaste a essa senhora uma formidável amolação.

A. – Ao contrário.

B. – Não acredito... tu...

A. – Achou tanto interesse, que me perguntou por que é que as tribunas estavam na sala de espera, à vista de todos; expliquei-lhe que era para consolação dos contribuintes atrasados. Em seguida, falou-me de um discurso do jovem deputado Afonso Celso Júnior, que concluiu pedindo a supressão das bolas de votação.¹¹

⁷ A assembleia geral se reuniu no senado. (Cf. A fusão, *Gazeta de Notícias*, p. 1, 10 out. 1886) A julgar pela data da sessão da assembleia, esta crônica foi escrita (a crer também no cronista) no dia 9 de outubro. Dizia a notícia: “No senado reuniu-se ontem a assembleia geral, para rejeitar as emendas acerca da lei do elemento servil. [...] Muita gente nas galerias, patriotas dedicados e damas curiosas.” A presença de muitas mulheres nas galerias pode ter sugerido ao cronista a ideia desta crônica, que gira em torno de uma mulher que foi à assembleia geral.

⁸ Verso de Malherbe, muito citado por Machado de Assis, do poema “Consolation à M. du Perrier”, motivado pela morte de sua filha. Eis a estrofe de que consta o verso: “Mais elle étoit du monde, où les plus belles choses / Ont le pire destin; / Et rose elle a vécu ce que vivent les roses, / L’espace d’un matin.” (MALHERBE, 1797, p. 135-139)

⁹ por que] porque – em DRR e em OCA2008.

¹⁰ Diz o regimento, em seu Art. 78: “Nenhum deputado poderá falar sem ter pedido a palavra, declarando se pretende falar pró ou contra, e lhe ter sido concedida, *dirigindo sempre o discurso ao presidente*, ou à câmara em geral.” (REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados, 1881, p. 28, grifo nosso)

¹¹ Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior (1860-1938), que tinha 26 anos quando esta crônica foi publicada, foi político e escritor, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, em que ocupou a

B. – Então a votação é por bolas?

A. – Aí está; você nem isto¹² sabe. É por bolas; a cor da bola dá a significação do voto. Ela perguntou-me se cada bola tinha escrito o nome do deputado; naturalmente disse-lhe que não; se tivesse o nome escrito, quebrava-se o sigilo, que é a alma deste mundo e do outro. Para isso a câmara, quando quer votação nominal, há de votar primeiro que o quer, – coisa tão rara como a passagem de Vênus.

B. – Mas, com os diabos, voltemos ao princípio! Por que é que ela não viu nada?

A. – Agora o amolador és tu. Deixa-me¹³ concluir. Sabes o que ela me disse, depois de alguns minutos de reflexão? Que o melhor de tudo, nestas reformas parlamentares de uso interno, era fazer como se faz na indústria nacional dos chapéus...

B. – Essa agora!

A. – Foi o que eu lhe disse, mas por outras palavras delicadas; notei-lhe até certa contradição... Ela respondeu-me com um discurso do Martinho Campos.¹⁴

B. – Mas isso não é mulher, é um volume de *Anais*!

A. – O Martinho Campos, disse-me ela, esclareceu este negócio dos chapéus, no senado;¹⁵ declarou que o nosso chapéu vem todo de França, aos pedaços; aqui o que se faz, é enformá-lo, expô-lo, comprá-lo e usá-lo. É o que se devia fazer com a tribuna.

cadeira 36, cujo patrono é Teófilo Dias. O “Regimento interno da câmara dos deputados” aprovado em 1870, em seu “capítulo XII” (DO MODO DE VOTAR), art. 184, dispõe o seguinte: “A votação por escrutínio secreto sobre negócios de interesse particular, quando tenha lugar nos termos do art. 178, se praticará por meio de esferas, procedendo-se à chamada e lançando cada deputado em uma urna, colocada em frente da mesa, à medida que o 1º secretário pronunciar o seu nome, uma esfera branca, se o voto for a favor, ou preta se for contrário à matéria proposta. Para este fim receberá do contínuo uma esfera branca, e outra preta. A esfera inutilizada, isto é, aquela que não servir para exprimir o voto, será lançada em outra urna.” (REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado, 1881, p. 57) Não localizamos o discurso em que Afonso Celso Júnior pede a supressão desse sistema de votação. Entretanto, na sessão da câmara dos deputados de 17 de julho, Afonso Celso Júnior defendeu o disposto no artigo do regimento aqui transcrito, no curso de uma votação que se fazia de modo diferente das instruções nele contidas, do seguinte modo, conforme o relato publicado no *Jornal do Commercio*, em 18 de julho (p. 1, col. 2-3): “desde que há disposição regulando a votação por escrutínio secreto, não se pode justificar procedimento diverso por livre arbítrio da mesa; por conseguinte, em nome do regimento, pede [o sr. Afonso Celso Júnior] que a votação seja feita pelo modo do art. 184 do regimento”.

¹² isto] isso – em OCA2008.

¹³ deixa-me] deixe-me – em DRR e em OCA2008.

¹⁴ Martinho Álvares da Silva Campos (1817-1887) foi senador por Minas Gerais de 1882 a 1887. (Cf. <<https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/2113>>.) Na sessão de 1º de outubro de 1886, Martinho Campos pronunciou discurso, em debate com o ministro da fazenda, Francisco Belisário, em que argumentou “que a maior [indústria] que há no Rio de Janeiro é dos chapéus de cabeça, e afinal aqui só se ornar, vindo já cortados da Europa.” (Cf. *Jornal do Commercio*, p. 1, col. 5, 2 out. 1886)

¹⁵ senado;] Senado; – em OCA2008.

Depois, estendeu-me a mão, despedindo-se; eu perguntei-lhe por que¹⁶ motivo não vira nada na assembleia¹⁷ geral.

B. – Enfim!

A. – Ela emendou a mão. Ver, sempre viu alguma cousa; mas ia com a esperança de uma sessão cálida, agitada, muitos discursos; ouviu apenas três; não ouviu o primeiro, mas há de lê-lo, quando sair.¹⁸

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar (2008).

Referências¹⁹

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

¹⁶ por que] porque – em DRR.

¹⁷ assembleia] Assembleia – em OCA2008.

¹⁸ Era costume na época a publicação, em jornal, não só dos discursos proferidos no parlamento, mas de todos os debates. Na sessão da assembleia geral do dia 9, falaram cinco parlamentares: Cristiano Otoni, Alves de Araújo, Gomes de Castro, Afonso Celso Júnior e Alencar Araripe. O primeiro a falar foi Cristiano Otoni; a fala de Alves de Araújo não estava prevista (ele falou por ter dado um aparte a Cristiano Otoni). Daí se conclui que os três discursos ouvidos pela senhora que lá esteve foram os de Gomes de Castro, Afonso Celso e Alencar Araripe. (Cf. *Gazeta de Notícias*, p. 1 e p. 2, 10 out. 1886; e *Jornal do Commercio*, p. 1, 10 out. 1886)

¹⁹ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.

Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

A + B (24 out. 1886)*

A. – “...Nós ontem ouvimos o nobre senador pela Bahia, aliás um parlamentar de talento...”¹

B. – Eh!² Olá! pare, homem!

A. – “...Tão distinto, falar no descrédito do parlamentarismo...”³

B. – Pare, pare! Que distração é essa?

A. – Ah! és tu! Vou lendo este discurso do nosso Martinho Campos,⁴ que só agora saiu impresso; aqui está; lê comigo.

B. – Não posso. Vou com pressa; vou à cata de notícias.

A. – Notícias de quê?

B. – Há dias correu aqui,⁵ que uns dous coronéis ensaiavam o voo para uma revolução no Estado Oriental. Vou saber o que há. Que alguma coisa há de haver, creio; a prova é que o general Santos,⁶ prestes a sair para a Europa, resolveu ficar e esperar. Nota que a viagem para ele é indispensável, por causa do ferimento que recebeu, e que exige completa cura; mas, apesar de tudo, o general fica. Eu faria a mesma coisa.

* Esta edição foi preparada a partir da consulta às seguintes fontes: GN (ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886), DRR (p. 47-50) e OCA2008 (v. 4, p. 668-670). Texto-base: GN. Editores: Gilson Santos e José Américo Miranda.

¹ talento...”] talento... – em GN e em DRR. Acolhemos, nesta edição, as aspas introduzidas em OCA2008.

² Eh!] Eu! – em DRR e em OCA2008.

³ As falas de A, entre aspas, são transcrições quase exatas de trecho do discurso do senador Martinho Campos, pronunciado em 1º de outubro de 1886, no senado (publicado no *Jornal do Commercio* de 17 de outubro, p. 1). Transcrevemos um trecho do referido discurso: “Não é inútil fazer essas observações; nós ouvimos ontem o honrado senador pela Bahia, aliás um parlamentar de talento distinto, falar no descrédito do parlamentarismo.” O senador pela Bahia a que se refere Martinho Campos é Leão Veloso, que, num aparte, esclareceu: “Perdão, não falei em descrédito, falei na minha descrença.”

⁴ Martinho Campos,] Martinho de Campos, – em DRR e em OCA2008 (nestas edições nesta crônica – porém, não nas outras –, o nome do senador vem assim grafado em todas as ocorrências).

⁵ aqui,] aqui – em OCA2008.

⁶ Para informações sobre o general Santos, ver nota n. 3 em “A + B (12 set. 1886)”. Não localizamos informações sobre a possível viagem do presidente uruguaio à Europa. Sobre a “revolução”, ver também a nota n. 15, adiante, nesta crônica.

A. – Eu faria outra cousa.

B. – Que farias tu?

A. – Suprimia os coronéis.

B. – Matando-os?

A. – Não, homem de Deus!⁷ suprimia os postos; nem coronéis nem generais. Eu faria decretar que todos os filhos de república fossem cabeleireiros. Cabeleireiro, como se sabe, é o mais pacato dos cidadãos de um Estado. Outros que o solapem, que deitem fogo às instituições; o cabeleireiro compõe as cabeças, e, quando muito, abre uma espécie de estrada da liberdade, que alegra a vista, sem alteração da ordem... Mas vamos ao Martinho Campos.

B. – Singular disparate! Mas se todos fossem cabeleireiros, a quem é que eles penteariam, pateta?

A. – Uns aos outros, pateta! reciprocidade capilar, permuta de penteadelas, troca de pomadas. Em vez disso, a república⁸ tem os seus coronéis, que aspiram ao governo supremo, como o ex-coronel Santos, embora não tenham o mesmo pulso. Crê nisto; os nossos vizinhos ainda estão na idade geológica do general. Um sujeito que não gosta de Santos, dizia-me há meses, com simplicidade: *No comprendo hombre político sin galones.*

B. – E por isso queres os cabeleireiros?

A. – Sem galões.

B. – Mas então o cabeleireiro não é homem? Não há de aspirar também ao governo do Estado? Quem faz pastinhas não pode distribuir pasta? Perdão, mas tu és capaz de levar-me ao desespero, ao suicídio, ao *calembour*, ao assassinato!⁹

A. – Está bom, sossega, respira. Vamos para este corredor... Não foi nada; respira. Ouve agora o Martinho Campos...

B. – Deixa-me respirar ainda um pouco. Há por aí alguém que nos tivesse ouvido?

⁷ Não, homem de Deus!] Não, homem de Deus, – em DRR e em OCA2008.

⁸ república] República – em OCA2008.

⁹ *calembour*, ao assassinato!] *calembourg* ao assassinato! – em GN. Era comum os compositores tipográficos introduzirem o “g” na palavra *calembour*, tanto que Machado de Assis, na crônica de “A Semana” que publicou na *Gazeta de Notícias* de 10 de novembro de 1895, terminou assim o texto, chamando a atenção aos tipógrafos: “Rimei acima milhões com brasões; posso agora empregar a toante espanhola, e rimar *capitães* com *capitais*, mas podem acusar-me de trocadilho, e eu prefiro ficar calado a fazer um *calembour*, – *calembour* sem g, meus bons amigos da revisão.”

A. – Ninguém.

B. – Nenhum desfalque, ao menos?

A. – Nenhum... isto é, não juro. Os desfalques são como as chuvas deste mês; está um céu muito bonito, de repente, zás, uma bátega d'água.

B. – Depois o céu fica outra vez bonito.

A. – Fica ainda mais bonito. E o Martinho Campos também tratou desse ponto, mas sempre exagerado; disse que o caso de Pernambuco é o duodécimo, em três anos, e que isto revela profunda corrupção.¹⁰

B. – Corrupção profunda é demais; digamos que o passarinho está *faisandé*, ou – portuguesmente –,¹¹ tem uma pontinha de fedor. Mas, corrupção profunda! Era isso o que querias mostrar-me?

A. – Não;¹² era estoutro ponto. O ilustre senador, falando do parlamentarismo, declarou que este em si é excelente, mas que no nosso país está corrompido.

B. – Corrompido.

A. – Há três opiniões neste negócio: a do senador Uchôa, que o julga inconstitucional, a do senador Leão Veloso, que lhe perdeu a fé,¹³ e a do senador Martinho Campos, que o acha corrompido. Qual das três lhe parece melhor?

B. – A melhor é a do meu alfaiate, que não me faz roupa senão por medida. “Se o senhor vestir um paletó do José Telha,¹⁴ disse-me ele no sábado, fica demasiadamente

¹⁰ No discurso de Martinho Campos (*Jornal do Commercio*, 17 out. 1886), a que já nos referimos na nota 3, há um trecho parafraseado por Machado de Assis, nesta fala de A. Nós o transcrevemos aqui: “O fato, por exemplo, da tesouraria de Pernambuco é talvez o duodécimo em menos de três anos que revela corrupção profunda.”

¹¹ – portuguesmente –,] portuguesmente, (sem os travessões) – em OCA2008.

¹² Não;] Não é, – em DRR e em OCA2008.

¹³ Ver a opinião do senador Leão Veloso, expressa em palavras dele, na nota n. 3, nesta crônica; e a opinião do senador Uchôa na nota n. 23 em “A + B (4 out. 1886)”.

¹⁴ José Telha, disse-me ele no sábado, fica] José Telha”, disse-me ele no sábado, “fica – em OCA2008. José Telha é pseudônimo de outro colunista da *Gazeta de Notícias*; sua coluna tinha o título de MACAQUINHOS NO SÓTÃO. Como com seu paletó o João das Regras ficaria “demasiadamente vestido”, é de supor-se que fosse gordo. Ferreira de Araújo, um dos donos da *Gazeta*, que era gordo, publicava sem assinatura a coluna “Cousas políticas”, e, com o pseudônimo de Lulu Sênior, o folhetim “Às quintas”, além de ser um dos redatores, com o mesmo pseudônimo, da coluna “Balas de estalo” (de que Machado de Assis participava com o pseudônimo de Lélío). A obesidade não era, evidentemente, exclusividade de Ferreira de Araújo. Mas, que José Telha fosse gordo, ele mesmo o diz numa de suas colunas: “Quando eu dizia, pois, que voltava à vaca fria, queria dizer simplesmente que tenho obtido muito boas e exatas explicações sobre o assunto da gravura que esta folha tem publicado, com grande mágoa de um cavalheiro, de que já nem posso citar as iniciais, porque me ameaçou há dias de mandar ver como eu sou feito pelo lado de lá das banhas.” (*Gazeta de Notícias*, p. 1, 14 out. 1886) Que ele (José Telha) fosse Ferreira de Araújo, além de indícios diversos, há uma matéria publicada no *Diário Mercantil*, de São Paulo, que foi transcrita pela *Gazeta de Notícias* (p. 1, 25 dez. 1888), que o comprova. Dessa matéria

vestido, e depois há de queixar-se do paletó e os seus amigos hão de dizer que o paletó está corrompido, e faz perder a fé – ou então que é inconstitucional...”¹⁵

A. – Discordo inteiramente, porque um paletó muito largo, ainda que não dê elegância, agasalha. É a opinião de todos os coronéis que se rebelam contra o general Santos;¹⁶ uma vez no governo, é certo que não o largam mais das unhas; mas nenhum deles deitará fora este nome de república, que é um vasto poncho consolador.

B. – *Amen!*¹⁷

JOÃO DAS REGRAS

Lista das abreviaturas empregadas nesta edição

DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.

GN – *Gazeta de Notícias*.

OCA2008 – *Obra completa, em quatro volumes*, Nova Aguilar (2008).

transcrevemos o seguinte trecho (a propósito de Ferreira de Araújo): “As suas *Cousas Políticas* são um modelo no gênero; o público espera-as ansiosamente certo já da calma e da reflexão que as inspira; espera-as e mais do que isso, aceita-as, aplaude-as quase sempre, tal é a lógica que as enche, tal é o desapaixonado critério que as regula. A crônica da semana tem sido muitas vezes escrita por ele, na ausência do redator especial, e com uma frescura de estilo, uma originalidade e um pitoresco de observação acima de todo o louvor. Os *Macaquinhos* e as *Balas* aí estão também, duas seções magníficas de graça, onde das cousas patuscas da nossa terra, riu por tanto tempo, com uma jovialidade sem rancor, o espírito de Lulu Sênior...” Raimundo Magalhães Júnior sabia, e informa, em DRR, que José Telha era um pseudônimo de Ferreira de Araújo. Julgamos conveniente, entretanto, dar um caminho (que seguimos) para o esclarecimento dessa questão.

¹⁵ Sobre o “paletó”, diz Sidney Chalhoub: “Ao concluir a série, no texto de 24 de outubro de 1886, volta [o cronista, ou o texto] ao ponto de partida, ao general Santos e ao fato de que todos queriam vestir o paletó do poder, ainda que a peça não se lhes adequasse ao figurino: [segue a citação das palavras finais da crônica]. (CHALHOUB, 2005, p. 83)

¹⁶ A *Gazeta de Notícias* do dia 23 (véspera da publicação desta crônica), p. 1, col. 1, trazia o seguinte telegrama de Buenos Aires, datado do dia 22: “Rebentou a revolução na campanha do Uruguai. Os insurgentes são comandados pelo coronel Galarza, e parece fora de dúvida que a insurreição é promovida pelo coronel Latorre, ex-presidente da república Oriental. / Não se pode por enquanto julgar da gravidade do movimento, mas o que se sabe já é que os revolucionários foram repelidos na sua tentativa de transpor o rio Uruguai, pelas forças legais que se achavam de sobreaviso.” Aí estão os nomes dos “coronéis” mencionados pelo cronista – pelo menos dos principais. Nos dias anteriores já circulavam na imprensa notícias dessa insurreição; daí se entende o estarem de “sobreaviso” as forças fiéis ao governo.

¹⁷ *Amen!* *Amem!* – em DRR e em OCA2008. Essas duas edições, aparentemente, aportuguesaram a palavra, mas mantiveram o itálico (razão pelo qual não a acentuamos neste registro da variante).

Referências¹⁸

A ABOLIÇÃO no parlamento: 65 anos de luta (1823-1888). Apresentação do presidente José Sarney. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2012. v. 2. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZLKPRb>>.

A BÍBLIA sagrada: o Velho e o Novo Testamento. Traduzida em Português segundo a Vulgata Latina por Antônio Pereira de Figueiredo. Lisboa: Tipografia Universal, 1867.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

BRANDÃO, José Maurício. Ópera no Brasil: um panorama histórico. *Revista Música Hodie*, Goiânia, v. 12, n. 2, p. 31-47, 2012. Disponível em: <<https://url.gratis/besQw>>.

CASTAGNA, Paulo. A Imperial Academia de Música e Ópera Nacional (HMB – Apostila 10). In: *Apostilas do curso de História da Música Brasileira*. [São Paulo]: Instituto de Artes da UNESP, 2003. 15 v. Disponível em: <<https://bit.ly/2Cjx3wp>>.

¹⁸ As referências, apresentadas ao final de cada crônica, contêm as obras consultadas na preparação da edição de todas elas.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série A + B de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

DIÁRIO da câmara dos senadores do Império do Brasil. Disponível em: <<https://url.gratis/8WkwR>>.

FLORIAN, Jean-Pierre Claris de. Le singe qui montre la lanterne magique. In: *Fables de Florian*. Limoges: E. Ardant, 1874.

GRIMAL, Pierre. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

HORBACH, Carlos Bastide. O parlamentarismo no Império do Brasil: origens e funcionamento. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, v. 43, n. 172, p. 7-22, out.-dez. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2OtPIHX>>.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IZZO, Francesco. *Laughter between two revolutions: opera buffa in Italy, 1831-1848*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 2013. p. 22. Disponível em: <<https://url.gratis/usejb>>.

JUCÁ FILHO, Cândido. *Dicionário escolar das dificuldades da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: MEC, 1968.

MAGALHÃES JÚNIOR, Raimundo. *Machado de Assis desconhecido*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.

MALHERBE, François de. *Poésies de Malherbe*. Paris: Louvre, 1797.

MOLIÈRE. *Le médecin malgré lui*. (Université Paris 4 – Sorbonne) Disponível em: <<https://bit.ly/3ezYsY1>>.

MOURA, Monize Oliveira. As turnês de Sarah Bernhardt no Brasil (1886, 1893, 1905): contribuições para o estudo da presença teatral estrangeira no Brasil no final do século XIX. *Revista Sala Preta*, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 84-99, 2017. Disponível em: <<https://url.gratis/7zy2Q>>.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. Belo Horizonte, *Cadernos de História*, v. 11, n. 15, p. 9-34, 2º sem. 2010. Disponível em: <<https://bit.ly/3ibpmZa>>.

NABUCO, Joaquim. Sarah Bernhardt. *O Paiz*, Rio de Janeiro, p. 1, 27 maio 1886.

REGIMENTO interno da Câmara dos Deputados acompanhado do Regimento comum, Constituição política do Império, Ato adicional, Lei de interpretação, Lei da

responsabilidade dos ministros e dos conselheiros de Estado. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227291>>.

RUFUS, Quintus Curtius. *De rebus gestis Alexandri Magni (Life and exploits of Alexander the Great)*. New York: Appleton Company, 1854. Disponível em: <<https://url.gratis/QAuTk>>.

SARAIVA, F. R. dos Santos. *Novíssimo dicionário latino-português*. 12. ed. Rio de Janeiro / Belo Horizonte: Livraria Garnier, 2006.

SHAKESPEARE, William. *Otelo*. 3. ed. rev. Trad. Onestaldo de Pennafort. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

SOUSA, Eveline Almeida de. Henrique Beaurepaire Rohan e o espaço rural brasileiro no oitocentos. In: I SEMINÁRIO internacional Brasil no século XIX. Disponível em: <[https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline Almeida de Sousa.pdf](https://www.seo.org.br/images/Anais/Arthur2/Eveline%20Almeida%20de%20Sousa.pdf)>.

VOCABULÁRIO onomástico da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1999.

VOCABULÁRIO ortográfico da língua portuguesa. 5. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Academia Brasileira de Letras / Global, 2009.
Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/busca-no-vocabulario>>.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: <<https://bit.ly/30oyZvB>>.

MACHADO DE ASSIS*

No dia 6 houve no hotel do *Globo* uma festa de um caráter novo entre nós. Era o 22º aniversário da publicação das *Crisálidas*, primeiro livro de versos de Machado de Assis, o nosso primoroso escritor; e esse fato serviu de pretexto a alguns amigos e admiradores do incomparável autor de *Brás Cubas*, para lhe significarem o apreço altíssimo em que o têm como escritor e como cavalheiro. Para isso resolveram efetuar naquele hotel uma festa de caráter íntimo, que constou de um fino e distinto banquete. As pessoas presentes eram designadas nos *menus* pela seguinte espirituosa maneira:

Machado de Assis (*Crisálidas*), Ferreira de Araújo (*Lulu Sênior*), Elísio Mendes (*Curso forçado*), Dermeval da Fonseca (*Rialto*), Artur Azevedo (*Elói, o herói*), Belisário de Sousa (*Gambela de Icarai*), Henrique Chaves (*Sinais de taquigrafia*), Alfredo Gonçalves (*Comendador Oliveira Rodrigues*), Carlos de Laet (*Microcosmo*), Castro Rebelo Júnior (*Livro de um anjo*), Raul Pompeia (*Canções sem metro*), Capistrano de Abreu (*Frei Vicente Salvador, tomo I*), Vale Cabral (*Frei Vicente Salvador, tomo II*), Filinto d'Almeida (*Filindal*), Valentim Magalhães (*José do Egito*), Olavo Bilac (*Ouvir estrelas!*) e Paula Ney (*Ceará*).

Ao servir-se o *Champagne*, o Dr. Belisário de Sousa, incumbido de saudar o grande escritor, fez um brilhante discurso, declarando que a escolha do seu nome feita por uma assembleia de homens de letras era mais razoável do que poderia parecer. Ele vinha saudar o Mestre das letras brasileiras, não em nome dos amigos presentes, mas em nome dos leitores ausentes; era como leitor que ele saudava com todo o entusiasmo

* Esta matéria, publicada em *A Semana* (ano II, v. II, n. 93, p. 326-328, 9 out. 1886) ao tempo em que Machado de Assis publicava “A + B” na *Gazeta de Notícias*, relata o banquete que lhe foi oferecido por ocasião dos 22 anos da publicação de *Crisálidas*, seu primeiro livro de versos. No periódico, na primeira página, vinha estampado o retrato do escritor, em gravura de Lopes Roiz – que vem também neste número da *Machadiana Eletrônica*. Edição: Gilson Santos e José Américo Miranda. *A Semana* está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: < <https://rb.gy/n1yk2o>>.

o burilador de tantas páginas admiráveis, o homem que tinha tido a rara coragem de seguir a sua vocação, caminhando sempre do fito ao alvo, através de todas as dificuldades e a despeito de todas as seduções dos desvios.

O discurso do Dr. Belisário, fluentíssimo, vibrante de eloquência, adorável de simplicidade e de correção, foi saudado por uma prolongada salva de palmas.

Em seguida o Sr. Elísio Mendes propôs que se não levantasse nenhum brinde que não fosse dirigido ao eminente escritor que se festejava, o que rigorosamente foi cumprido.

Machado de Assis agradeceu a prova de alta consideração que recebia naquele momento, dizendo que aquela data seria para ele duplamente memorável: festejava-se o aniversário do aparecimento do seu primeiro livro e... e o seu primeiro discurso.

Em seguida tiveram a palavra os Srs.:

– Valentim Magalhães, que leu um soneto dedicado ao Mestre, escrito na primeira página de um exemplar dos *Vinte Contos*, que em seguida lhe ofereceu.

– Filinto d’Almeida leu uma Ode arcádica oferecida a Machado de Assis.

– Olavo Bilac leu uma belíssima poesia – *A Tentação de Xenócrates*, dedicada a Machado de Assis.

– Castro Rebelo recitou um belo soneto.

– Arthur Azevedo leu algumas cenas da sua brilhante tradução da *Escola de Maridos*, de *Molière*.

– Filinto d’Almeida leu os seguintes espirituosos versos de Dermeval da Fonseca saudando o herói da festa.

“AO CORTE DO MACHADO

O velho molde, antiguado,¹
D’inchada literatura
Foi-se aos golpes do Machado
Vibrados por mão segura.

Romancista: fez *Helena*,
Fez também *Iaiá Garcia*;
Pondo *Brás Cubas* em cena,
Fez também filosofia.

¹ antiguado: o mesmo que “antiquado”, formado historicamente a partir de “antigo”. AULETE digital. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/antiguado>>.

Fez *Falenas* e fez *Crisá-*
Lidas; fez versos a fundo;
Se na vés'ra tem nascido...
Teria feito este mundo.

Poeta... sabeis que é raro
O que com ele se agarre.
No lirismo doce-amaro
Que o fez o nosso Gayarre...²

Que ele é quase este cantor
Sabe-o ele e ele o diz:
Pois se dá dós o tenor
Ele Machado... d'Assis."

– Carlos de Laet, saudou Machado de Assis como artista da palavra, em nome do Sr. comendador Mafra.

– Valentim Magalhães leu uns versos de Alfredo de Sousa em saudação ao Mestre.

– Raul Pompeia saudou Machado de Assis, defendendo a filosofia pessimista do grande escritor.

– Em seguida, Artur Azevedo saudou Machado de Assis em nome dos seus colegas da secretaria da Agricultura.

– Valentim Magalhães brindou-o em nome das duas atuais folhas literárias do Rio de Janeiro – *A Vida Moderna*³ e *A Semana*.⁴

Durante o banquete foram lidos: Um cartão de cumprimentos de Alberto de Oliveira; uma carta de Manuel da Rocha; outra de Ciro de Azevedo; um telegrama de Raimundo Correia, dirigido a Machado de Assis, nos seguintes termos:

“Saúdo-o e associo-me de coração aos que hoje lhe rendem merecida homenagem.”; outro de Lúcio de Mendonça, assim concebido: “Às saudações que ora recebe, associo-me, caro Mestre, com grande entusiasmo”.

O banquete terminou por outro magnífico discurso do Dr. Belisário de Sousa.

² Julián Gayarre (1844-1890): ator e cantor de ópera basco.

³ Periódico “exclusivamente literário”, cujos redatores eram Artur Azevedo e Luís Murat.

⁴ Periódico de onde reproduzimos esta matéria. Seus redatores eram Valentim Magalhães, Filinto d'Almeida, A. de Sousa e H. de Magalhães.

Ao fraternal e brilhante ágape do dia 6, em honra de Machado de Assis, associa-se hoje gostosamente *A Semana* com a publicação de um retrato do glorioso Mestre e de todas as poesias a ele especialmente feitas e dedicadas, lidas no banquete.

Todas as honras e todas as homenagens merece o escritor ilustre, que tal se fez à força de talento e de trabalho, tendo partido de uma obscuridade honrosa mas desprotegida. Releia-se o seu primeiro livro, cujo 22^o aniversário se festejou no dia 6: – encontrar-se-á nele a originalidade, o senso literário, o gosto artístico, o amor da Forma, a fidalguia da linguagem, a nobreza do sentimento, a espontaneidade e a nitidez de expressão que mais tarde, acentuando-se e desenvolvendo-se, deviam colocar o autor das *Crisálidas* na culminância radiosa e inacessível da nossa literatura, que só poderia erradamente ser chamada – pobre, quando porventura não possuísse, a enriquecê-la prodigamente, o poeta que escreveu *Crisálidas*, *Falenas* e *Americanas* e o prosador que deu a lume as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, *A mão e a luva*, *Iaiá Garcia*, *Papéis avulsos*, *Histórias sem data* e outros primores; o jornalista que tem ilustrado os pseudônimos de *Eleazar*, *Lélio*, e, atualmente, na *Gazeta de Notícias* o de *João das Regras*.

Machado de Assis é rigorosamente um – mestre. Foi da geração de Muzzio, Otaviano, Serra, Pedro Luís, Alencar, Luís Delfino, Gentil Braga... e é da geração de Lúcio de Mendonça, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Teófilo Dias, Olavo Bilac, Luís Murat, José do Patrocínio, Artur e Aluísio Azevedo, e tantos outros...

Dizer isto é fazer em poucas palavras a história da sua carreira gloriosa e assinalar-lhe tacitamente o primeiro lugar na assembleia dos escritores brasileiros. É o mestre; é o primeiro. E, considerado quanto à originalidade de sua obra, é o – único.

Honremos, pois, o seu nome.

Posteriormente publicaremos a primorosa poesia de Olavo Bilac *A tentação de Xenócrates*, dedicada a Machado de Assis e cuja leitura encantou os convivas do banquete do dia 6.



MUSA CONSOLATRIX

(1864)

Que a mão do tempo e o hálito dos homens
Murchem a flor das ilusões da vida,
Musa consoladora,
É no teu seio amigo e sossegado
Que o poeta respira o suave sono.

Não há, não há contigo,
Nem dor aguda, nem sombrios ermos;
Da tua voz os namorados cantos
Enchem, povoam tudo
De íntima paz, de vida e de conforto.

Ante esta voz que as dores adormece,
E muda o agudo espinho em flor cheirosa,
Que vales tu, desilusão dos homens?
Tu que podes, ó tempo?
A alma triste do poeta sobrenada
À enchente de angústias;
E, afrontando o rugido da tormenta,
Passa cantando, alcíone divina.

Musa consoladora,
Quando da minha frente de mancebo
A última ilusão cair, bem como
Folha amarela e seca
Que ao chão atira a viração do outono,
Ah! no teu seio amigo
Acolhe-me, – e terá minha alma aflita,
Em vez de algumas ilusões que teve,
A paz, o último bem, último e puro!

(Das *Crisálidas*)
MACHADO DE ASSIS.

A MACHADO DE ASSIS

Honremos altamente esse que ensina
A subjugar os metros revoltosos;
Esse que torna os ares sonoros
Com a doce voz da lira peregrina;

Esse que da Poesia os puros gozos
Liberalmente aos corações propina;
E tem da Forma a religião divina
Apostolado aos crentes sequiosos;

Esse que arranca aos rígidos vocábulos
A música rebelde e fugidia;
Que da língua os diamantes corta e lavra

E tange à Rima os áureos tintinábulo.
Honra ao mestre da Prosa e da Poesia,
Ao vencedor da Ideia e da Palavra!

VALENTIM MAGALHÃES.

6 – oitubro⁵ – 1886

LIRA DA ARCÁDIA

ODE

AO AMIGO E MESTRE MACHADO DE ASSIS, POR OCASIÃO DO BANQUETE
QUE LHE FOI OFERECIDO PELOS SEUS AMIGOS, EM O DIA SEIS DE OITUBRO,
ANIVERSÁRIO DA PUBLICAÇÃO DAS SUAS “CRISÁLIDAS”.

Eu, que jamais cantei na lira obscura
Mérito falso, duvidoso nome;
Eu, que esta lira pobre
Jamais tangi para exaltar vanglórias,
E que, à lisonja avesso, emudecido
Prefiro estar a estar entoando loas
A quem não as merece;
Eu, afeito somente →

⁵ oitubro: forma, ainda usada pelo povo, de “outubro”. AULETE digital.

A vibrar do laúde⁶ as cordas brandas
Para dizer de amor ou de ternura
 Harmoniosos carmes;
Eu, para quem silvestre avena soa
Melhor que a tuba sibilante e forte
De épicos feitos, de batalhas rudas;
 Eu, que as Musas invoco
 E invoco o cínio Nume
– Que, no carro tirado da quadriga
Impetuosa e ardente, os céus percorre,
O diurno calor lançando à terra
 E não raio trissulco
 Tal como o Deus tonante, –
Só para as queixas d’alma dolorida,
Ou para as boas alegrias d’alma
 Dizer em verso brando,
De flores frescas todo afestado,
Rescendente de aroma, enaltecido
 De íntimo sentimento;
 Eu, que em trovas misturo
Risos e prantos, dores e prazeres,
E que só sei cantar de amor e flores,
– Hoje vibro da lira a corda intacta
 Do louvor – que o mereces,
 Tu, altíssimo vate,
Exímio bardo, prosador excelso!

A tua lira de oiro sonora
– Do estro brasíleo glória imorredora,
 Tua lira inexausta,
De cordas tersas, de afinadas cordas,
Vibra todos os sons aos Numes gratos.
E quando ao Pindo ascendes,
 A turba dos poetas
Os instrumentos próprios dependura
Só para ouvir teu canto melindroso,
 Delicadas endechas,
Cultos sonetos, odes florejantes,
Riquíssimos poemas, rendilhados
De finos arabescos e de rimas
 Peregrinas e nobres,
 De esquisitos conceitos,
De Forma casta, de arte primorosa!
 A tua ínclita pena
Que os versos borda, igual aos versos traça →

⁶ Forma aferética de “alaúde”?

Prosa fidalga, prosa enobrecida
Pelo estudo cuidadoso da materna
Tão maltratada língua.

O ceticismo, às vezes,
Teus fulgurantes quadros enegrece,
Mas, é tal o matiz de que os enfeitas,
E a gradação das cores
É de tal jeito variada e rica,
Que a gente diz de si consigo: “O Mestre
Sabe que o ‘stilo é pássaro canoro
Que só quer a plumagem
Do adjetivo sóbrio;
O derramado ‘stilo não lhe assenta,
Como o dizer perluxo lhe não cabe.”

Se os castiços vocábulos enliças,
Com tal destreza o fazes,
Que nunca da teada
A urdidura se vê na trama fina.
À tua voz um Duende azul, que embosca
Nos roseirais os silfos,
Salta do livro, trasgueando em frente
Dos olhos pasmos do leitor sisudo.
São de ver as diabruras do maroto
Do Trasgo imponderável
E intáctile, que já, folgando, avança
Em crebros passos, a compor visagens;
Já trasflorando vai com sumo engenho
Atra filosofia
Entre cheirosas flores;
Já de invenções originais e novas,
De inopinos assuntos não sabidos,
Éreas placas burila.
Parece-me, este Lêmure, o teu gênio
Operoso, cantor de *Americanas*
Lendas, que, das *Crisálidas*, *Falenas*
Tiraste e derramaste
Por esse espaço infindo,
Como uma chuva de oiro e pedrarias
Qu’inda hoje os montes consagrados cobre
De luminosos, rútilos pingentes.⁷
Por isso, aqui agora,
Neste ágape fraterno,
De irmãos em letras contorneado, amigos →

⁷ Em *A Semana*, o verso seguinte vem em alto de coluna. Divisão de estrofe?

Todos, todos no mesmo lume acesos
Do louvor, do elogio, não comprado
Mas leal e sincero,
D'alma vindo e nascido;
Por isso, avoco à Arcádia antiga as Musas
Dos maiores das odes portuguesas
Para cantar de ti: Seja o Passado
Que o Presente proclame!
Eu, que sou do Futuro
Inda talvez, em duro verso e crespo
De loiros te engrinaldo a larga fronte,
Cantor instructo, Conselheiro claro,
Sábio, consulto Mestre!

6 de outubro de 1886.
FILINTO D'ALMEIDA

A MACHADO DE ASSIS

*“Sinto que há na minh'alma um vácuo imenso e fundo”⁸
Disseste; e hoje, poeta, eu vejo que este Nada
De que falaste abriu-se, aos véus de uma alvorada,
Em rutilante mundo!*

*Mundo onde o Metro impera, onde a Estrofe domina,
Onde a Rima se fez em pássaro doirado
E canta, reanimando, esplêndida, divina,
O belo Verso alado!*

*Mundo cheio de amor, onde é sempre a Palavra
Trabalhada a buril como as pedras preciosas,
Em que as sílabas são facetas luminosas,
Onde o talento lavra.*

*Esplendoroso mundo! A doce claridade
Da Inspiração – o Sol – banha-o a cada instante!
Mundo brotado à voz do Bem e da Verdade,
Invejável, triunfante!*

⁸ Primeiro verso do poema “Aspiração”, de Machado de Assis, dedicado a Faustino Xavier de Novais, publicado em *O Futuro* (1862) e, depois, em *Crisálidas* (1864).

Machado de Assis.

*Mundo que te obedece, em que andas repartido,
Pois foste o criador desse imenso tesouro,
Que há de falar de ti quando o teu plectro de ouro
Calar-se, adormecido!*

6-10-86.

ALFREDO DE SOUSA.

EDIÇÃO DA SÉRIE DE CRÔNICAS “A + B”

Gilson Santos
Universidade Federal de Uberlândia

Resumo: O artigo apresenta duas partes: na primeira, há uma descrição do processo de estabelecimento do texto da série de crônicas “A + B”; na segunda, uma discussão sobre João das Regras, pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série.

Palavras-chave: Machado de Assis, A + B, João das Regras.

Este estudo apresenta duas partes distintas. A primeira delas (I) é dedicada ao processo de estabelecimento do texto da série de crônicas “A + B”. A segunda (II) é uma tentativa de compreender um pouco melhor o *status* do pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série. Na segunda parte, discutimos também esta questão central e incontornável: João das Regras seria “apenas” um ser fictício, ou um personagem histórico ficcionalizado? Essa questão sinaliza de que forma cada uma das crônicas (e o conjunto delas, em sua unidade) deve ser lida.

I

Há vários tipos de edição de textos; entre eles, o editor pode escolher o mais adequado a suas finalidades. Essa escolha está relacionada aos objetivos da edição, que devem ser previamente definidos, em função do público-alvo a que se destina o texto. A importância de se estabelecerem os objetivos de uma edição está no fato de que cada tipo de edição atende a finalidades específicas. O segundo fator a ser considerado refere-se à definição do público-alvo. Dito isso, o nosso objetivo – ao estabelecer os textos da série de crônicas “A+B” – foi disponibilizar, para leitores interessados na obra machadiana (especialistas, e universitários – principalmente), um *corpus* de relevante valor para estudos literários. Tendo em vista essas considerações, o tipo de edição mais

adequado à reprodução desses textos é, a nosso ver, a edição fidedigna, da qual trataremos a seguir.

No caso de reprodução de obras modernas, isto é, escritas depois do século XVI, caso em que se encontram os textos machadianos, Antônio Houaiss, que foi editor de Machado de Assis, diz:

6.2 EDIÇÕES CRÍTICAS E EDIÇÕES FIÉIS — Nas condições das obras escritas depois do século XVI, é costume procurar-se uma distinção entre aquelas que devam ser editadas com fins extralinguísticos daquelas que o devam com fins linguísticos – compreendendo-se neste conceito (o que oponencialmente esclarece aquele) as obras que, ademais de sua mensagem conceitual e significativa, estética ou estritamente cognitiva, são editadas com rigor tal, que seus elementos constitutivos possam servir de fundamentação, exemplificação, abonação e sustentação de fatos linguísticos e de hipóteses, teorias e doutrinas filológicas. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 273)

Depreende-se, dessa citação, que as edições de textos modernos podem ser divididas em duas categorias: a primeira refere-se a edições com fins extralinguísticos, isto é, aquelas que apresentam um texto idôneo, não propriamente crítico, que facilitam a leitura e, naturalmente, o acesso de um público não especializado ao conteúdo da obra; a segunda categoria refere-se a edições com fins linguísticos, isto é, aquelas em que os elementos do texto crítico podem ser tomados para abonação de fatos linguísticos. A segunda categoria nos interessa porque, sendo um tipo ideal de edição, dela deriva a ideia de edição fidedigna – modalidade (a certa distância do ideal) compatível com nossa realidade, e adotada para reproduzir os textos da série “A + B”.

Houaiss, ao discorrer sobre as características de textos fiéis e textos fidedignos de autores modernos, faz as seguintes considerações:

6.2.1 *Textos fiéis e textos fidedignos* — Ora o texto crítico, o texto fiel, se caracteriza pelo processo de seu estabelecimento e de sua motivação: além da recensão, do estema, da colação, da interpretação, encerra o aparato crítico, sem falar da introdução, em que se fixam os critérios gerais e especiais, em havendo-os. Isso, além do rigor científico com que é de presumir seja feito, é trabalhoso, moroso e, pois, dispendioso. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 274)

A edição crítica se caracteriza por um conjunto de etapas, e processos – recensão, estema, colação; interpretação, aparato crítico, uma introdução em que se

fixam critérios gerais e especiais – com o objetivo de estabelecer, com rigor técnico, o texto, de modo que seus elementos constitutivos possam servir de abonação e de sustentação para hipóteses ou fatos linguístico-literários. O objetivo principal de uma edição dessa natureza consiste em restituir um texto, tanto quanto possível, à sua forma genuína. Assim, editar criticamente um texto é apresentá-lo ao leitor livre de incorreções e acompanhado de notas filológicas e explicativas que auxiliem sua leitura e sua compreensão.

Mas, como aponta Houaiss, aspectos vários – sobretudo econômicos – podem determinar a elaboração de edições em que a totalidade das normas não seja observada. Em casos assim, quais são aquelas que podem ser legitimamente dispensadas, sem comprometer a validade científica do texto editado? A resposta não é simples. Uma opção viável é apurar um texto de modo fidedigno. E por edição fidedigna entende-se:

6.2.1.1 Tal texto idôneo, fidedigno – não propriamente crítico –, deve basear-se nos seguintes princípios:

1.º) deve ser calcado sobre um único exemplar-fonte – que a história externa do texto determinará pura e simplesmente como base;

2.º) deve ter uma indicação prévia do critério que presidiu ao seu estabelecimento, critério em que se porão de manifesto quais as regras ecdóticas que foram observadas e quais deixaram de o ser;

3.º) dispensará o aparato crítico indicador de variantes e discrepâncias, mas poderá encerrar um sucedâneo desse aparato, para o fim informativo fundamental que orientar sua publicação, com a indicação, se for a interpretação diferente do texto estabelecido, do ponto de vista conceitual e nocional. (HOUAISS, 1983, v. I, p. 274)

No caso da série de crônicas “A + B”, em que se pode contar com a primeira publicação em jornal, e edições póstumas, a proposta inicial era a de fazer uma edição fidedigna; mas a nova edição – partindo da definição de edição fidedigna que Antônio Houaiss nos dá – ultrapassa os limites da proposta inicial. Na edição, procuramos seguir os procedimentos recomendados pela metodologia tradicional.¹ A seguir, descrevemos, sucintamente, as etapas da nova edição.

¹ A metodologia utilizada para apurar o texto da série “A + B”, publicada por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* entre setembro e outubro de 1886, deriva de pressupostos teóricos colhidos em obras de referência, como, por exemplo: AZEVEDO FILHO, 1987; BLECUA, 1990; CAMBRAIA, 2005; HOUAISS, 1983; SPAGGIARI & PERUGI, 2004; e SPINA, 1994. Apoiamo-nos também no modelo estabelecido, e já consagrado, por John Gledson em sua edição das crônicas de “A Semana” (1996).

Na primeira etapa, consultamos a bibliografia especializada na obra machadiana² e sistematizamos as informações referentes ao percurso histórico da série “A + B”. A tradição direta de “A + B” apresenta um total de quatro testemunhos, que indicamos de forma concisa a seguir:

QUADRO 1 – Tradição direta da série de crônicas “A + B”

SIGLA	TÍTULO DA PUBLICAÇÃO	DATA
GN	<i>Gazeta de Notícias</i>	1886
DRR	<i>Diálogos e reflexões de um relojoeiro</i>	1956
OCA2008	<i>Obra completa, em quatro volumes (Nova Aguilar)</i>	2008
ABGH	<i>Crônicas: A+B. Gazeta de Holanda</i>	2011

As sete crônicas que compõem a série “A + B” foram publicadas pela primeira vez na *Gazeta de Notícias* (GN), em 1886, nos dias 12, 16, 22 e 28 de setembro, e 4, 14 e 24 de outubro. Trata-se da única edição desses textos em vida do autor, que as assinou com o pseudônimo de João das Regras.³ Esses foram os textos-base desta edição.

Em 1956, Raimundo Magalhães Júnior publicou, pela Civilização Brasileira, o livro *Diálogos e reflexões de um relojoeiro* (DRR), que abarca a totalidade de “A + B” e “Bons Dias!” (exceto uma única crônica⁴). Essa é a primeira edição em livro da série de crônicas de que nos ocupamos.

Em 2008, a edição da *Obra completa em quatro volumes* (OCA2008), pela Nova Aguilar, incluiu a série “A + B” – ausente nas edições anteriores da *Obra completa* (em três volumes), publicada em 1959, pela José Aguilar⁵, e nas edições subsequentes. Os

² Cf. SOUSA, 1955; SOUSA, 1969; MACHADO, 2005.

³ Não há dúvida de que Machado de Assis era autor das crônicas publicadas sob o pseudônimo de João das Regras, na *Gazeta de Notícias*, em 1886. Em homenagem a ele, organizada por um seleto grupo de intelectuais, no hotel Globo, no dia 6 de outubro desse ano de 1886, à época em que publicava “A + B”, um dos participantes, Belisário de Sousa, disse: “Todas as honras e todas as homenagens merece o escritor ilustre, que tal se fez à força de talento e de trabalho, tendo partido de uma obscuridade honrosa, mas desprotegida. [...] o jornalista que tem ilustrado os pseudônimos de Eleazar, Lélío, e, atualmente, na *Gazeta de Notícias* o de João das Regras.” (Cf. *A Semana*, ano II, n. 93, 9 de outubro de 1886, p. 327, col. 2)

⁴ A esse respeito, Cf. GLEDSON, 2013, p. 315.

⁵ O nome da editora mudou ao longo do tempo: José Aguilar, Aguilar, e Nova Aguilar.

organizadores da edição de 2008⁶ informam, na “Nota Editorial”, que os textos machadianos foram reproduzidos exatamente como foram publicados originalmente. Dessa informação, infere-se que os textos-base da série “A + B” são as crônicas publicadas na *Gazeta de Notícias*. O cotejo dos textos dessa edição com os textos publicados em 1886 e em 1956 revela, porém, que a edição de 2008 consultou também o texto da edição de 1956. Indicamos quatro exemplos para o comprovar: em GN, “retificou”, em DRR e em OCA2008, “ratificou” [“A + B” (12 set. 1886)]; em GN, “rafados”, em DRR e em OCA2008, “ralados” [“A + B” (16 set. 1886)]; em GN, “que o não vejo”, em DRR e em OCA2008, “que não o vejo” [“A + B” (22 set. 1886)]; e em GN, “que foi”, em DRR e em OCA2008, “o que foi” [“A + B” (4 out. 1886)].

Em 2011, Mauro Rosso publicou o livro *Crônicas: A+B. Gazeta de Holanda* (ABGH). Na “Fixação e estabelecimento dos textos”, o autor informa que adotou como texto-base para cada uma das crônicas da série “A+B” os respectivos textos originais publicados na *Gazeta de Notícias*, cotejados com os textos contidos na edição de 1956. Não registramos as variantes nela presentes.

Na etapa seguinte, providenciamos um exemplar de cada uma das edições listadas acima. Os textos das crônicas, publicados na *Gazeta de Notícias*, foram consultados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; os exemplares das edições em livro (1956, 2008 e 2011), nós os adquirimos. De posse dos testemunhos da tradição direta, passamos ao cotejo dos textos. Em seguida, confrontamos entre si, palavra a palavra, os testemunhos que consideramos mais importantes da tradição direta de uma mesma crônica, a fim de registrar as variantes e corrigir eventuais erros do texto-base.

Nessa etapa, o mais recuado que se pode chegar, no caso da série “A + B”, é à primeira publicação de cada crônica no periódico – não há testemunhos manuscritos conhecidos. A rigor, as edições posteriores poderiam ser descartadas pela *eliminatio*

⁶ Segundo nos diz Alex Sander Luiz Campos (2018, p. 141, nota 3): “A *Obra completa em quatro volumes*, de 2008, informa ser a segunda edição. Muito provavelmente, a editora considerou, como primeira edição, a *Obra completa em três volumes*, publicada em 1959 pela José Aguilar – essa edição em três volumes contou com onze reimpressões: nos anos de 1962, 1971, 1979, 1985, 1986, 1990, 1992, 1994, 1997, 2004 e 2006 [...]. 2008 foi o ano do primeiro centenário de morte de Machado de Assis (havia, aliás, sido instituído como Ano Nacional Machado de Assis, pela Lei nº 11.522, de 18 de setembro de 2007) e grandes lançamentos editoriais marcaram a data. Certamente a *Obra completa* com um volume a mais foi o maior deles. [...]. Em 2015, seria publicada a terceira edição da *Obra completa* da Aguilar, ainda com quatro volumes, mas em volumes maiores, o que permitiu aumentar o tamanho da letra e propiciar uma leitura mais confortável.”

*codicum descriptorum*⁷, porque derivam de um modelo que ainda existe, a primeira publicação; contudo, confrontamos as duas edições mais importantes do percurso histórico do texto (1956 e 2008) e registramos as variantes substantivas, uma vez que conhecer as lições privilegiadas em épocas distintas é fato de inegável valor cultural. Além disso, uma outra razão para a consulta às edições de 1956 e 2008 é que elas poderiam, eventualmente, auxiliar-nos na identificação de erros no texto-base. Tendo em conta tais condições, adotamos por texto-base a primeira publicação de cada crônica; recorreremos ao juízo crítico como meio de restituir ao texto a sua genuinidade; e, nos casos de lição de leitura duvidosa, consultamos os demais testemunhos.

As normas gerais desta edição estão listadas nas “Diretrizes para autores” da revista *Machadiana Eletrônica*. Para a elaboração dessas normas, foram observados os critérios propostos em vários trabalhos de edição e, particularmente, nas obras *Iniciação em Crítica Textual*, de Leodegário A. de Azevedo Filho, *Introdução à crítica textual*, de César Nardelli Cambraia, *Introdução à edótica*, de Segismundo Spina, *Elementos de bibliologia*, de Antônio Houaiss, *Fundamentos da crítica textual*, de Barbara Spaggiari e Maurizio Perugi e *Manual de crítica textual* de Alberto Blecu. No texto fidedigno, foram preservadas a pontuação, as características morfológicas e sintáticas do texto-base, mas simplificações grafemáticas foram implementadas, como, por exemplo, atualização da ortografia e da acentuação gráfica, segundo as regras atuais.

II

Umberto Eco, em *Seis passeios pelos bosques da ficção*, diz que, em geral, quando ouvimos ou lemos algum relato, acreditamos que o sujeito que fala ou escreve pretende nos comunicar alguma informação que devemos aceitar como verdadeira e, assim, estaríamos inclinados a avaliar o enunciado em termos de verdade ou mentira. E geralmente pensamos que, apenas em situações especiais, em que identificamos a presença de elementos ficcionais, aceitamos ingressar no mundo ficcional. Isso colocaria em discussão, ainda segundo Eco, a distinção essencial entre narrativa natural e artificial. A narrativa natural seria aquela que relata fatos que ocorreram na realidade – ou que o narrador apresenta, mentirosa ou erroneamente, como tendo acontecido na

⁷ *eliminatio codicum descriptorum*: em tradução literal, “eliminação de testemunhos descritos”. Um testemunho é considerado “descrito” quando deriva de um modelo ainda existente. (Cf. NARDELLI, 2005, p. 146)

realidade –; a narrativa artificial, por sua vez, representada pela ficção, finge dizer a verdade sobre o mundo real, ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional. (Cf. ECO, 1994, p. 125) Mas as coisas nem sempre são tão bem definidas quanto a teoria pode levar a crer; quando examinamos as coisas detalhadamente, podemos demonstrar, por á mais bê, que há casos notáveis de ambiguidade e de mistura de realidade com ficção.

A série “A + B” apresenta, como já dissemos, apenas sete crônicas, que foram publicadas na *Gazeta de Notícias* entre 12 de setembro e 24 de outubro de 1886. Esses textos estão organizados em forma de diálogos entre as “personagens” A e B, e são assinadas por João das Regras, pseudônimo adotado por Machado de Assis nesse conjunto de textos.⁸ O cronista não interfere nos acontecimentos, cede a voz às “personagens”. Deve-se perguntar se as concepções político-econômico-filosóficas, manifestas ou latentes, expressas por essas “personagens” são do autor, Machado de Assis, encoberto pelo pseudônimo (reencoberto pelas personagens), ou se essas concepções são elaborações discursivas alheias ao pensamento e às crenças do autor. Seria empobrecedor ler esses textos seguindo apenas um ou outro caminho – como expressão do pensamento de Machado, ou como “ideias de personagens” –; elas (as crônicas) são complexas e, nelas, fatos e personagens históricos são apresentados com tal sutileza e tais artifícios que realidade e ficção se confundem.

Essas crônicas nos colocam algumas questões que devemos discutir, a fim de compreender melhor a série. A primeira delas diz respeito ao *status* do pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série. João das Regras seria “apenas” um ser puramente fictício ou, como propõe Sidney Chalhoub (2005, p. 67-85), um personagem histórico ficcionalizado? A pergunta é incontornável, uma vez que sinaliza de que forma cada uma das crônicas – e o conjunto delas, em sua unidade – deve ser lida.⁹

⁸ Na *Bibliografia de Machado de Assis* (1955), J. Galante de Sousa diz que o pseudônimo João das Regras foi utilizado apenas nas crônicas “A + B”, publicadas na *Gazeta de Notícias*. Galante diz, ainda, que “Valentim Magalhães, em carta a Lúcio de Mendonça, datada de 18-12-1886, referindo-se ao artigo do destinatário sobre o banquete [oferecido a Machado de Assis], (...) diz: ‘Obrigadíssimo pelo teu artigo a propósito do banquete ao *João das Regras*.’” (SOUSA, 1955, p. 31)

⁹ Neste artigo, as discussões relativas ao *status* do pseudônimo com o qual Machado de Assis assina a série “A + B” apoiam-se, sobretudo, em CHALHOUB, 2005, p. 67-86, SOUSA NETO, 2008, p. 148-150, e FAORO, 2012, p. 56-59. Por sua vez, a associação das personagens A e B a letras de câmbio baseia-se, principalmente, em CHALHOUB, 2005, p. 67-86.

A inspiração para o pseudônimo deve ter sido o personagem histórico João das Regras (Lisboa, 1354?-1404). Trata-se de um jurista, ideólogo do absolutismo monárquico português, cuja atuação na corte de dom João I visava a defender interesses da Coroa e restituir-lhe direitos perdidos para a nobreza e o clero. (Cf. SOUSA NETO, 2008, p. 148-150; e cf. FAORO, 2012, p. 56-59) No Brasil imperial, em debates parlamentares que antecederam a aprovação da lei de 28 de setembro de 1871, a chamada Lei do Ventre Livre, há referência ao personagem histórico João das Regras. Em determinado trecho de um discurso contra o projeto de lei do governo, Paulino Soares de Sousa, deputado do partido conservador, dizia:

Vós todos vos haveis de lembrar, senhores, da incerteza que em Portugal afligiu em tempos já remotos a propriedade imóvel da antiga nobreza. D. João I, para angariar partidários nas lutas que sustentou com Castela, distribuiu aos cavaleiros, que o ajudavam nas guerras, os bens da coroa. Ficando, depois da paz, baldado de muitos dos rendimentos até então aplicados às despesas públicas, imaginou o Dr. João das Regras, seu chanceler, uma lei que fizesse reverter gradualmente à coroa os bens doados; foi a chamada lei mental, pela qual o Mestre de Avis ficou habilitado para operar a reversão daqueles bens sempre que lhe parecesse, concedendo a dispensa para passarem a certos sucessores, quando à sua política convinha manter a dependência e reconhecimento dos donatários. Era, porém, o tempo em que o rei foi a lei viva sobre a terra, e a sua vontade a expressão da razão jurídica. No entanto a ação dessa lei recaía somente sobre a propriedade imóvel de que a liberalidade régia investira os donatários da coroa.

Pois bem: é o sistema desta lei mental que a comissão quer hoje aplicar no Brasil a uma espécie de propriedade que os atuais possuidores adquiriram legalmente (*apoiados*), que lhes veio às mãos, não por liberalidade régia ou por favor do Estado (*apoiados; muito bem*), mas pela forma por que se obtém e se distribui a riqueza, segundo as leis civis e os princípios econômicos. (ANAIIS do parlamento brasileiro, 1871, v. 4, p. 247-248)

Paulino era membro do partido conservador e liderava uma dissidência do partido contrária à aprovação da Lei do Ventre Livre. Ao citar João das Regras, o parlamentar menciona os esforços do jurista para fazer “reverter gradualmente à coroa os bens” da nobreza, “sempre que lhe parecesse [à coroa]”; em seguida, argumenta que aquele era, “porém, o tempo em que o rei foi a lei viva sobre a terra, e a sua vontade a expressão da razão jurídica.” Para o parlamentar, esse “é o sistema desta lei mental que a comissão quer hoje aplicar no Brasil a uma espécie de propriedade que os atuais

possuidores adquiriram legalmente, que lhes veio às mãos, não por liberalidade régia”. O discurso de Paulino sugere que os atos do rei – entenda-se, dom Pedro II – poderiam levar à desobediência civil, caso a Lei do Ventre Livre viesse a ser aprovada. Em outras palavras, o parlamentar insinua que dom Pedro II atentava contra as propriedades e direitos da elite brasileira, em especial, da elite agrária e escravocrata. O pseudônimo João das Regras, portanto, por analogia, está vinculado à defesa de prerrogativas da monarquia brasileira – em detrimento da elite agrária –, e remeteria à crise do regime político imperial à época (1886) em que foram publicadas estas crônicas.

Se o pseudônimo João das Regras remete à política e à economia, e as “personagens” A e B são letras, seria natural supor que A e B se refiram a letras cambiais, pois os assuntos recorrentes nestas crônicas são relacionados a finanças. De fato, Machado publicou esses textos na ocasião em que o parlamento discutia o orçamento do ano subsequente. Havia problemas vários para ajustar o orçamento no parlamento, como, por exemplo, a interpretação da lei promulgada em 28 de setembro de 1885, a Lei dos Sexagenários, que garantia liberdade aos escravos com 60 anos de idade ou mais, mediante indenização paga ao senhor de escravos.

Em língua portuguesa, as letras “a” e “b” se associam para formar expressões, cujos significados poderiam iluminar o título das crônicas, “A + B”. Houaiss, por exemplo, lista três expressões com essas duas letras: “não dizer á nem bê” significa “nada dizer”; “não saber á nem bê” é “não saber ler” e, por extensão, “não saber coisa alguma”; e “por á mais bê” (expressão que já empregamos neste texto) significa “em definitivo, indubitavelmente”. (Cf. HOUAISS, 2001, p. 2. verbete: A) Ora, o título das crônicas assinadas por João das Regras é, justamente, “A + B”, que pode ser lido como forma reduzida de “por á mais bê”. Assim, o pseudônimo remeteria, também, à busca de uma lógica do tempo, como se fosse possível encontrar uma conexão entre acontecimentos aparentemente independentes. João das Regras, personagem histórico, idealizou uma “lei mental” (Cf. CHALHOUB, 2005, p. 76) – posteriormente, em 8 de abril de 1434, foi publicada por d. Duarte I –, cujo objetivo era estabelecer, “por á mais bê” (ou seja, em definitivo), uma lei que refletisse o espírito do tempo: entenda-se, defender os direitos e o patrimônio da coroa. Essa lei já estaria em vigor desde o reinado de dom João I, mas nunca tinha sido escrita, daí o termo que a qualifica, “mental”, do latim *in mente*. Machado, ao publicar essas crônicas, tinha “em mente” o leitor do

século XIX, um público letrado e familiarizado com as discussões que se desenrolavam no parlamento à época.

Devemos, ainda, considerar a possibilidade aventada por Dário Ferreira Sousa Neto (2008, p. 20-56) de que as “personagens” A e B tenham sido inspiradas no *Suplemento à viagem de Bougainville, ou diálogos entre A e B* (1772), de Denis Diderot. No diálogo, dois amigos (A e B) discutem outro texto – *Viagem em torno do mundo* (1771) –, escrito pelo almirante Louis-Antoine de Bougainville, sobretudo a parte em que se relata a estada do almirante no Taiti e sua longa conversa com o nativo Oru. Em linhas gerais, a personagem B relata e comenta a *Viagem* e a personagem A faz intervenções. Se, em Diderot, dois franceses (A e B) releem e discutem o texto de Bougainville, abordando questões concernentes à relação entre colonizador e colonizado, nas crônicas “A + B”, dois brasileiros anônimos (A e B) discutem questões locais (sociais, políticas e econômicas), contrapondo-as, frequentes vezes, a aspectos da cultura europeia, sobretudo inglesa e francesa. Leitor de Diderot,¹⁰ o título “A + B” sugere uma possível relação intertextual entre as crônicas machadianas e o diálogo de Diderot.

Para leitores distantes no tempo e no espaço, não é tarefa fácil compreender os significados possíveis dos textos machadianos. Retomando Umberto Eco, se a narrativa natural relata fatos que ocorreram na realidade, e a narrativa artificial, representada pela ficção, finge dizer a verdade sobre o mundo real, ou afirma dizer a verdade sobre um universo ficcional (Cf. ECO, 1994, p. 125), nos textos machadianos as coisas nem sempre são tão bem definidas quanto a teoria pode levar a crer. Basta ler as crônicas “A + B” para o comprovar...

Referências

ANAIIS do parlamento brasileiro, Câmara dos Srs. Deputados, sessão de 23 de agosto de 1871, v.4, p. 247-248. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30359>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2ZYMQYY>>.

¹⁰ Na *Biblioteca de Machado de Assis* (2001, p. 77) estão listados dois tomos das *Oeuvres choisies* de Denis Diderot, publicadas pela Garnier em 1880.

ASSIS, Machado de. A + B. Rio de Janeiro, *Gazeta de Notícias*, ano XII, n. 259, p. 1, 16 set. 1886. Disponível em: <<https://bit.ly/2WhuO3m>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 264, p. 1, 22 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/EQq2h>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/CEI1E>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/PszNX>>.

ASSIS, Machado de. A + B. *Gazeta de Notícias*. ano XII, n. 297, p. 3, 24 out. 1886. Disponível em: <<https://url.gratis/dUmIk>>.

ASSIS, Machado de. *Obra completa, em quatro volumes*. LEITE, Aloizio; CECILIO, Ana Lima; JAHN, Heloisa (Org.). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2008. 4 v.

ASSIS, Machado de. *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*. Organização, prefácio e notas de R. Magalhães Júnior. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1956.

ASSIS, Machado de. *A semana*. Introdução e notas de Jonh Gledson. HUCITEC, 1996.

ASSIS, Machado de. *Bons dias!* Introdução e notas de Jonh Gledson. Campinas: UNICAMP, 2008.

ASSIS, Machado de. *Crônicas escolhidas*. Seleção, introdução e notas de Jonh Gledson. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2013.

AZEVEDO FILHO, Leodegário Amarante de. *Iniciação em crítica textual*. 3^a ed. São Paulo: EDUSP, 1987.

BLECUA, Alberto. *Manual de crítica textual*. Madrid: Castalia, 2001.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *História em cousas miúdas*. Campinas: UNICAMP, 2005.

ECO, Umberto. *Seis passeios pelos bosques da ficção*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Globo, 2012.

HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1967. 2v.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

JOBIM, José Luís (org). *A biblioteca de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2001.

MACHADO, Ubiratan. *Bibliografia machadiana 1959-2003*. São Paulo: EDUSP, 2003.

SOUSA, José Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1955.

SOUSA, José Galante de. *Fontes para o estudo de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: INL, 1969.

SOUSA NETO, Dário Ferreira. *Memórias do cotidiano e saberes sujeitados: análise das crônicas A + B de Machado de Assis*. 2008. 274 f. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2008.

SPAGGIARI, Bárbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual: história, metodologia, exercícios*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Ars Poetica, 1994.

“A + B”: ENIGMA E INTERPRETAÇÃO

José Américo Miranda
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este artigo investiga nas crônicas “A + B” a recorrência de temas e procedimentos utilizados por Machado de Assis em toda a sua obra de prosador. Entre os temas estão o tempo e a questão das aparências na vida social. Entre os procedimentos, há o emprego da forma dramática (o diálogo), a técnica das transições, a aproximação de contrários, o disfarce das posições pessoais do autor. A partir desses tópicos e da posição temporal das crônicas – que se situam no momento em que autor alcançou a maturidade na arte de escrever –, procura-se demonstrar que a pequena série de sete crônicas é uma peça artística de alta densidade, estilisticamente notável e com forma definida.

Palavras-chave: Crônica brasileira, Machado de Assis, A + B, Procedimentos composicionais.

I

O pequeno conjunto de crônicas que Machado de Assis publicou, na forma de diálogos entre A e B, na *Gazeta de Notícias*, de 12 de setembro a 24 de outubro de 1886, é extremamente enigmático. Nele, entretanto, apesar de sua brevidade, ou talvez por ela mesma, podemos surpreender alguns movimentos bem característicos do processo criativo do escritor.

Parte do enigma, ou quem sabe a totalidade dele, deriva das formas composicionais das crônicas, apontadas e abordadas com um “método arqueológico” por Dário Ferreira Sousa Neto, a partir dos conceitos e da observação dos estudos de Michel Foucault, na *Arqueologia do saber*. Diz ele: “O gênero crônica transforma diferentes saberes definidos como oficiais e legitimados como saberes científicos, religiosos, políticos, filosóficos, mas também opera com saberes cotidianos, não oficiais, fragmentados e sem recorrência histórica.” (SOUSA NETO, 2008, p. 16)

Além da diversidade dos discursos que servem ao cronista, Dário Ferreira Sousa Neto assinala ainda que “a novidade desses textos é o uso sequencial dos diálogos, formando um *corpus* coeso que estabelece relações intertextuais e paródicas com o diálogo *Suplemento à Viagem de Bougainville ou diálogos entre A e B* do filósofo iluminista Denis Diderot.” (SOUSA NETO, 2008, p. 15)

Este estudo é uma tentativa de identificar alguns dos procedimentos composicionais dessas crônicas, procedimentos que são recorrentes na prosa machadiana em geral. O primeiro deles, que logo salta à vista, que caracteriza o pequeno conjunto, é o aspecto dialógico. Dizer dialógico aqui significa também dizer dramático: trata-se de um conjunto de crônicas dialogadas. A e B, as “personagens” que dialogam, são uma espécie de representação da máquina mental em funcionamento – não há uma instância enunciativa que as coloque em cena; desde o início elas já estão lá, conversando, comentando, argumentando. O modo de apresentação, portanto, é o do drama, em que o leitor (ou espectador) vê diretamente os personagens em diálogo uns com os outros.

Em tese defendida recentemente por Nilton de Paiva Pinto, sobre o teatro de Machado de Assis entre os anos de 1860 e 1870, ficou assinalado que a carreira literária do escritor começou pela poesia e pelo teatro – e, mais importante para a finalidade da tese (e não menos para este nosso estudo), que Machado de Assis “nunca abandonou de todo a forma dramática, como nunca abandonou de todo a poesia.” (PINTO, 2020, p. 64)

Glosando esse mote, podemos lembrar que até depois da morte de d. Carolina o poeta escreveu versos; o soneto “A Carolina”, escrito depois de já publicadas as suas *Poesias completas*, em 1901, e depois da morte de sua mulher, ocorrida em 1904, é uma de suas poesias mais conhecidas. E quanto ao teatro, observemos que duas de suas peças – “Não consulte médico” e “Lição de botânica”; ambas da década de 1890 – apareceram pela primeira vez em livro justamente no penúltimo publicado pelo autor, *Relíquias de casa velha*, em 1906¹ – por sinal, a mesma obra que traz o mencionado soneto. Depois desse livro, só apareceu o *Memorial de Aires*, em 1908 – ano da morte do escritor.

¹ “Não consulte médico” aparecera antes na *Revista Brasileira*, v. 8, p. 321-350, em 1896; “Lição de botânica” apareceu pela primeira vez em *Relíquias de casa velha*. Cf. SOUSA, 1955, p. 667-668 e p. 687.

O autor da tese, além de mencionar textos dialogados, mas que apresentam também uma voz narrativa; além de mencionar autores que apontaram o papel da forma dramática, ou seja, dos diálogos, nos momentos cruciais das obras ficcionais do escritor; além disso, apresenta uma lista de textos exclusivamente dialogados, entre os quais aparece “A + B”, a pequena série de crônicas de que ora tratamos. (Cf. PINTO, 2020, p. 64-65)

Na quarta crônica dessa pequena série – “A + B” – (repare-se que a quarta é a crônica central do conjunto: há três antes dela, e três depois), duas peças de teatro são buscadas na memória do cronista, para comparações na discussão da situação política vivida naquelas semanas. O *vaudeville* antigo, *Chapéu de palhinha de Itália*, de Eugène Labiche, que estreou em 1851, é usado numa analogia com as relações entre o ministério e o senado; e o melodrama italiano *Eran due, or sono tre*, de Luigi Ricci, ainda mais antigo (1834), é lembrado porque seu título servia bem à situação do número de chapas que concorriam à eleição para o senado em 1886 – uma do Partido Conservador e duas do Partido Liberal. Instalado bem no centro da composição do conjunto de crônicas está, portanto, uma argumentação que leva em conta o teatro.

É digna de observação, ainda, a situação temporal da série “A + B” na trajetória do artista. Se situarmos no ano de 1855 o início de sua carreira literária (o único poema de 1854 foi publicado no final desse ano, em dezembro), e o seu final em 1908, ano do *Memorial de Aires* e da morte do escritor, veremos que 1886, em que foram publicadas as crônicas dessa série, está bem perto do centro de sua carreira. Este ano é um dos extremos da década que começa em 1877, década em que foram compostas as obras *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Papéis avulsos*. Dos textos reunidos neste último volume, apenas dois são anteriores a 1877: “Uma visita de Alcibíades” é de 1876, e “A chinela turca” é de 1875. (Cf. SOUSA, 1955, p. 493 e p. 480) Visto assim o ano de publicação dessas crônicas, como ponto final de uma década (1877-1886), ficam para trás (da década) 22 anos de caminho percorrido e outros 22 pela frente, a serem percorridos. Se fomos levados a tal raciocínio por um senso de composição semelhante ao que tinha o próprio do escritor, se buscamos com essas marcas temporais alguma simetria para o desenho mental das ideias que aqui propomos, não é só disso que se trata. O reconhecimento da posição central dessas crônicas no conjunto da obra, ou sua pertença à constelação de obras dessa época central, obriga-nos a aguçar a vista e a

atenção. Os textos nos parecem difíceis e enigmáticos, mas demandam – e o merecem – todo o interesse.

As letras A e B, empregadas pelo cronista – que assinalam relação intertextual com Denis Diderot –, Sidney Chalhoub as associa ao tema geral da série, assim como ao pseudônimo – João das Regras – adotado nelas por Machado de Assis. Diz ele: “João das Regras era [...] apelido que cheirava a finanças e política. E A + B? A e B são letras; se o assunto é finanças, letras de câmbio, por exemplo, ou mais amplamente, papel que vale dinheiro, e dinheiro sem ouro como lastro.”² (CHALHOUB, 2005, p. 75)

II

A primeira crônica da série pode ser tomada – aliás, qualquer uma das outras seis também o poderia ser –, por sua estrutura, como uma espécie de síntese do conjunto; os procedimentos, sem qualquer sinal de monotonia, repetem-se em todas elas. O primeiro interlocutor, representado pela letra A, faz um comentário sobre o tempo; o tempo, que tanta matéria forneceu ao artista-pensador Machado de Assis.

No primeiro verso do primeiro livro de poesias do autor (como no primeiro conto publicado por ele, em 1858, “Três tesouros perdidos”, já encontramos o adultério), já nos deparamos com ele (o tempo):

Que a mão do tempo e o hálito dos homens
Murchem a flor das ilusões da vida,
Musa consoladora,
É no teu seio amigo e sossegado
Que o poeta respira o suave sono[.]
(ASSIS, 1864, p. 21; sem o ponto final nesta edição)

Sobre o poema “Os dous horizontes”, publicado em *Crisálidas* (1864), em que trata das dimensões temporais (passado, presente, futuro), escreveu o prof. Wilton Cardoso, que o definiu [o poema] como “um primor de oximoro”: “(...) Machado confunde num só plano o bem passado – ou, dizendo melhor, a esperança passada do bem que não se realizou – e o desengano presente – isto é, o desengano do passado, que é a negação das suas esperanças (...)”. (CARDOSO, 1958, p. 39 e p. 40) De fato, dizem os versos:

² Sobre João das Regras, ver estudo de Gilson Santos, intitulado “Edição da série de crônicas ‘A + B’”, neste número da *Machadiana Eletrônica*.

No breve correr dos dias
Sob o azul do céu, – tais são
Limites no mar da vida:
Saudade ou *aspiração*;
Ao nosso espírito ardente,
Na avidez do bem sonhado,
Nunca o presente é passado,
Nunca o futuro é presente.

Que cismas, homem? – Perdido
No mar das recordações,
Escuto um eco sentido
Das *passadas ilusões*.
Que buscas, homem? – Procuo,
Através da imensidade,
Ler a doce realidade
Das *ilusões do futuro*.

Dous horizontes fecham nossa vida.
(ASSIS, 1864, p. 108-109; grifos nossos)

O verso decassílabo que termina o poema também o abre – fechando o círculo pedestre dos setissílabos, à maneira de horizonte. O passado é saudade, é ilusão passada; o futuro é aspiração, nunca é presente, é composto de ilusões. Eis o oximoro feito de oximoros (saudade da ilusão passada, não realizada; aspiração pela ilusão futura, antevisão do fracasso). A figura do oximoro, de outros modos, bem poderia ser aplicada às crônicas de “A + B”: A e B poderiam ser, em representação abstrata, os dois termos que o formam.

Do primeiro verso do primeiro poema do primeiro livro, passemos ao último parágrafo de *Memorial de Aires*, último livro (para fechar também o círculo):

Há seis ou sete dias que eu não ia ao Flamengo. Agora à tarde lembrou-me lá passar antes de vir para casa. Fui a pé; achei aberta a porta do jardim, entrei e parei logo.
– Lá estão eles, disse comigo.
Ao fundo, à entrada do saguão, dei com os dous velhos sentados, olhando um para o outro. Aguiar estava encostado ao portal direito, com as mãos sobre os joelhos. D. Carmo, à esquerda, tinha os braços cruzados à cinta. Hesitei entre ir adiante ou desandar o caminho; continuei parado alguns segundos até que recuei pé ante pé. Ao transpor a porta para a rua, vi-lhes no rosto e na atitude uma expressão a que não acho nome certo ou claro; digo o que me pareceu. Queriam ser risonhos e mal se podiam consolar. Consolava-os a *saudade* de si mesmos. (ASSIS, 1908, p. 273; grifo nosso. Curiosamente, ou propositalmente, a anotação vem sob o título “Sem data.”)

Aí está a dimensão do passado, travestida de “saudade”. Fecha-se, assim, de maneira discreta, disfarçada, na obra do escritor, o círculo do tempo.

O tempo rendeu também à profa. Dirce Cortes Riedel uma tese (1957), para obtenção do título de livre-docente de Literatura Brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), publicada com o título *O tempo no romance machadiano*. (Cf. RIEDEL, 1959)

Voltemos, porém, a “A + B”. Na primeira crônica, a propósito do comentário de A sobre o tempo, B, prosaicamente, indaga: “Que tempo?” – e o assunto baixa das nuvens para o rés-do-chão, nível apropriado à visão do cronista, conforme Antonio Candido:

Por se abrigar neste veículo transitório [o jornal], o seu intuito [do escritor] não é o dos escritores que pensam em “ficar”, isto é, permanecer na lembrança e na admiração da posteridade; e a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha,³ mas do simples rés-do-chão. (CANDIDO, 1980, p. 6)

Que Machado de Assis, em 1886, já era respeitado pela proeminência de suas ideias “filosóficas”, dá-o por certo Dermeval da Fonseca, nos versos que foram lidos por Filinto de Almeida na festa que fizeram em homenagem a ele (Machado), no hotel Globo, no dia 6 de outubro desse ano de 1886 – justamente na época em que publicava “A + B”. Diziam os versos (jocosamente) sobre o homenageado:

Romancista: fez *Helena*,
Fez também *Iaiá Garcia*;
Pondo *Brás Cubas* em cena,
Fez também filosofia. (FONSECA, 1886, p. 326)

Para Sidney Chalhoub, o título da série e o pseudônimo do cronista, “além de remeter a política e finanças”, “sugerem a busca de uma determinada lógica do tempo, como se fosse possível observar um nexos subjacente aos fatos, diversos e aparentemente fragmentados, que são comentados pelas personagens.” (CHALHOUB, 2005, p. 76)

³ O “alto da montanha” é uma imagem cara a Machado de Assis; veja-se o poema “No alto”, que fecha o conjunto das “Ocidentais”, nas *Poesias completas* (1901, p. 361). Registro essa observação, embora o texto de Antonio Candido não diga respeito a este autor, mas a outros – Carlos Drummond de Andrade, Fernando Sabino, Paulo Mendes Campos e Rubem Braga.

Há no método criativo de Machado de Assis algo de que o início da primeira crônica deste conjunto é um exemplo: de um campo amplo e rico – o tempo, neste caso – passa-se, por um atalho, a um detalhe, a uma parte, a um aspecto periférico da questão principal – neste caso, o detalhe é “o agora”, a atualidade, a contemporaneidade, o tempo do senso comum (despido de dimensão filosófica), o tempo reduzido ao presente, o tempo que passa –, que, por sua vez, conduz a outro campo aberto, também amplo e rico.

A primeira referência, que baixa o tom da conversa, que a traz das alturas da abstração ao chão da história, é ao presidente (na época) da república do Uruguai – o general Santos. Da menção ao general, que sofrera um atentado no mês anterior e se encontrava em recuperação, passa-se a outro evento aparentemente sem conexão com o primeiro, um “roubo” ocorrido em Pernambuco. Entretanto, essa aparente falta de nexo tem lá suas razões, suas ligações subterrâneas. Os dois acontecimentos têm algo em comum: são ambos do tempo presente; estão ambos no noticiário daqueles dias. E há certa gradação descendente, que combina bem com o desembarque da noção de tempo no momento presente, nessa passagem: do atentado a um general presidente (no estrangeiro) passa-se a um roubo numa repartição pública (no país). O “roubo” na tesouraria de fazenda de Pernambuco fica, assim, associado ao atentado ao presidente uruguaio – “pois tudo isso é do tempo.” O texto vai, desse modo, elaborando para si uma arquitetura (aérea, como o são todas as construções literárias ou poéticas).

Com o “roubo”, entra na crônica o grande tema da série: o dinheiro e as esferas que lhe são correlatas; a maior (campo da política, de amplitude nacional) – o orçamento, que estava sendo votado no parlamento; a menor (os casos miúdos, particulares) – os desfalques, as falsificações... as aparências, enfim. As aparências, como veremos, abrangem ambas as esferas – a maior e a menor.

É tal a densidade desses textos, que os aspectos ou os temas que neles aparecem servem ao mesmo tempo a diversas dimensões de sua estrutura. O travamento é firme, confere solidez à arquitetura. Uma dessas dimensões são os jogos temporais. Outro aspecto são as falsas aparências: o “roubo” (logo o leitor há de descobrir o porquê das aspas) de Pernambuco atende a ambas. Sendo assim, esse mesmo acontecimento aparece aqui e aparecerá mais tarde, em outro plano de nossa argumentação. (Fique o leitor avisado.)

Na notícia do “roubo na tesouraria” havia já um engano, um equívoco, não do autor, mas do tempo dele, do noticiário daqueles dias: o que houve na tesouraria de Pernambuco, descobrir-se-á adiante (na segunda crônica da série), não foi roubo – foi desfalque. De início, diziam os jornais que foram encontradas “as chaves falsas com que foram abertos os cofres da tesouraria”, que a “casa forte havia sido forçada”. (Cf. *Gazeta de Notícias*, p. 1, 10 set. 1886) Tudo falso; não houve roubo, apenas aparência de roubo. Entra aqui o tempo como colaborador – não podia o cronista, àquela altura, saber que o roubo seria desmascarado poucos dias depois.

O próprio cronista havia, muitos anos antes (em 1864), depois de sem sucesso tentar redigir um programa para a série de crônicas que se dispunha a escrever (“Ao acaso”), declarara: “O folhetim não é outra coisa mais do que o acaso, o vago, o indeterminado; é o acontecimento que há de haver, [...]; o folhetim reside no dia seguinte, vive do futuro, sai do ventre de todas as semanas, – às vezes Minerva armada, – às vezes *ridiculus mus*.” (ASSIS, 1864, p. 1) Se a crônica vive do imprevisto, daquilo que jaz no bojo do futuro, sua colaboração [do tempo] aqui veio a casar-se com os propósitos (conscientes?) do escritor. O “roubo” não era o que parecia ser, era outra coisa. Entramos assim num dos grandes temas da obra de Machado de Assis: o jogo das aparências. Voltaremos a isso. Por ora, ficamos no tempo, com o tempo.

É necessário, também, que demos tempo ao tempo. Ele (o tempo) aparecerá nos sistemas de oposição de contrários, até mesmo de fusão de contrários (o oximoro!), que o autor incessantemente usa; e aparecerá, também, amalgamado a outros elementos, relacionado à questão – central na obra machadiana – das aparências. Sempre que possível, nós o assinalaremos, para que veja o leitor como o aparente emaranhado das ideias implica, na verdade, uma organização que resulta no travamento estrutural da totalidade do texto – o conjunto das sete crônicas. Vamos ao passo seguinte.

III

Na primeira crônica, além do “roubo” ocorrido em Pernambuco, entram dois outros casos: o do consulado português e o do *English Bank*; não se fala, entretanto, em desfalque – os episódios são referidos como “casos”. Faz companhia a esse cortejo uma falsificação, a do testamento de Custódio José Gomes, conhecido como Bíblia. Os

desfalques vão ser uma espécie de *leitmotif* nessas crônicas, e os testamentos falsificados (haverá outro!) acompanham-nos como um tema subsidiário.

Quando a segunda crônica foi publicada, o roubo de Pernambuco já havia sido desmascarado – aparece, então, a palavra “desfalque”. Enquanto laborava no “engano” (sobre o sumiço do dinheiro em Pernambuco), antes da descoberta de que o roubo era falso, o cronista nos divertia (a nós, seus leitores) com sua capacidade extraordinária de “ficcionalizar” a realidade. Há como que um amálgama entre esses planos em toda a obra do escritor: apresentam-se em primeiro plano, nas crônicas, os acontecimentos reais; nos contos e romances, passam eles ao segundo plano – sem, porém, nunca deixar de estar lá. Algumas de suas crônicas são de tal modo ficcionais, que não se pode mais distinguir uma coisa da outra. Nesse conjunto, na sexta delas, há uma visita de A à câmara dos deputados, na companhia de uma mulher, que, embora não tenha ocorrido, nos deixa com a forte sensação de algo acontecido; oscilamos, depois de lê-la, entre o crer que tenha ocorrido e o acreditar que é pura invenção. A riqueza de detalhes do diálogo (aquelas duas tribunas na sala de espera! aqueles discursos de Afonso Celso Júnior e de Martinho Campos!) apresenta a câmara e seu ambiente ao leitor – dando-nos (a nós leitores) a forte impressão do vazio da câmara, enquanto o senado, onde acontecia naquele dia a assembleia geral (a fusão), regurgitava de gente.

Voltemos, porém, ao roubo de Pernambuco. O cronista lamenta que não tenha ficado nada na caixa de dinheiro, “um bilhete que fosse, – um bilhete de quinhentos réis”, para dar explicações à polícia. Não era bem isso o que dizia o noticiário; algumas notas haviam, sim, segundo alguns jornais, ficado para trás.⁴ O escritor modula o discurso para seus efeitos, em busca de certa expressividade dramática. O apólogo, de tão sintético e tão rico em humor – como artifício de composição – chega a ser genial; eis como narra o cronista o depoimento que atribui ao bilhete de quinhentos réis à polícia:

⁴ Veja-se como o *Diário de Pernambuco*, na seção “Revista Diária”, de 10 de setembro de 1885, p. 2, relatou o fato: “Roubo na Tesouraria de Fazenda – Ontem, às 9 ½ horas da manhã, descobriu o Sr. Dr. Eduardo de Barros Falcão de Lacerda, tesoureiro da Tesouraria de Fazenda, que estavam abertas não só a porta do quarto, como também a grade de ferro da casa forte, onde existe o cofre. / Imediatamente tratou de dar parte do ocorrido ao Sr. comendador Kelly, inspetor daquela repartição; e, depois de chegarem os Exms. Srs. Drs. presidente da província e chefe de polícia, bem como diversas pessoas gradadas, verificou-se haverem sido forçadas as referidas portas, assim como a do cofre, estando o pavimento da casa forte alastrado de cédulas. Achou-se um saco cheio de notas e dous vazios.”

Os meus colegas, diria esse gracioso infante, saíram daqui com intenção de evitar, embora por caminhos mais longos e tortuosos, a estrada do imposto por exemplo, que é comprida como todos os diabos. Não voltarão todos juntos, nem no mesmo ano; mas, se é verdade que Roma não se fez num dia, também é certo que não se desfez num ano. Foi o que eles me disseram. (ASSIS, p. 1, 12 set. 1886)

A própria narrativa do roubo já começara sob os signos da ficção e do humor: “Também há poucos dias estavam uns oitocentos contos muito caladinhos, na tesouraria de fazenda de Pernambuco; vai senão quando pegam em si e abandonam a caixa, sem deixar a menor notícia do destino [...]” (ASSIS, p. 1, 12 set. 1886)

No embalo da ficção, outros pontos da realidade são trazidos à trama dialógica: um sumiço de dinheiro no consulado português e o caso do *English Bank* – e, vinculado a este, passa o diálogo à fábula, pois “as fábulas são ainda agora as cousas mais verdadeiras desse mundo e do outro”. O próprio Deus falara por meio de parábolas. Fabulação e narrativa do real: neste e em muitos outros pontos da obra machadiana essas coisas andaram muito unidas. E que são fábulas, senão certas aparências que querem, na verdade, dizer outras coisas? Repetimos, simplificando (e complicando): o que são fábulas, senão aparências? Alfredo Bosi traçou as linhas gerais das grandes obras machadianas (romances e contos), no tocante ao desenvolvimento (e aos desdobramentos e maneiras) das “histórias de suspeita e engano”, reconhecendo que na vida social, é preciso render-se à “Aparência dominante”; segundo ele, “a vida em sociedade, segunda natureza do corpo, (...) exige máscaras.” (BOSI, 1999, p. 83, p. 86 e p. 102) Pois essa mesma dinâmica, feita de ocultação e desvelamento, aparece nesses textos de outro gênero, as crônicas de “A + B”. Aqui (nas crônicas, no jornal diário) como lá (na ficção, nos romances e nos contos), valem bem estas palavras: “Nem utópica nem conformista a razão machadiana escapa das propostas cortantes do *não* e do *sim*: alumia e sombreia a um só tempo, espelha esfumando, e arquiteta fingidas teorias que mal encobrem fraturas reais.” (BOSI, 1999, p. 126; grifos do autor)

Na crônica de 16 de setembro (a segunda da série), a fabulação se eleva a nível mais alto, passa à esfera da política. Os desfalques, no consulado português, na tesouraria de Pernambuco e no *English Bank* foram feitos por simulação na contabilidade. Nos livros de escrituração, tudo normal, entradas, saídas, créditos, débitos. As conferências, no entanto, eram feitas pela contagem dos maços de notas,

sem que fossem conferidas as quantias exatas de cada maço. Então, uma nota de mil-réis por fora e notas menores por dentro faziam a fortuna dos fraudadores. Bela ideia, que o cronista aplicou metaforicamente aos políticos.

Esta crônica, a segunda, começa justamente por “uma ideia”, que ocorreu a A. B se apressa em dizer-lhe: “Guarde-a, guarde-a... Uma ideia, amigo! É encafuá-la; é metê-la nos cafundós do espírito.” Não convém revelar ideias; está clara a “ideia” – mostrar uma ideia é expô-la ao engano, é o mesmo que dar-lhe uma aparência, ou seja, torná-la falsa. Mas A não resiste e expõe sua teoria: “Imaginei que algumas das nossas cabeças públicas podem ser assim compostas de uma grande nota por fora e outras miúdas por dentro.” – diz a B. “Uma nota grande, vistosa, cem mil-réis, encapando uma porção de quinhentos réis muito rafados, e embaíndo a multidão.” – continua. À observação de B, de que as notas não podem ficar para sempre emaçadas, pois há despesas a pagar, A não se dá por vencido: “Há despesas, mas há também crédito.” – argumenta. O maço de notas falso (contém quantia menor do que aparenta ter) equivale ao homem público (cujo valor não confere com a aparência) e equivale, também, ao crédito (que permite a alguém a compra de um bem sem que tenha o dinheiro que o pague). A ideia aplica-se às reputações, e, com isso, alcança-se a esfera dos valores morais. Como nas fábulas e parábolas. É onde há de chegar o autor; está aberta a picada que vai dar na estrada real...

Seguiremos por ela. Mas retornemos à primeira crônica, em busca de um fio que ficou perdido por lá. Antes da descoberta de que o roubo não foi roubo, antes mesmo do roubo aparecer no diálogo, havia o general Santos. Também ele (como os desfalques e os testamentos falsos) reaparece nas crônicas, pois retorna justamente na última delas, fechando o conjunto, fazendo crer ao leitor que o autor as planejou assim, como obra composta por sete capítulos.

Na sétima das crônicas, publicada em 24 de outubro, volta o general Santos a ser assunto – alguém, uns “coronéis”, tentava tomar-lhe o poder. Coisa do tempo. Mas ao fim e ao cabo (com o perdão do trocadilho), no bojo das ideias sobre a corrupção do parlamentarismo (assunto seríssimo), o general aparece de novo, misturado caoticamente ao parlamentarismo, a um alfaiate, a roupas feitas sob medida, a José Telha – que assinava as matérias do jornal que traziam o título de “Macaquinhos no sótão”, e que não era outro senão o gordo Ferreira de Araújo, um dos donos da *Gazeta de Notícias* –, num modo quase cômico, com aparência de acaso. Coisa do cronista.

O general e os coronéis que pretendiam tirá-lo da cadeira de presidente são figuras vistosas, cuja “alma exterior” (como no caso do Jacobina de “O espelho”, conto publicado por Machado de Assis em *Papéis avulsos*, 1882) é o uniforme. Eles nos aparecem à imaginação por suas roupas. Não é de todo estranho, portanto, que o cronista tenha passado deles (o general e os coronéis), e do parlamentarismo, a um alfaiate.

Sobre as roupas e suas relações com a questão do vestuário e do adorno – vestes e objetos de uso pessoal –, que reputamos central na obra machadiana, afirmou Eugênio Gomes, numa conferência admirável: “Tais representações da exterioridade social contêm um variado e complexo simbolismo, em que mais ou menos todos os moralistas se inspiraram para combater o mundo das aparências, pelo qual se deixa atrair de maneira inelutável a vaidade humana.” (GOMES, 1958, p. 67)

No tocante a essa questão, Gilda de Mello e Souza apontou o distinto tratamento que Machado de Assis dá às roupas masculinas e às femininas. No caso masculino, ela observou que Machado de Assis se detém preferencialmente nas roupas dos personagens – é por elas que ele lhes confere personalidade –, ao passo que no caso feminino a atenção se volta para o corpo propriamente. No homem a roupa tem uma “função identificadora”, cumpre “sobretudo um papel civil, definidor de *status* e instaurador de uma identidade fictícia”. (SOUZA, 2005, p. 88)

Nos textos machadianos há muitas referências e usos os mais variados para as roupas. Na peça “O protocolo”, a personagem Elisa, numa discussão com o marido, pergunta-lhe, quando ele lhe diz que vai “devolvê-la” ao pai (estavam casados há menos de cinco meses): “Fui tirada há meses da casa de meu pai para ser sua mulher; agora, por um pretexto frívolo, leva-me de novo ao lar paterno. Parece-lhe que eu seja uma casaca que se pode tirar por estar fora de moda?” (ASSIS, 1863, p. 79)

De “Antes da missa” (uma cena dramática), um outro exemplo – d. Laura concorda com d. Beatriz, que não fora ao baile da véspera por não ter um vestido novo, nestes magníficos versos alexandrinos:

Tens razão; na verdade, um vestido não é
Uma opa, uma farda, um carro, uma libré. (ASSIS, 1878, p. 1)

E numa crônica de “A Semana”, terceiro exemplo, argumentando sobre o direito do povo de escolher mal os intendentess que os governam, o cronista estende-se: “Assim se perde a liberdade. Hoje impedem-me de meter um pulha na intendência, amanhã proíbem-me andar com o meu colete de ramagens, depois de amanhã decreta-se o figurino municipal.” (ASSIS, p. 1, 6 jan. 1895) Também aqui (neste texto, nessa sequência de exemplos) há certa gradação no conjunto: há a intimidade do casal (“O protocolo”), há um baile (“Antes da missa”), há a municipalidade (“A semana”). Ah! o método...

Em “A + B (24 out. 1886)”, o alfaiate e as roupas se juntam ao dono da *Gazeta de Notícias*, um figurino especial (pois era gordo! e era o patrão!), coisa próxima do cronista – que pode ser alcançada por seus olhos –, e ao general Santos, figura distante, que usa lá seu uniforme de general (e há ainda os coronéis!) – que só lhe chega por meio dos telegramas de Buenos Aires e Montevideú. As coisas longínquas casam-se às vizinhas – tais as fusões que o prosador realiza – na crônica e no conto, no minúsculo e no extenso, nos capítulos e nos romances. Mas isso de passar de um assunto a outro, com todo o jeito de coisa aleatória, como recurso para saltar de um extremo a outro (ou seja, ligar algo a seu contrário), é outro tópico.

IV

Passar assim do início (primeira referência ao general Santos), do começo da primeira crônica, ao fim da última delas (a sétima, em que aparece de novo o mesmo general) faz lembrar o capítulo IX das *Memórias póstumas de Brás Cubas*:

E vejam agora com que destreza, com que fina arte faço eu a maior transição deste livro. Vejam: o meu delírio começou em presença de Virgília; Virgília foi o meu grão pecado da juventude; não há juventude sem meninice; meninice supõe nascimento; e eis aqui como chegamos nós, sem esforço, ao dia 20 de outubro de 1805, em que nasci. Viram? Nenhuma juntura aparente, nada que divirta a atenção pausada do leitor: nada. De modo que o livro fica assim com todas as vantagens do método, sem a rigidez do método. Na verdade, era tempo. Que isto de método, sendo, como é, uma coisa indispensável, todavia é melhor tê-lo sem gravata nem suspensórios, mas um pouco à fresca e à solta, como quem não se lhe dá da vizinha fronteira, nem do inspetor de quartelão. E como a eloquência, que há uma genuína e vibrante, de uma arte natural e feiticeira, e outra tesa, engomada e chocha. Vamos ao dia 20 de outubro. (ASSIS, 1881, p. 37)

Não deixa de ser essa transição máxima, da morte ao nascimento, essa migração de um extremo ao outro da vida (o tempo!), uma espécie de oposição, um jogo de ideias contrárias. John Gledson, na apresentação a uma das crônicas de “A Semana” (a de n. 137, publicada em 13 de janeiro de 1895), embora constatando o fenômeno em outro contexto, observa que Machado de Assis “gostava muito dessas misturas de coisas aparentemente opostas”. (GLEDSON, 1895)

O fato é que as transições estão relacionadas a esta outra característica que faz avançar a prosa machadiana: as aproximações entre contrários.

Na terceira crônica, “A + B (22 set. 1886)”, depois de uma rápida menção ao ministro Belisário na primeira crônica e de uma entrada mais consistente no campo da política na segunda, a discussão política muda de patamar, passa à forma jurídica do Estado, ao “sistema parlamentar”. O diálogo, porém, começa despretensiosamente com palavras de B, em resposta às primeiras de A (sempre o primeiro a falar), que se queixava de não vê-lo havia bastante tempo (novamente o tempo): “Estive doente; apanhei uma constipação.” Da constipação passa o diálogo às pastilhas, que B oferece a A, em meio à discussão sobre a fusão das casas do parlamento, para a votação de matéria polêmica. E da fusão das casas, ou seja, da assembleia geral, toda a forma do sistema político – o parlamentarismo – é posta em pauta. Parlamentarismo e pastilhas; o grande e o miúdo; as oposições de sempre. Esta oposição entre a altura da esfera política e a insignificância da pastilha encerra o diálogo, com o retorno ao miúdo: A pede a B – “Dê cá uma pastilha.” –; ao que B responde – “Tome lá duas.” Não deixa de ter um efeito cômico tudo isso.

Sob o arco da tensão maior (parlamentarismo x pastilhas), que recobre a estrutura dessa terceira crônica, surgem outras oposições e contrastes: estava em votação no parlamento o orçamento do império, e há uma obscura referência a uma “emenda Correia”, que não conseguimos deslindar... mas que parece vinculada a uma tentativa de correção da interpretação que vinha sendo feita da Lei Saraiva-Cotegipe, ou Lei dos Sexagenários – interpretação que adiava o fim do trabalho escravo no país. Essa ideia (apesar da falta de pleno esclarecimento do que seja a matéria da emenda Correia) surge da expressão que vem logo depois da referência a ela (à emenda): “Orçamento ou revolução.” Se for disso que se trata, temos os interesses da alta esfera da política opostos (e justapostos) aos do estrato mais baixo da sociedade naquele tempo.

Ainda que a “emenda Correia” não trate do interesse dos escravos, esses interesses estão presentes na discussão do orçamento: na sessão da assembleia geral realizada no dia 9 de outubro apresentaram-se eles (os interesses, evidentemente contrários, dos altos estratos da organização social e do mais baixo deles, composto pelos escravos) – enviezadamente, diga-se. Isso acontece na sexta crônica (publicada em 14 de outubro), que gira em torno de uma figura feminina que fora ao senado assistir à sessão.

Há mais (ainda na terceira crônica): as dificuldades de formação de uma chapa liberal para a eleição de lista tríplice ao senado são contrapostas à sucessão de Alexandre, o Grande – o futuro imediato (a eleição estava marcada para o dia 7 de outubro) justaposto à longínqua Antiguidade (as dimensões do tempo!); o pequeno evento da política (o chefe liberal, Francisco Otaviano, que não se deu ao trabalho de comandar a composição da chapa) de um país periférico (“escassa nação de ontem, sem fisionomia acabada, sem nenhuma influência no século, apenas com um prólogo de história” – como afirmou o próprio Machado de Assis, a propósito de Fontoura Xavier, no ensaio a “A nova geração” – ASSIS, 1879, p. 393) contraposto a um evento notável (a morte de Alexandre) da história do Ocidente.

Assim nos aproximamos, tateando, do método do cronista, do método do escritor, que, “sem gravata nem suspensórios”, liga o grande ao pequeno, o importante ao irrelevante, um detalhe da vida política contemporânea (envolvendo personagens menores) a um acontecimento histórico (envolvendo nada menos do que Alexandre, o Grande).

Sob esse aspecto, as crônicas machadianas participam (seguramente) da criação poética – em sentido amplo, ou seja, da arte da criação literária. Gaston Bachelard refere-se ao que ele chama de “metafísica instantânea”, ao que ele chama de “tempo *vertical*” (ainda e sempre, o tempo!), para caracterizar o que ele (também e ainda) chama de “instante poético”:

Em todo verdadeiro poema [adaptando e estendendo o sentido das palavras, diríamos aqui “literatura” ou “obra literária”] é possível [...] encontrar os elementos de um tempo detido, de um tempo que não segue a medida, de um tempo que chamaremos de *vertical* para distingui-lo do tempo comum, que foge horizontalmente com a água do rio, com o vento que passa. Donde um paradoxo que é preciso enunciar claramente: enquanto o tempo da prosódia é horizontal, o

tempo da poesia é vertical. A prosódia apenas organiza sonoridades sucessivas; regula cadências, administra arrebatamentos e emoções, muitas vezes inoportunamente. Ao aceitar as consequências do instante poético, a prosódia possibilita reunir a prosa, o pensamento explicado, os amores experimentados, a vida social, a vida corrente, a vida deslizante, linear, contínua. Mas todas as regras prosódicas são somente meios, velhos meios. A meta é a verticalidade, a profundidade ou a altura; é o instante estabilizado no qual as simultaneidades, ordenando-se, provam que o instante poético possui perspectiva metafísica.

O instante poético é, pois, necessariamente complexo: emociona, prova – convida, consola –, é espantoso e familiar. *O instante poético é essencialmente uma relação harmônica entre dois contrários.* (BACHELARD, 1985, p. 183-184; grifo nosso)

Parece-nos inegável que a excelência estilística, assim como a densidade textual das crônicas machadianas em geral, e de “A + B” em particular, confere a essas obras menores um grau notável de interesse, por seu valor artístico. Esse tempo vertical de que fala Bachelard encontra-se aqui com o oximoro (fusão de pensamentos que se excluem), com as “misturas de coisas aparentemente opostas” (nas palavras de John Gledson), com a importância que tem o tempo neste pequeno conjunto de crônicas.

V

Mas há espaço para variações, nem tudo há de ser feito de oposições; as contiguidades são também dignas de observação, por sinalizarem a continuação de um tema, de uma ideia, de um processo mental. A crônica seguinte, a de n. 4 (publicada em 28 de setembro de 1886), começa justamente por esta fala de A: “Vinha agora mesmo pensando em Vossa Excelência...” – que causa espanto em B, e resulta nesta justificativa do primeiro interlocutor: “Desculpe-me; foi um jeito que me ficou da conversa que tive com um deputado.” Estamos em plena atmosfera política – veneno a que Machado de Assis, como uma espécie de Mitridates, se afeiçoou.

Está em cena a pura encenação, o teatro (no mau sentido), as falsas aparências da política. E não era só na crônica machadiana; essa visão das coisas políticas estava nos jornais do tempo. Na primeira página da *Gazeta de Notícias*, de 10 de outubro de 1886, sob o título de “A fusão”, lê-se, com todas as letras: “Como o sistema que felizmente nos rege, é de ficções, a fusão tem ainda o mérito de ser, no gênero, uma das mais bem acabadas.” Os desfalques da primeira crônica – exercícios que eram do

significante sem o correspondente significado, ou seja, pura empulhação – integram-se ao todo, aplicados que foram, por analogia, à esfera política.

Não é de admirar que, num tal contexto, tenha o escritor tomado o caminho da ficção – do conto e do romance, principalmente – para falar daquela sociedade e daquela realidade.

Na quinta crônica, publicada em 4 de outubro, a discussão do sistema político chega ao ponto central do sistema: o parlamentarismo. A discussão envolve três políticos, com três opiniões sobre o sistema (todas negativas, diga-se); por ora, entretanto, aparecem apenas duas: as dos senadores Leão Veloso e Uchoa Cavalcanti – a opinião do terceiro, Martinho Campos, fecha o conjunto, ao final da sétima crônica.

Não avancemos, porém, atabalhoadamente; ainda estamos na quinta crônica. É aí que se chega à medula do sistema político, à discussão do sistema parlamentarista. Até mesmo o sistema de votação por bolas (mas isso é lá na sexta crônica!) aparece aí... Não se chega a essa altura por progressiva escalação da montanha das ideias, mas por saltos e solavancos e choques entre ideias opostas. A quinta crônica começa por um telegrama de Vitória (naquele tempo diziam “da Vitória”), que noticiava um divertimento ilícito (uma jogatina) surpreendido pela polícia local. A notícia chamara a atenção de A, que expõe seus motivos: o correspondente associara à jogatina um desfalque (mais um!) ocorrido no correio daquela cidade há cerca de três anos. Três anos... novamente o tempo, que se torna matéria da palestra entre A e B. Diz A:

Que me importam os anos. O roubo de Pernambuco é de dias, e lá virá tempo em que escorregue para a lagoa Estígia, onde tudo se esquece. Daqui a pouco o Instituto Pernambuco insere o fato nos seus arquivos, entre a morte de Nero e a invasão dos bárbaros. Sócio haverá que prove que o tal roubo de oitocentos contos é uma inscrição lapidária: *D.C.C.C. contos...* isto é: “Deus, criador do céu conserta os contos (das lanças).” Dirá que foi achada em Nápoles pelos holandeses, trazida por eles, e aqui deixada escondida à margem do Beberibe. (ASSIS, 1886b, p. 1)

E não vem só o novo desfalque; vem também o seu comparsa, tema subsidiário, um outro testamento falso. Desta vez, mais complicado ainda: o testamento falso mencionado antes, o do Bíblia (na crônica de 12 de setembro) era escrito; o mencionado nesta crônica era nuncupativo – mais sujeito a testemunhos, controvérsias, versões, invenções, mentiras; são mais variadas aí as maneiras da falsificação.

A distância temporal também varia: trinta e um anos – o testamento oral do barão de Vila Nova do Minho ocorrera em 1855. E desses temas passa o cronista, de um salto, às opiniões de Leão Veloso e Uchoa Cavalcanti sobre o parlamentarismo. Método do cronista, que é um acrobata dos assuntos. É preciso ler para crer; é preciso meditar para entender.

VI

A sexta crônica da série (publicada em 14 de outubro) traz uma novidade: ela gira em torno de uma mulher. Diz A, para começo de conversa: “Estive há poucos minutos com uma senhora, que veio desconsolada da sessão da assembleia geral, vulgo fusão. Rejeitou um passeio nesse dia, só para ter o gosto de ver a cousa, e não viu nada.” (ASSIS, p. 1, 1886c) A essa altura, cruzam-se inúmeras linhas de interesse do autor: a presença de mulheres em eventos de natureza política, o interesse das mulheres pela causa dos negros (a deliberação da assembleia foi contrária ao interesse dos escravos – daí, talvez, ou certamente, o “desconsolo” que o cronista faz crer tenha sido causado pela parcimônia do debate), o interesse do cronista pela participação das mulheres na vida pública, e, talvez mais velado, a simpatia (do próprio cronista) pela causa dos escravos.

Não fica de todo distante desse conjunto de ideias a posição política de José de Alencar a respeito da representação das minorias – a despeito das posições desse escritor e político contra a abolição da escravidão. A ser assim, temos nesta crônica outra oposição dos extremos da sociedade: os negros escravos, agora ajuntados às mulheres, de um lado, e, de outro, a elite política e econômica, campo masculino, composto de homens brancos.

A propósito das ideias de José de Alencar sobre o sistema representativo, veja-se o que escreveu ele (em terceira pessoa) na “Introdução” a seu livro:

Há anos que o autor desta obra se ocupou da questão eleitoral, base do governo representativo.

Em janeiro de 1859 inseriu no *Jornal do Commercio* alguns artigos no desígnio de resolver o difícil problema da representação da minoria. Propunha o meio prático da restrição do voto de modo a deixar margem suficiente para que fosse também apurado o voto das frações.

Em termos mais positivos, o número dos votados devia ser inferior ao número dos eleitos na proporção conveniente para garantir uma representação à minoria sem risco da maioria.

Foi a primeira sugestão de semelhante ideia no Brasil. Nem mesmo na Inglaterra era ela então, como foi logo após, objeto de sérios estudos. Nesse ano de 1859 publicou Thomaz Hare um opúsculo sobre a matéria; e em 1860 foi seu sistema desenvolvido em outra publicação por Henry Faucett. A obra de Stuart Mill, onde essa nova tese política é sustentada com vigor e alto senso, apenas em 1861 veio a lume (*Government representatif, cap. 7º*). (ALENCAR, 1868, p. 3)

Tal ideia, que reputamos de alta importância, não nos parece de todo desvinculada da estrutura do pensamento machadiano em “A + B” – especialmente nesta crônica em que aparece uma mulher interessada em política, e, mais, que menciona uma sessão da assembleia geral em que foi votado um assunto de interesse dos escravos. Tudo isso muito velado (como era costume no autor); grande parte do que sabemos sobre a sessão da assembleia geral está nos jornais daqueles dias, não propriamente na crônica.

A presença dessa personagem quebra um pouco a austeridade e secura dos temas, permite ao cronista certo desenvolvimento humorístico e descontraído – muito embora seu comportamento fosse, para os padrões atuais, criticável e até mesmo, segundo certas perspectivas, reprovável. A revela a B o galanteio que fizera à mulher – de um mau gosto a toda prova. Não há como negar... há assédio na cena; a reação da mulher, permitida naquele contexto social, foi apenas esta: “Ela fez então o que devia: corou.”

A mulher se revela atenta a tudo o que se passa no parlamento, cita discursos de deputados e senadores. B chega a dizer: “Mas isso não é mulher, é um volume de *Anais!*” – frase de efeito humorístico, que hoje, com toda certeza, seria tomada por politicamente incorreta, machista, etc. A visita à câmara dos deputados (que não aconteceu) é tratada em detalhes, sob a forma do diálogo narrado entre A e a mulher (já vimos que o cronista era dado à fabulação, para o desenvolvimento de suas ideias).

Um dos detalhes da conversa diz respeito às duas tribunas da câmara, que ficavam na sala de espera. Diante da surpresa da mulher (com relação às tribunas serem duas e estarem fora do lugar), o cronista dá duas explicações: a encomenda teria sido feita a um marceneiro que nunca tinha ido à França, onde a tribuna é uma só, – de modo que não podia saber “que forma tinha, e em que lugar se punha” –; e o regimento

interno da câmara mandava os deputados se dirigirem ao presidente – de modo que o deputado teria de ter a chance de falar a ele sem que um estivesse de costas para o outro, ou para a assembleia.

Uma terceira explicação, que nos parece bastante óbvia, mas não aventada pelo cronista (ele deve ter tido seus motivos para não meter a igreja no discurso – já o tinha feito quando citou o jornal católico *O Apóstolo*), é esta: as tribunas que o marceneiro devia conhecer eram os púlpitos das igrejas... onde havia (quase sempre, talvez sempre) dois: um do lado da epístola, outro do lado do evangelho. Pode ter sido discrição ou economia de meios; afinal, o cronista era pago e a crônica encomendada devia ter extensão pré-estabelecida.

VII

A suposta explicação para as duas tribunas, que aventamos, poderia, por sua ausência, revelar-nos alguma coisa do pensamento de Machado de Assis? Não podemos ter certeza. O certo, porém, é que ele fazia o que podia para ocultar-se nos meandros de suas invenções. Nas palavras de Wilton Cardoso, é notável, e empresta-lhe à obra “singular sedução” a “ausência de testemunho do escritor acerca da trajetória vital e espiritual que percorreu”; nos escritos do autor, seus “meandros [da trajetória vital e espiritual] terão sido cuidadosamente escondidos à contemplação alheia”. (CARDOSO, 1958, p. 11-12)

Comparando Machado de Assis com outro escritor seu contemporâneo, Lima Barreto, Sérgio Buarque de Holanda constatou:

O certo é que, apesar de tudo quanto podiam ter de comum, os dois romancistas cariocas se separavam num ponto essencial. Enquanto os escritos de Lima Barreto foram, todos eles, uma confissão mal disfarçada, [...] os de Machado foram antes uma evasão e um refúgio. O mesmo tema que para o primeiro representa obsessivo tormento e tormento que não pode calar, este o dissimula por todos os meios ao seu alcance. (HOLANDA, 1956, p. 12)

Essa discrição, esse velamento das circunstâncias e dos assuntos biográficos na obra machadiana, apresenta-se, para além da questão relacionada aos púlpitos (talvez reveladora da mudança de posição do autor quanto à religiosidade presente em obras, especialmente poesias, de sua juventude), em outros pontos de “A + B”.

Sidney Chalhoub, em estudo dedicado a essas crônicas, faz algumas reflexões sobre a distinção, não só nesse conjunto de crônicas, entre ideias que são de personagens, do cronista (da *persona* – João das Regras, no caso da série “A + B”) ou de Machado de Assis, ele mesmo. (CHALHOUB, 2005, p. 67-74) A questão, evidentemente, não fica resolvida.

Na quarta crônica, bem no centro do conjunto, na parte do diálogo sobre as duas chapas liberais candidatas nas eleições para o senado, A pergunta a B: “E da outra [chapa] quem lhe parece que entraria [no senado]?” B responde: “Creio que o Malvino. E creia-me que, se não for agora, há de ser um dia; havemos de vê-lo entrar [no senado].” (ASSIS, 1886a, p. 1) Seriam tais palavras expressão das opiniões ou das simpatias políticas do autor? É outra coisa que não podemos saber, mas apenas supor. É verossímil.

A presença da mulher na política, o interesse pelos escravos, a referência à emenda Correia seriam sinais discretos dos interesses do autor pelos grandes problemas nacionais, índices de um desejo civilizacional por parte dele? A julgar pelo sistema de suas obras, acreditamos poder responder com um “sim” a esta (e a outras já feitas aqui) pergunta.

De tantas indagações sobre o autor, passamos a uma pergunta sobre nós mesmos. O que aprendemos, nos diálogos de “A + B”, sobre o grande escritor? Vimos que nesses textos forma-se como que um sistema “em rede”, em que as diversas partes do todo se intercomunicam, através de conexões entre pontos específicos, às vezes muito periféricos, de uma ideia maior e mais importante com pontos muitas vezes também periféricos de outra ideia igualmente vasta, e assim se compõe uma espécie de “nebulosa”, uma “nuvem de ideias”. Nessas crônicas assiste-se, em alta voltagem, à arte das transições, muito mencionada em seus aspectos mais visíveis, mas captada nesses diálogos no nível microscópico – na passagem de uma palavra a outra, de um todo a um detalhe, de um detalhe a outro detalhe, e deste detalhe a um outro todo.

Com tudo isso, chega-se a isto: “Juntando todas essas cousas a outras cousas, não lhe parece que aqui há cousa?” São palavras do cronista, que muito bem nos servem para pôr fim às nossas que, se pouco nos esclarecem, não deixam de ser uma tentativa, talvez malsucedida, de interpretação.

Referências

- ALENCAR, José de. *Sistema representativo*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1868.
- ASSIS, Machado de. O protocolo. In: *Teatro de Machado de Assis*. Volume I. Rio de Janeiro: Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1863.
- ASSIS, Machado de. Ao acaso. *Diário do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, ano XLIV, n. 155, p. 1, 5 jun. 1864.
- ASSIS, Machado de. *Crisálidas*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1864.
- ASSIS, Machado de. Antes da missa. *O Cruzeiro*, Rio de Janeiro, ano I, p. 1, 7 maio 1878.
- ASSIS, Machado de. A nova geração. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, 1º ano, t. II, p. 373-413, out.-dez. 1879.
- ASSIS, Machado de. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1881.
- ASSIS, Machado de. *Papéis avulsos*. Rio de Janeiro: Lombaerts, 1882.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 255, p. 1, 12 set. 1886.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 271, p. 1, 28 set. 1886a.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 277, p. 1, 4 out. 1886b.
- ASSIS, Machado de [João das Regras]. A + B, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 287, p. 1, 14 out. 1886c.
- ASSIS, Machado de. A semana. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XXI, n. 6, p. 1, 6 jan. 1895.
- ASSIS, Machado de. Não consultes médico. *Revista Brasileira*, Rio de Janeiro, t. VIII, p. 321-350, out.-dez. 1896.
- ASSIS, Machado de. *Poesias completas*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.
- ASSIS, Machado de. *Relíquias de casa velha*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1906.
- ASSIS, Machado de. *Memorial de Aires*. Rio de Janeiro: H. Garnier, [1908].
- BACHELARD, Gaston. Instante poético e instante metafísico. In: *O direito de sonhar*. Tradução de José Américo Motta Pessanha, Jacqueline Rass, Maria Lúcia de Carvalho Monteiro, Maria Isabel Raposo. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 183-189.

BOSI, Alfredo. A máscara e a fenda. In: *Machado de Assis, o enigma do olhar*. São Paulo: Ática, 1999. p. 73-126.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. In: ANDRADE, Carlos Drummond de et al. *Para gostar de ler: crônicas*. São Paulo: Ática, 1980. v. 5. p. 4-13.

CARDOSO, Wilton. *Tempo e memória em Machado de Assis*. Belo Horizonte: Estabelecimentos Gráficos Santa Maria, 1958.

CHALHOUB, Sidney. A arte de alinhar histórias. A série “A + B” de Machado de Assis. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. (Org.) *História em cousas miúdas*. Campinas: Editora da Unicamp, 2005. p. 67-85.

FONSECA, Dermeval da. Ao corte do Machado. In: *A Semana*, Rio de Janeiro, ano II, v. II, n. 93, p. 326, 9 out. 1886.

GLEDSON, John. A Semana – 137. *Machadiana Eletrônica*, Vitória, v. 4, n. 8. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/machadiana/article/view/31807/21198>>. [Texto disponível, ainda sem paginação, em publicação antecipada.]

GOMES, Eugênio. O artista e a sociedade. Conferência pronunciada no PEN CLUB DO BRASIL, no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1958. *Machado de Assis*. Rio de Janeiro: São José, 1958. p. 63-83.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio. In: BARRETO, Lima. *Clara dos Anjos*. São Paulo: Brasiliense, 1956. p. 7-19.

PINTO, Nilton de Paiva. *O teatro de Machado de Assis – 1860-1870: uma alternativa na dramaturgia brasileira*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2020. [Tese de doutorado]

RIEDEL, Dirce Cortes. *O tempo no romance machadiano*. Rio de Janeiro: São José, 1959.

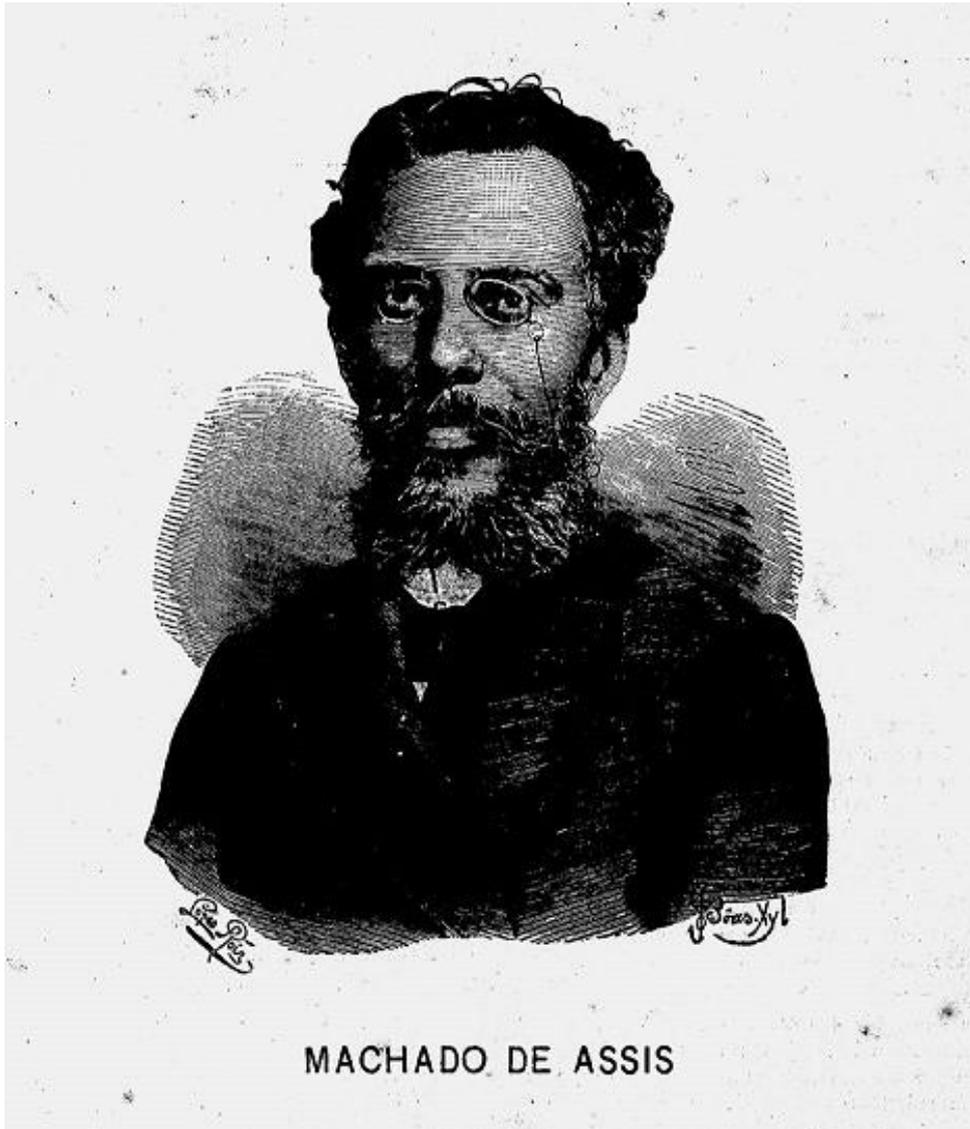
ROUBO na tesouraria. *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro, ano XII, n. 253, p. 1, 10 set. 1886.

SOUSA, J. Galante de. *Bibliografia de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1955.

SOUSA NETO, Dário Ferreira. *Memórias do cotidiano e saberes sujeitos: Análise das crônicas A + B de Machado de Assis*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2008. [Dissertação de Mestrado]

SOUZA, Gilda de Mello e. Macedo, Alencar, Machado e as roupas. In: *A ideia e o figurado*. São Paulo: Duas Cidades, 2005. p. 73-89.

MACHADO DE ASSIS EM 1886



Gravura de Lopes Roiz.

FONTE: *A Semana*, Rio de Janeiro, ano II, v. II, n. 93, p. 1, 9 out. 1886.

Disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro:

<<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=383422&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=757>>.

ÍNDICES (atualizados até v. 3, n. 6)

TEXTOS DE MACHADO DE ASSIS, PELOS TÍTULOS:

- A + B (12 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 7 e p. 33.
- A + B (16 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 11 e p. 41.
- A + B (22 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 15 e p. 49.
- A + B (28 set. 1886) – v. 3, n. 6, p. 17 e p. 57.
- A + B (4 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 21 e p. 65.
- A + B (14 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 25 e p. 73.
- A + B (24 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 29 e p. 81.
- A Caridade – v. 3, n. 5, p. 17 e p. 67.
- A Ch. F., filho de um proscrito – v. 1, n. 1, p. 13 e p. 33.
- A jovem cativa – v. 3, n. 5, p. 19 e p. 71.
- A nova geração – v. 2, n. 4, p. 7 e p. 39.
- A S. M. I. – v. 1, n. 1, p. 17 e p. 41.
- A saudade – v. 2, n. 4, p. 37 e p. 83.
- A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 25.
- A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 30.
- A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 36.
- A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 40.
- A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 46.
- A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 50.
- A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 54.

- A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 59.
- A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 65.
- A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 70.
- A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 76.
- A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 83.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 88.
- A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 94.
- A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 98.
- A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 102.
- A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 108.
- A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 120.
- A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 126.
- A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 132.
- A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 138.
- A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 145.
- A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 150.
- A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 156.
- A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 162.
- A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 168.
- A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 172.
- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 178.
- A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 184.
- A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 190.
- A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 194.
- A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 199.
- A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 204.
- A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 210.
- A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 216.
- A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 220.
- A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 226.
- A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 232.

- A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 238.
- A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 242.
- A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 248.
- A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 254.
- A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 261.
- A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 266.
- A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 272.
- A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 278.
- A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 282.
- A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 288.
- A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 294.
- A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 300.
- A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 306.
- A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 312.
- A uma menina – v. 1, n. 1, p. 23 e p. 53.
- Abertura pelo Sr. Machado de Assis, Presidente – v. 1, n. 1, p. 9 e p. 25.
- Alpujarra – v. 3, n. 5, p. 49 e p. 123.
- As ondinas – v. 3, n. 5, p. 35 e p. 97.
- As rosas – v. 3, n. 5, p. 41 e p. 105.
- As ventoinhas – v. 3, n. 5, p. 47 e p. 119.
- Aspiração – v. 3, n. 5, p. 23 e p. 79.
- Cleópatra – v. 3, n. 5, p. 27 e p. 85.
- Errata da primeira edição das *Poesias completas* (1901) – v. 1, n. 1, p. 55.
- Fé – v. 3, n. 5, p. 15 e p. 63.
- Gabriela da Cunha – v. 1, n. 1, p. 19 e p. 45.
- Lúcia – v. 3, n. 5, p. 7 e p. 55.
- Monte Alverne – v. 3, n. 5, p. 45 e p. 113.
- No limiar – v. 3, n. 5, p. 21 e p. 75.
- O dilúvio – v. 3, n. 5, p. 11 e p. 59.
- O Progresso – v. 1, n. 1, p. 11 e p. 29.

- Os arlequins – v. 3, n. 5, p. 31 e p. 91.
- Os dous horizontes – v. 3, n. 5, p. 43 e p. 109.
- Pensamentos de Machado de Assis (recolhidos e organizados por Letícia Malard) – v. 2, n. 3, p. 11.
- Saudades – v. 1, n. 1, p. 21 e p. 49.
- Souvenir d'exil (tradução de Machado de Assis) – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.
- Versos a Corina – III (Fragmento) – v. 3, n. 5, p. 53 e p. 127.

POESIAS DE MACHADO DE ASSIS, PELOS PRIMEIROS VERSOS:

- A mulher é um cata-vento, – v. 3, n. 5, p. 47 e p. 119.
- Ao som da tua voz a mocidade acorda, – v. 1, n. 1, p. 11 e p. 29.
- As orações dos homens – v. 3, n. 5, p. 15 e p. 63.
- Beijam as ondas a deserta praia; – v. 3, n. 5, p. 35 e p. 97.
- Caía a tarde. Do infeliz à porta, – v. 3, n. 5, p. 21 e p. 75.
- César! fulge mais luz nas saudações do povo, – v. 1, n. 1, p. 17 e p. 41.
- Desabrochas ainda; tu és bela – v. 1, n. 1, p. 23 e p. 53.
- Do sol ao raio esplêndido, – v. 3, n. 5, p. 11 e p. 59.
- Ela tinha no rosto uma expressão tão calma – v. 3, n. 5, p. 17 e p. 67.
- Enfim! sobre esta cena, a tua e nossa glória, – v. 1, n. 1, p. 19 e p. 45.
- Filha pálida da noite, – v. 3, n. 5, p. 27 e p. 85.
- Fiz promessa, dizendo-te que um dia – v. 3, n. 5, p. 37 e p. 101.
- Flor a abrir, entre nós, surge agora um infante; – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.
- Il est beau. Dans son front où la grâce rayonne, – v. 1, n. 1, p. 13 e p. 33.
- Jaz em ruínas o torrão dos mouros; – v. 3, n. 5, p. 49 e p. 123.
- Maria Duplessis – v. 3, n. 5, p. 37 e p. 101.
- Meiga saudade! – Amargos pensamentos – v. 2, n. 4, p. 37 e p. 83.
- Morreu! – Assim baqueia a estátua erguida – v. 3, n. 5, p. 45 e p. 113.
- Musa, depõe a lira! – v. 3, n. 5, p. 31 e p. 91.
- Nós estávamos sós; era de noite; – v. 3, n. 5, p. 7 e p. 55.

- Que valem glórias vãs? A glória, a melhor glória, – v. 3, n. 5, p. 53 e p. 127.
- Recebe, ó Braga, o meu canto – v. 1, n. 1, p. 21 e p. 49.
- “Respeita a fouce a espiga que desponta; – v. 3, n. 5, p. 19 e p. 71.
- Rosas que desabrochais, – v. 3, n. 5, p. 41 e p. 105.
- Sinto que há na minh’alma um vácuo imenso e fundo, – v. 3, n. 5, p. 23 e p. 79.
- Um horizonte, – a saudade – v. 3, n. 5, p. 43 e p. 109.

TEXTOS ATRIBUÍDOS A MACHADO DE ASSIS:

- A hebreia – v. 2, n. 4, p. 89.
- A Portugal – v. 2, n. 4, p. 85.
- O Réquiem de Verdi – v. 2, n. 4, p. 93.

OUTROS TEXTOS RELACIONADOS A MACHADO DE ASSIS:

- Amor – v. 2, n. 4, p. 97.
- A missa de Réquiem – v. 2, n. 4, p. 99.
- Embirração – v. 3, n. 5, p. 131.
- O verso alexandrino – v. 3, n. 5, p. 135.
- Machado de Assis (Notícia não assinada, publicada em *A Semana*, 9 out. 1886) – v. 3, n. 6, p. 89.

AUTORES TRADUZIDOS POR MACHADO DE ASSIS:

- Chénier, André
 - A jovem cativa – v. 3, n. 5, p. 19 e p. 71.
- Dumas Filho, Alexandre
 - Maria Duplessis – v. 3, n. 5, p. 37 e p. 101.
- Girardin, Mme. Émile de
 - Cleópatra – v. 3, n. 5, p. 27 e p. 85.
- Heine, Heinrich
 - As ondinas – v. 3, n. 5, p. 35 e p. 97.
- Mickiewicz, Adam
 - Alpujarra – v. 3, n. 5, p. 49 e p. 123.

- Musset, Alfred de
 - Lúcia – v. 3, n. 5, p. 7 e p. 55.
- Ribeyrolles, Charles
 - Souvenir d'exil – v. 1, n. 1, p. 15 e p. 37.

ARTIGOS E OUTROS TEXTOS, PELOS TÍTULOS:

- “A + B” (1886) – v. 3, n. 6, p. 5.
- “A + B”: enigma e interpretação – v. 3, n. 6, p. 111.
- A errata das *Poesias completas* (edição de 1901), de Machado de Assis, e seu destino – v. 1, n. 1, p. 75.
- A poesia que Machado de Assis publicou em *Crisálidas*, mas não incluiu em suas *Poesias completas* – v. 3, n. 5, p. 5.
- A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 23.
- A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 29.
- A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 35.
- A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 39.
- A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 45.
- A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 49.
- A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 53.
- A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 57.
- A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 63.
- A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 69.
- A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 75.
- A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 81.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.
- A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.
- A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 93.
- A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 97.
- A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 101.
- A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 107.

- A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 119.
- A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 125.
- A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 131.
- A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 137.
- A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 143.
- A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 149.
- A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 155.
- A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 161.
- A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 167.
- A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 171.
- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 177.
- A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 183.
- A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 189.
- A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 193.
- A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 197.
- A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 203.
- A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 209.
- A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 215.
- A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 219.
- A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 225.
- A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 231.
- A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 237.
- A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 241.
- A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 247.
- A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 253.
- A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 259.
- A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 265.
- A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 271.
- A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 277.

- A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 281.
- A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 287.
- A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 293.
- A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 299.
- A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 305.
- A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 311.
- “A Semana” 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série – v. 1, n. 2, p. 321.
- A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em *A mão e a luva*, de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 83.
- Abertura – v. 1, n. 1, p. 5.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 177.
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 2, n. 4, p. 169
- Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 315.
- Abreviaturas utilizadas em “Pensamentos de Machado de Assis” recolhidos e organizados por Letícia Malard – v. 2, n. 3, p. 153.
- Arte sem paixão: aproximações entre a prosa inicial de Machado de Assis e o teatro realista brasileiro – v. 2, n. 4, p. 121.
- Caminhos da pesquisa – v. 2, n. 4, p. 5.
- Carvalho Júnior: ódio às “belezas de missal” – v. 2, n. 4, p. 141.
- Cronologia – v. 1, n. 2, p. 317.
- Edição da série de crônicas “A + B” – v. 3, n. 6, p. 99.
- Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.
- Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? – v. 1, n. 1, p. 131.
- Editar Machado de Assis na contemporaneidade: comentários acerca da edição de “A nova geração” – v. 2, n. 4, p. 105.
- Este número – v. 1, n. 1, p. 7.
- Índices (v. 1, n. 1) – v. 1, n. 1, p. 173.
- Índices (atualizados até o v. 1, n. 2) – v. 1, n. 2, p. 347.
- Índices (atualizados até o v. 2, n. 4) – v. 2, n. 4, p. 159.

- Índices (atualizados até o v. 3, n. 5) – v. 3, n. 5, p. 303.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- Introdução às notas – v. 1, n. 2, p. 15.
- “Lúcia”: um poema de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 253.
- Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico” – v. 1, n. 1, p. 99.
- Machado de Assis e as traduções que publicou em *Crisálidas* – v. 3, n. 5, p. 227.
- Machado de Assis e as virtudes teológicas – v. 3, n. 5, p. 181.
- Machado de Assis e Monte Alverne – v. 3, n. 5, p. 285.
- Machado de Assis, tradutor de poesia: a questão das traduções em *Americanas* – v. 1, n. 1, p. 159.
- Machado de Assis: unidade e autonomia da obra literária – v. 3, n. 5, p. 209.
- Machado pensador – v. 2, n. 3, p. 5.
- Nota prévia [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 7.
- O texto – v. 1, n. 2, p. 11.
- Referências [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 149.
- Relato de uma experiência (como foi localizado o poema “A Portugal”) – v. 2, n. 4, p. 115.
- Um estudo de “Lúcia”, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115 e v. 3, n. 5, p. 269.
- Uma aproximação às poesias completas de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 141.
- Uma Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 113.
- Versos nas *Poesias completas* de Machado de Assis: detalhes – v. 1, n. 1, p. 151.
- Vínculos com a vida na poesia de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 161.

OUTRAS ARTES:

- Machado de Assis em 1886 – v. 3, n. 6, p. 135.

AUTORES:

– [Araújo, Ferreira de?]

– Uma Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 113.

– Campos, Alex Sander Luiz

– 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.

– Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 177.

– Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.

– Edições de Machado de Assis: por quê, para quê? – v. 1, n. 1, p. 131.

– Este número – v. 1, n. 1, p. 7.

– Índices (v. 1, n. 1) – v. 1, n. 1, p. 173.

– Índices (atualizados até o v. 1, n. 2) – v. 1, n. 2, p. 347.

– Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.

– Cei, Vitor

– A voluptuosidade da dor de Estêvão: o pessimismo galhofeiro em *A mão e a luva*, de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 83.

– Delfino, Luís

– O verso alexandrino – v. 3, n. 5, p. 135.

– Gledson, John

– A Semana – 84 (1º de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 23.

– A Semana – 85 (7 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 29.

– A Semana – 86 (14 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 35.

– A Semana – 87 (21 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 39.

– A Semana – 88 (28 de janeiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 45.

– A Semana – 89 (4 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 49.

– A Semana – 90 (11 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 53.

– A Semana – 91 (18 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 57.

– A Semana – 92 (25 de fevereiro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 63.

– A Semana – 93 (4 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 69.

– A Semana – 94 (11 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 75.

– A Semana – 95 (18 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 81.

– A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.

– A Semana – 96 (25 de março de 1894) – v. 1, n. 2, p. 87.

– A Semana – 97 (1º de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 93.

– A Semana – 98 (8 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 97.

- A Semana – 99 (15 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 101.
- A Semana – 100 (22 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 107.
- A Semana – 101 (6 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 119.
- A Semana – 102 (13 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 125.
- A Semana – 103 (20 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 131.
- A Semana – 104 (27 de maio de 1894) – v. 1, n. 2, p. 137.
- A Semana – 105 (3 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 143.
- A Semana – 106 (10 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 149.
- A Semana – 107 (17 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 155.
- A Semana – 108 (24 de junho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 161.
- A Semana – 109 (1º de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 167.
- A Semana – 110 (8 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 171.
- A Semana – 111 (15 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 177.
- A Semana – 112 (22 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 183.
- A Semana – 113 (29 de julho de 1894) – v. 1, n. 2, p. 189.
- A Semana – 114 (5 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 193.
- A Semana – 115 (12 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 197.
- A Semana – 116 (19 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 203.
- A Semana – 117 (26 de agosto de 1894) – v. 1, n. 2, p. 209.
- A Semana – 118 (2 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 215.
- A Semana – 119 (9 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 219.
- A Semana – 120 (16 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 225.
- A Semana – 121 (23 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 231.
- A Semana – 122 (30 de setembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 237.
- A Semana – 123 (7 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 241.
- A Semana – 124 (14 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 247.
- A Semana – 125 (21 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 253.
- A Semana – 126 (28 de outubro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 259.
- A Semana – 127 (4 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 265.
- A Semana – 128 (11 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 271.
- A Semana – 129 (18 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 277.
- A Semana – 130 (25 de novembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 281.
- A Semana – 131 (2 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 287.
- A Semana – 132 (9 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 293.
- A Semana – 133 (16 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 299.
- A Semana – 134 (23 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 305.

- A Semana – 135 (30 de dezembro de 1894) – v. 1, n. 2, p. 311.
- “A Semana” 1894: uma introdução ao terceiro ano de publicação da série – v. 1, n. 2, p. 321.
- Cronologia – v. 1, n. 2, p. 317.
- Introdução às notas – v. 1, n. 2, p. 15.
- O texto – v. 1, n. 2, p. 11.
- Uma Semana – 100A (29 de abril de 1894) – v. 1, n. 2, p. 113.
- Herane, Amanda Rios
 - Arte sem paixão: aproximações entre a prosa inicial de Machado de Assis e o teatro realista brasileiro – v. 2, n. 4, p. 121.
- Jucá, Gabriela
 - “Lúcia”: um poema de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 253.
 - Machado de Assis tradutor de poesia: a questão das traduções em *Americanas* – v. 1, n. 1, p. 159.
 - Um estudo de “Lúcia”, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115 e v. 3, n. 5, p. 269.
- Malard, Letícia
 - Abreviaturas utilizadas em “Pensamentos de Machado de Assis” recolhidos e organizados por Machado de Assis – v. 2, n. 3, p. 153.
 - Carvalho Júnior: ódio às “belezas de missal” – v. 2, n. 4, p. 141.
 - Nota prévia [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 7.
 - Referências [Pensamentos de Machado de Assis] – v. 2, n. 3, p. 149.
- Melo, M[anuel] de
 - A missa de Réquiem – v. 2, n. 4, p. 99.
- Miranda, José Américo
 - 1894 – v. 1, n. 2, p. 5.
 - “A + B”: enigma e interpretação – v. 3, n. 6, p. 111.
 - A errata das *Poesias completas* (edição de 1901), de Machado de Assis, e seu destino – v. 1, n. 1, p. 75.
 - A poesia que Machado de Assis publicou em *Crisálidas*, mas não incluiu em suas *Poesias completas* – v. 3, n. 5, p. 5.
 - Abertura – v. 1, n. 1, p. 5.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 177.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 2, n. 4, p. 169.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 315.
 - Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis – v. 3, n. 6, p. 151.
 - Caminhos da pesquisa – v. 2, n. 4, p. 5.
 - Edição dos versos alexandrinos de Machado de Assis: poemas anteriores a *Crisálidas* (1864) e não incluídos nesse livro – v. 1, n. 1, p. 65.

- Índices (v. 1, n. 1) – v. 1, n. 1, p. 173.
- Índices (atualizados até o v. 1, n. 2) – v. 1, n. 2, p. 347.
- Índices (atualizados até o v. 2, n. 4) – v. 2, n. 4, p. 159.
- Índices (atualizados até o v. 3, n. 5) – v. 3, n. 5, p. 303.
- Índices (atualizados até o v. 3, n. 5) – v. 3, n. 6, p. 137.
- Introdução à edição da “Abertura, pelo Sr. Machado de Assis, Presidente” – v. 1, n. 1, p. 59.
- “Lúcia”: um poema de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 253.
- Machado de Assis e as traduções que publicou em *Crisálidas* – v. 3, n. 5, p. 227.
- Machado de Assis e as virtudes teológicas – v. 3, n. 5, p. 181.
- Machado de Assis e Monte Alverne – v. 3, n. 5, p. 285.
- Machado de Assis: unidade e autonomia da obra literária – v. 3, n. 5, p. 209.
- Um estudo de “Lúcia, tradução de Machado de Assis – v. 1, n. 1, p. 115 e v. 3, n. 5, p. 269.
- Uma aproximação às poesias completas de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 141.
- Vínculos com a vida na poesia de Machado de Assis – v. 3, n. 5, p. 161.
- Novais, Faustino Xavier de
 - Embirração – v. 3, n. 5, p. 131.
- Oliveira, Gracinéa I.
 - Editar Machado de Assis na contemporaneidade: comentários acerca da edição de “A nova geração” – v. 2, n. 4, p. 105.
- Papassoni, João Paulo
 - Relato de uma experiência (como foi localizado o poema “A Portugal”) – v. 2, n. 4, p. 115.
- Santos, Gilson
 - “A + B” (1886) – v. 3, n. 6, p. 5.
 - Edição da série de crônicas “A + B” – v. 3, n. 6, p. 99.
- Silva, Felipe Lima da
 - Machado de Assis e a eloquência oitocentista: ascensão e declínio do “império retórico” – v. 1, n. 1, p. 99.
- Souza, Rilane Teles de
 - Versos nas *Poesias completas* de Machado de Assis: detalhes – v. 1, n. 1, p. 151.
- Tito, Fábio
 - Amor – v. 2, n. 4, p. 97.
- Roiz, Lopes
 - Machado de Assis em 1886 – v. 3, n. 6, p. 135.

ABREVIATURAS EMPREGADAS NAS EDIÇÕES DOS TEXTOS DE MACHADO DE ASSIS

- ABLFN – *A Academia Brasileira de Letras*, 1940.
- AL – *Autores e Livros*, v. 1, n. 7, 28 set. 1941.
- ATAS – *Atas da Academia Brasileira de Letras: Presidência Machado de Assis (1896-1908)*, 2001.
- BABL – *Boletim da Academia Brasileira de Letras*, 1897.
- BB – *Biblioteca Brasileira*, t. I, n. 2, 1863.
- CB – *Courrier du Brésil*.
- CCPT1964 – *Crônicas, crítica, poesia, teatro*, rev. Massaud Moisés, 1964.
- CHRYS2000 – *Chrysalidas*, ed. Oséias Silas Ferraz, 2000.
- CLJ1937 – *Crítica literária*, 1937.
- CM – *Correio Mercantil*.
- CMA – *Crítica*, edição Mário de Alencar, 1910.
- CP – *Correio Paulistano*.
- CRIS1864 – *Crisálidas*, 1864.
- CT – *Correio da Tarde*.
- DA1934 – *Discursos acadêmicos (1897-1906)*, 1934.
- DA1965 – *Discursos acadêmicos*, volume I (1897-1919). 1965.
- DA2005 – *Discursos acadêmicos*, tomo I: Volumes I – II – III – IV 1897-1919, 2005.
- DB – *Diário de Belém*.
- DISP – *Dispersos de Machado de Assis*, 1965.
- DP – *Diário de Pernambuco*.
- DRJ – *Diário do Rio de Janeiro*.
- DRR – *Diálogos e reflexões de um relojoeiro*.
- EC – *Estante clássica da Revista de Língua Portuguesa – vol. II: Machado de Assis*, 1921.

ENTR – *Entreato*.

ESP – *O Espelho*.

FUT – *O Futuro*.

GF1974 – *Machado de Assis e o hipopótamo*, 6. ed., 1974.

GN – *Gazeta de Notícias*.

JC – *Jornal do Commercio*.

JF – *Jornal das Famílias*.

JR – *Jornal do Recife*.

LITO – Litografia de Carlos Linde, publicada em *Brasíliana Itaú*, 2009.

MACI – *Machado de Assis e a crítica internacional*, 2009. [MASSA, Jean-Michel. A França que nos legou Machado de Assis. p. 231-265.]

MACV1998 – *Machado de Assis & confrades de versos*, 1998.

MAD1957 – *Machado de Assis desconhecido*, 1957.

MASA – *Machado de Assis: crítica literária e textos diversos*, org. Sílvia Maria Azevedo, Adriana Dusilek, Daniela Mantarro Callipo, 2013.

MF – *Marmota Fluminense*.

Ms1862 – Manuscrito datado de 1862, pertencente ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, reproduzido em *Cadernos de Literatura Brasileira: Machado de Assis*, 2008.

Ms1864 – Manuscrito autógrafo, da Seção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, RJ, datado de 1864.

OCA1959 – *Obra completa*, 1959.

OCA1994 – *Obra completa*, 1994.

OCA2008 – *Obra completa em quatro volumes*, 2008.

OCA2015 – *Obra completa em quatro volumes*, 2015.

OR1910 – *Outras relíquias*, 1910.

PC1937 – *Poesias completas*, 1937.

PC1953 – *Poesias completas*, 1953.

PCEC1976 – *Poesias completas*, edição crítica, 1976.

PCR – *A poesia completa*, ed. Rutzkaya Queiroz dos Reis, 2009.

PES – *A Província do Espírito Santo*.

PR1937 – *Páginas recolhidas*, 1937.

RABL – *Revista da Academia Brasileira de Letras*.

RB – *Revista Brasileira*.

MIRANDA, José Américo. Abreviaturas empregadas nas edições dos textos de Machado de Assis.

REP – *A República*.

SAUD – *A Saudade*, Rio de Janeiro.

SL1941 – *Seleção literária*, 1941.

TPCL – *Toda poesia de Machado de Assis*, ed. Cláudio Murilo Leal, 2008.

VOMA – *Vida e obra de Machado de Assis*, 1981, 4 v.